



CARLOS BROWN DE SOUZA PEREIRA GOMES

ESPECIFICIDADES DA POLÍCIA DO SENADO FEDERAL: a proteção jurídica penal de seus integrantes no desenvolvimento de Operações de Controle de Distúrbios

**Brasília – DF
2008**

CARLOS BROWN DE SOUZA PEREIRA GOMES

ESPECIFICIDADES DA POLÍCIA DO SENADO FEDERAL: a proteção jurídica penal de seus integrantes no desenvolvimento de Operações de Controle de Distúrbios

Trabalho monográfico de Direito Público, para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Professor Marcus Vinícius Reis - Graduado em Direito, Mestre em Economia pela Universidade de Brasília, com Mestrado em Direitos Humanos pela Universidade Carlos III (Madrid) e Especialização em Contra-Terrorismo pela National Defense University (Washington).

**Brasília – DF
2008**

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, João Carlos e Maria Helena, que indicaram o caminho e me proporcionaram os meios para superar as adversidades.

Aos meus familiares, particularmente meu irmão, Maurício, torcida presente em toda minha vida.

À minha querida esposa, Meiri, incansável e carinhosa incentivadora.

Ao meu pequeno tesouro, Carlos Rudá, pelos momentos que não pudemos fazer o que nos encanta: brincar.

Aos amigos Kaká, policial do Senado Federal, e Lustosa, policial da Polícia Militar do Distrito Federal, ao colega Normando, policial da Câmara dos Deputados, e à Senhora Cristina Mendonça de Alencar Mattos, funcionária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que em Operações de Controle de Distúrbios no Congresso Nacional foram gravemente lesionados, em 2003 (Kaká), e em 2006 (Lustosa, Normando e Cristina).

Aos policiais do Senado Federal que, no estrito desempenho de seus deveres regulamentares, eventualmente atingem a comodidade e a vaidade alheias e, por essa razão, muitas vezes, são injustamente qualificados de truculentos, despreparados e cartesianos. Tais incomodados se esquecem de algo fundamental: da atividade silenciosa e diuturna da Polícia do Senado Federal, dependem a sua própria segurança, bem como o tranqüilo funcionamento do Poder Legislativo. Sinto-me honrado e orgulhoso de ser um policial do Senado Federal.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos profissionais que enxergaram neste estudo uma contribuição ao Senado Federal e a sua Polícia e que compartilharam de minhas apreensões sobre o tema, os amigos Jacson, Rauf e Alex. Também ao Alex pelo auxílio na estrutura formal do trabalho.

Ao amigo que aceitou o desafio de me orientar, conferindo liberdade, mas sem deixar de construtivamente criticar, Dr. Reis.

Ao policial da Câmara dos Deputados (COESP), Agente Luiz Emílio Pimentel Brito, aos integrantes do Comando de Operações Táticas (COT), da Polícia Federal, DPF Marcos Ferreira dos Santos e APF Eduardo Maia Betini, e ao Delegado Adjunto Érito Pereira da Cunha, da Divisão de Operações Especiais (DOE), da Polícia Civil do Distrito Federal, pela contribuição de responder ao questionário que sondou a orientação doutrinária das Operações de Controle de Distúrbios das Unidades Especiais das Polícias Não Militares sediadas no Distrito Federal.

Aos companheiros Alfeu, André e Dudu, pelo suporte diário que me permitiu pesquisar com tranquilidade.

E à Inês de Sampaio Pacheco, servidora do Serviço de Tradução do Senado Federal, pelo trabalho célere e preciso nos textos de grande relevância para a Polícia do Senado Federal e que foram aproveitados nesta monografia.

O policial não se conduz, nem o poderia, no exercício de suas funções como um ser puramente neutro. Transporta uma personalidade atingida pelos fenômenos gerais e particulares de seu tempo e de sua atividade, a agravar tudo está a necessidade de agir em face da violência, pois não pode estar infenso aos perigos que deve vencer como ator e não como espectador.

Ricardo Antunes Andreucci

RESUMO

Este trabalho investiga se as condições hoje existentes no Senado Federal e na sua polícia institucional, a Polícia do Senado Federal, à luz do ordenamento jurídico, da doutrina e da jurisprudência, proporcionam proteção jurídica penal efetiva para os seus policiais quando empenhados na contenção de tumultos ou turbas (controle de distúrbios). A efetividade da proteção penal deve ser compreendida como a medida que ocorre o acobertamento, das possíveis condutas típicas decorrentes dessa atividade de controle de distúrbios, pelas excludentes de ilicitude do estrito cumprimento do dever legal e da legítima defesa. O conceito de Operações de Controle de Distúrbios (OCD) ou Controle de Distúrbios Civis (CDC), possui natureza militar, mas constitui a resposta que qualquer polícia, militar ou civil, apresenta à exacerbação dos direitos constitucionais de reunião e de manifestação do pensamento. A dificuldade atual, no plano administrativo, de implementar plenamente os meios de OCD para a Polícia do Senado Federal, deixa seus integrantes penalmente mais expostos e, o Senado Federal, mais vulnerável a possíveis depredações e invasões. Prover a Polícia do Senado Federal dos adequados meios de OCD representa assegurar a independência do Legislativo em relação aos demais Poderes da República.

Palavras-chave: Polícia do Senado Federal; tumulto; turbas; distúrbios; condutas típicas; excludentes de ilicitude; estrito cumprimento do dever legal; legítima defesa; Operações de Controle de Distúrbios (OCD); Controle de Distúrbios Civis (CDC); natureza militar; direito de reunião; direito de manifestação do pensamento; Poderes da República.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Fotografia da invasão da Reforma da Previdência, no dia 06/08/2003 (Serviço de Inteligência da PSF).....	15
Figura 2.	Fotografia da invasão do MLST, no dia 06/06/2006 (José Varela/CB).....	17
Figura 3.	Fotografia da invasão do MLST, no dia 06/06/2006 (Adriano Machado/AE).....	17
Figura 4.	Fotografia da invasão do MLST, no dia 06/06/2006 (Daniel Ferreira/CB).....	17
Figura 5.	Gravura retratando uma seção de Falange Macedônica (BOWRA, 1969, p. 150-151).....	40
Figura 6.	Fotografia da tropa de choque da PMDF resguardando a entrada do Anexo da Câmara dos Deputados no dia 23/07/2003 (Roosevelt Pinheiro/Abr).....	48

LISTA DE SIGLAS

BOPE – Batalhão de Operações Especiais. Unidade Especial da Polícia Militar do Distrito Federal.

CD – Câmara dos Deputados.

CDC – Controle de Distúrbios Cíveis.

CN – Congresso Nacional.

COESP - Coordenação de Operações Especiais. Unidade Especial da Polícia da Câmara dos Deputados.

COT – Comando de Operações Táticas. Unidade Especial da Polícia Federal.

COTER – Comando de Operações Terrestres. Unidade do Exército Brasileiro, vinculada ao Comando do Exército, responsável pelo preparo e emprego da Força Terrestre.

CPMInd – Companhia de Polícia Militar Independente. Unidade da Polícia Militar do Distrito Federal.

DOE – Divisão de Operações Especiais. Unidade Especial da Polícia Civil do Distrito Federal.

GLO – Garantia da Lei e da Ordem. Operações das Forças Armadas, constitucionalmente previstas, de pacificação interna.

MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

OCD – Operações de Controle de Distúrbios.

PCD – Polícia da Câmara dos Deputados.

PCDF – Polícia Civil do Distrito Federal.

PF – Polícia Federal.

PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal

PSF – Polícia do Senado Federal.

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade.

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.

SF – Senado Federal.

SOESP – Serviço de Operações Especiais. Unidade Especial da Polícia do Senado Federal.

TJSP – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

TRF1 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. A POLÍCIA DO SENADO FEDERAL (PSF) E O DIREITO DE REUNIÃO.....	13
2.1 Histórico e Finalidade da Polícia do Senado Federal.....	13
2.2 Arcabouço Normativo da Polícia do Senado Federal Relacionado à Manutenção da Ordem.....	18
2.3 Congresso Nacional, um Espaço Democrático.....	20
3. OPERAÇÕES DE CONTROLE DE DISTÚRBIOS (OCD).....	23
3.1 Conceito.....	23
3.2 Princípios de OCD.....	26
3.3 Arcabouço Normativo dos Militares das Forças Armadas.....	34
3.4 As Unidades Especiais das Polícias Judiciárias no Distrito Federal....	37
4. ESPECIFICIDADES DA PSF EM OCD.....	42
4.1 Distúrbios no Poder Legislativo, um Fenômeno Universal.....	42
4.2 Distúrbios no Congresso Nacional (CN), um Fenômeno Inexorável....	44
4.3 Especificidades da PSF em OCD.....	45
4.3.1 Resistência Jurídica e Resistência Política às OCD no CN.....	45
4.3.2 Atual Dificuldade Operacional da PSF.....	50
4.3.3 Conseqüências da Atual Dificuldade Operacional da PSF.....	52
5. A REPERCUSSÃO PENAL PROTETIVA PARA OS INTEGRANTES DA PSF ENVOLVIDOS EM OCD.....	55
5.1 Os Requisitos do Crime e as Excludentes de Ilícitude.....	55
5.2 O Estricto Cumprimento do Dever Legal e a Atividade de OCD.....	57
5.3 A Legítima Defesa e a Atividade de OCD.....	62
5.4 Efeitos das Especificidades da PSF na Subsunção das Condutas de Seus Agentes Envolvidos em OCD às Excludentes de Ilícitude.....	64
6. CONCLUSÕES.....	67
7. REFERÊNCIAS.BIBLIOGRÁFICAS.....	70
APÊNDICE A – Registros Jornalísticos sobre a Universalidade de Distúrbios Ocorridos em Sedes do Poder Legislativo desde 1997.....	77
APÊNDICE B – Registros Jornalísticos sobre Distúrbios Ocorridos no Congresso Nacional desde 1997.....	108

ANEXO A – Questionário Aplicado aos Profissionais que Comandam as Unidades Especiais com Atribuição de OCD das Polícias Não Militares com Sede no Distrito Federal.....	125
---	-----

1 INTRODUÇÃO

O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (BRASIL, 2008). Essa disposição, contida no caput do art. 44, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, envolve aspectos da organização do Poder fundamental ao regime democrático, à forma federativa de Estado e à separação dos Poderes da República.

O regime democrático carece de um Legislativo atuante nas suas funções de elaboração normativa e de fiscalização, com representantes das unidades federativas e do povo que possam trabalhar de maneira livre e tranqüila, bem como de forma independente e harmônica com os representantes de outros Poderes.

Para proporcionar a liberdade e a tranqüilidade necessárias ao desenvolvimento do trabalho parlamentar, com autonomia em relação aos demais Poderes, dentre outras medidas, o constituinte de 1988 recepcionou a existência de polícias institucionais, a Polícia do Senado Federal e a Polícia da Câmara dos Deputados, ressaltando-se que já havia essa previsão desde a Constituição do Império.

A Polícia do Senado Federal foi regulamentada pela Resolução do Senado Federal nº 59, de 2002 (BRASIL, 2002), e teve sua organização, estrutura e atribuições atuais estabelecidas por diversos atos, que foram convalidados por novas Resoluções do Senado Federal. Embora há muito tempo existisse um dever funcional genérico para a Polícia do Senado Federal de contenção de manifestações violentas, em 2006, adicionou-se a sua estrutura uma unidade com tal desiderato, o Serviço de Operações Especiais.

O Congresso Nacional é um espaço legítimo para o exercício do poder popular e as manifestações populares são formas legítimas deste exercício, porque estão amparadas pelos Direitos Fundamentais de Reunião e de Manifestação do Pensamento, direitos constitucionalmente previstos. As manifestações populares nos Parlamentos representam um fenômeno universal, observadas tanto em outros países, quanto nos Estados da Federação brasileira e nos nossos Municípios. Também representam um fenômeno inexorável, porque fazem parte do jogo político nas democracias. A evolução desse fenômeno para atos de violência, de agressão às

peças e ao patrimônio público, ou seja, a transformação de manifestações pacíficas em tumultos ou turbas, não é incomum. A ilação decorrente de tais afirmações é que, a exacerbação de um fenômeno legítimo, torna legítima a defesa das instituições, de forma proporcional à agressão. E como instrumento de defesa do Senado Federal contra tumultos e turbas, com a finalidade de controlá-los, foi criado o Serviço de Operações Especiais na sua polícia institucional.

O controle de tumultos e de turbas, atividade que se pretende demonstrar tipicamente militar, por atender a princípios e procedimentos marciais, recebe a designação técnica de Operações de Controle de Distúrbios (OCD) ou Controle de Distúrbios Cíveis (CDC). O conceito de distúrbio é um pouco mais amplo do que o resultado de uma manifestação violenta, pois o distúrbio também pode resultar, por exemplo, de um movimento de pessoas que fogem desordenada e desesperadamente de um desastre, como incêndios ou desabamentos. Apenas a primeira definição, a estrita, constituirá o objeto deste trabalho.

Portanto, os policiais do Senado se empenham, por força de uma atribuição institucional específica, em uma atividade que não se diferencia daquelas enfrentadas pelas tropas de choque das polícias militares e pelas unidades especiais das polícias judiciárias. A consequência é que os policiais legislativos se expõem aos mesmos riscos dos policiais de choque militares ou civis, isto é, de sofrer lesões na sua integridade física e de responder por eventuais lesões aos bens jurídicos dos manifestantes.

As especificidades da Polícia do Senado Federal, no atual contexto, se encontram na coexistência de uma demanda fático-normativa, os tumultos que esporadicamente eclodem no Congresso Nacional, com a dificuldade de implementar plenamente a resposta a essa demanda, a atividade de Operações de Controle de Distúrbios. A dificuldade de implementação sempre decorreu de uma resistência política, pois uma possível incompatibilidade jurídica, entre o exercício de uma atividade de natureza militar dentro Congresso Nacional e o ambiente legislativo, não se sustentava para assegurar o funcionamento livre e tranquilo do Poder da República.

Embora a resistência política tenha sido superada em 2006, com a criação, na PSF, do Serviço de Operações Especiais, que recebeu a atribuição de

controlar distúrbios, problemas de ordem administrativa impediram a plena implementação dos recursos necessários à OCD pela PSF.

No desenvolvimento de uma Operação de Controle de Distúrbio, a defesa física dos policiais deriva de equipamentos e de treinamento. A defesa jurídica depende de amparo normativo, da existência e da observância dos parâmetros de conduta necessários ao controle da manifestação ilegítima.

O problema, neste trabalho, consiste em analisar o aspecto da defesa jurídica, na esfera penal, dos policiais do Senado Federal envolvidos em Operações de Controle de Distúrbios, diante das peculiaridades institucionais e responder a seguinte questão: em que medida os permissivos penais, também denominados excludentes de ilicitude, do estrito cumprimento do dever legal e da legítima defesa, para atuação dos policiais em geral, podem ser efetivamente aplicados para os policiais do Senado Federal, levando em consideração o contexto específico de seu trabalho em Operações de Controle de Distúrbios?

Os objetivos gerais são descrever as especificidades da Polícia do Senado Federal relacionadas às Operações de Controle de Distúrbios e examinar se essa atividade é tipicamente militar.

Os objetivos específicos a serem atingidos são:

- i. Definir Operações de Controle de Distúrbios (OCD) e se há identificação dessa atividade entre as polícias militares e as não militares;
- ii. Avaliar se o conceito de OCD pode ser aplicado às manifestações violentas que ocorrem no Congresso Nacional;
- iii. Verificar se as possibilidades de proteção jurídica penal para eventuais conseqüências das OCD são efetivas em relação aos integrantes da Polícia do Senado Federal.

A importância deste estudo está em avaliar, no contexto atual de trabalho da Polícia do Senado Federal, nas Operações de Controle de Distúrbios, tomando por referência a experiência de outras polícias, a doutrina e a jurisprudência, se existe uma proteção jurídica efetiva aos seus agentes.

Sugestões serão apresentadas nas conclusões do trabalho.

2 A POLÍCIA DO SENADO FEDERAL (PSF) E O DIREITO DE REUNIÃO

2.1 HISTÓRICO E FINALIDADE DA POLÍCIA DO SENADO FEDERAL

A história da Polícia do Senado Federal está relacionada à vontade do legislador constitucional em assegurar a efetividade do Princípio da Separação do Poderes. A finalidade, por seu turno, se vincula à garantia de que o Poder Legislativo possa funcionar com liberdade e tranqüilidade. Tais afirmações serão corroboradas por registros de dois eventos emblemáticos de invasão do Congresso Nacional, respectivamente, nos anos de 2003 e de 2006.

O Congresso Nacional se compõe de duas Câmaras, a dos representantes do povo, Câmara dos Deputados, e a dos representantes das Unidades da Federação, o Senado Federal, e exerce o Poder Legislativo de forma independente e harmônica com os demais Poderes da União, o Executivo e o Judiciário. Do Princípio da Separação do Poderes, declarado no art. 2º da Constituição de 1988 (BRASIL, 2008) e apenas plenamente exercido em Estados democráticos de direito, decorrem vários efeitos para cada um dos Poderes, dentre os quais a prerrogativa de dispor de forma exclusiva sobre sua própria estrutura e funcionamento.

O constituinte de 1988, ao estatuir no art. 52, XIII (BRASIL, 2008), a competência não delegável do Senado Federal de dispor sobre sua polícia, o fez em consagração ao Princípio da Separação dos Poderes, aspirando que houvesse um exercício independente e harmônico do Poder Legislativo, pelo Congresso Nacional, com os demais Poderes da República. À Câmara dos Deputados foi atribuído tratamento simétrico, no art. 51, IV (BRASIL, 2008). Assim observa Mendonça (2005, p. 50): “A essência da democracia reside na separação e independência dos poderes, aqui também entendida como o poder de auto-organização interna das Casas legislativas, podendo inclusive dispor de sua própria polícia.”

Não foi novidade no ordenamento jurídico brasileiro outorgar essa prerrogativa ao Senado e à Câmara dos Deputados, pois mesmo nos períodos monárquico e de recesso democrático, as constituições vigentes a previam. Gonçalves (2005) assinala:

A previsão para a criação de uma polícia exclusiva para uma casa legislativa pode parecer uma inovação da Constituição Federal de 1988, porém uma análise mais profunda mostra que tal previsão já se encontra presente em nossa primeira constituição, a Constituição Política do Império do Brasil (25 de Março de 1824), quando trata do Poder Legislativo, em seu art. 21, citando a “polícia interior”, tal previsão se repete em todas as outras constituições brasileiras, como podemos ver:

- Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891), art. 18, parágrafo único, “A cada uma das Câmaras compete:...regular o serviço de sua polícia interna”.
- Constituição de 1934, art. 91, VI, “Compete ao Senado Federal:...regular a sua própria polícia”.
- Constituição de 1937, art. 41, “A cada uma das Câmaras compete:...regular o serviço de sua polícia interna”.
- Constituição de 1946, art. 40, “A cada uma das Câmaras compete dispor, em Regimento Interno, sobre sua...polícia”.
- Constituição de 1967, art. 32, “A cada uma das Câmaras compete dispor, em Regimento Interno, sobre sua...polícia”.

Um breve estudo comparativo com a experiência constitucional estrangeira, realizado por Mendonça (2005, p. 50), revela a relação das Polícias Legislativas com o Princípio da Separação dos Poderes:

Os países com constituições modernas não se furtam em atribuir, ao Poder Legislativo, a competência de dispor sobre própria polícia, é assim que ocorre, por exemplo, nas constituições alemã e espanhola.

Muito embora inexista na Constituição dos Estados Unidos da América disposição, atribuindo ao Poder Legislativo a competência em organizar de sua própria polícia, [...]. Após este precedente foi promulgada uma lei autorizando as Câmaras a praticar atos como prender e processar. O referido precedente foi baseado exclusivamente no Princípio da Independência dos Poderes.

As Polícias Legislativas Federais sempre atuaram com a importante cooperação da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), a qual destinou uma de suas unidades, a 4ª Companhia de Polícia Militar Independente (4ª CPMInd), para dar suporte ao Congresso Nacional na sua área externa. Em todas as grandes manifestações de

protesto diante do Parlamento ou na Esplanada dos Ministérios, invariavelmente efetivos consideráveis da PMDF foram mobilizados para proteger os prédios do Congresso.

No dia 6 de agosto de 2003 ocorreu, no Plenário da Câmara dos Deputados, a votação do primeiro turno da Proposta de Emenda da Constituição conhecida como Reforma da Previdência, que modificou substancialmente o Regime de Previdência Próprio dos Servidores Públicos Federais. No mesmo dia, na Esplanada dos Ministérios, aconteceu uma grande manifestação de protesto contra a citada reforma, a Marcha Brasília, que reuniu, segundo a própria PMDF, cinqüenta mil pessoas. Havia um efetivo de mil e quatrocentos militares para acompanhar a passeata, que “se dividiram ao longo da Esplanada dos Ministérios e de cinco pontos considerados críticos pela segurança, como os Anexos I, II, III e IV da Câmara dos Deputados e o Anexo II do Senado Federal” (TAHAN et. al. 2003, p. 2).

A Marcha Brasília, no início da tarde, depois de afastar-se do Palácio do Planalto, tomou a parte superior do Congresso e avançou para a varanda na parte inferior, guarnecida por aproximadamente cinqüenta policiais legislativos, que foram insuficientes para deter os manifestantes, pois em situações similares anteriores, a PMDF sempre garantiu o apoio externo até com a tropa de choque, que era o que a situação efetivamente exigia. **(Fig. 1)**



Fig. 1

Não importa se houve um equívoco da atividade de inteligência em prever o citado desfecho, se foi uma falha na distribuição do efetivo policial militar ou, uma inércia decorrente dos injustos ataques que a PMDF e que o então Presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, sofreram da imprensa pelo episódio do dia 23 de julho daquele ano. Tal fato será descrito mais adiante.

O que importa é que, se a PMDF, ligada ao comando do Poder Executivo do Distrito Federal, não interveio como se esperava na área externa, as Polícias Legislativas deveriam estar preparadas no interior do prédio, porque o Poder Legislativo Federal não poderia depender, na situação relatada, pelo Princípio da Separação dos Poderes, de força policial ligada a outro Poder.

Quanto à finalidade da Polícia do Senado Federal, o documento já produzido que melhor a descreveu e demonstrou a sua importância foi a denúncia (TRF1, 2006) oferecida pelo Ministério Público Federal, Procuradoria da República no Distrito Federal, contra os integrantes do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), em decorrência dos crimes cometidos na invasão do Congresso Nacional no dia 06 de junho de 2006 (**Fig. 2, 3 e 4**), particularmente na parte reservada à imputação aos acusados do crime de “Atentado ao Livre Exercício do Poder Legislativo”, *in verbis*:

[...] Com efeito, os denunciados, apostando na impunidade, pelas naturais limitações de ação de uma Casa Política contra pessoas que se declaravam parte de um movimento social, **impediram o funcionamento livre e normal da Câmara dos Deputados, e por consequência do Congresso Nacional**, tentando, deliberadamente, transformá-los em reféns. Para tanto, mais de 500 manifestantes entraram no recinto, mediante violência prevista e consentida pelos denunciados, com objetivo de postarem-se no Salão Verde, às portas do Plenário da Câmara dos Deputados – local de deliberação da Casa do Povo, verdadeiro coração da democracia – com total controle sobre o seu acesso. Os denunciados se valeram de métodos e parâmetros que passavam – em verdade expressamente objetivavam – **por afetar, ou, no mínimo, por expor a perigo, o Estado de Direito e o regime democrático.**[...]

Todos os participantes das reuniões preparatórias – e mais os que aderiram à conduta violenta no momento da manifestação – **estavam cientes de que haveria resistência a sua entrada, e de que esta contrariava as normas da**

Casa Legislativa. Estratégias foram, então, montadas para **burlar a Polícia Legislativa e o controle de entrada.**[...]

O Objetivo principal de ocupar o Salão Verde da Câmara dos Deputados foi insistentemente objeto de orientação pelos líderes na reunião preliminar, além de que, faticamente, todos os militantes que lograram, com violência, **vencer a resistência da Polícia Legislativa**, para lá se dirigiram diretamente.[...]

Próximo ainda – sem qualquer divisória ou parede entre ambos – está o salão semelhante e simétrico pertencente ao Senado Federal (Salão Azul), com igual acesso ao Plenário da Câmara Alta. Desse modo, ao controlarem o Salão Verde da Câmara dos Deputados, **os denunciados também colocaram em risco o funcionamento do Senado Federal.** [...]

Assim agindo, **os denunciados impediram o livre funcionamento de um dos Poderes da República**, de forma absolutamente semelhante ao que ocorreria se invasão violenta e cerco de mesmo gênero tivessem se dado – e se não detido o atrevimento e audácia contra a Lei dos criminosos travestidos de militantes, não estará longe o dia em que isso se dará – em um dos outros dois vértices da Praça dos Três Poderes, nessa capital Federal, vale dizer, o Palácio do Planalto, sede do Executivo da União, e o Supremo Tribunal Federal. (grifos nossos)



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4

Ora, a resistência das Polícias Legislativas Federais foi dirigida contra os atos de vandalismo dos denunciados, os quais objetivavam impedir, nas palavras do Ministério Público Federal, o funcionamento regular do Congresso Nacional e, portanto, o livre exercício do Poder Legislativo, expondo a perigo o Estado de Direito e o regime democrático. A finalidade da Polícia do Senado Federal, desse modo, é a de garantir o normal funcionamento da instituição Congresso Nacional, o livre exercício do Poder Legislativo, enfim, contribuir para a garantia do Estado Democrático de Direito.

2.2 ARCABOUÇO NORMATIVO DA POLÍCIA DO SENADO FEDERAL RELACIONADO À MANUTENÇÃO DA ORDEM

Quando o constituinte de 1988 atribuiu ao Senado Federal o poder de dispor sobre a sua polícia, atendendo à tradição que remontava à Constituição de 1824, trouxe como consequência que a Resolução do Senado Federal seria a espécie normativa adequada para tratar do assunto.

O desenho atual da Polícia do Senado Federal encontra-se na Resolução do Senado Federal nº 59, de 2002 (BRASIL, 2002), a qual estabelece no art. 1º que a Mesa Diretora detém o poder de polícia originário, cabendo-lhe “manter a ordem e a disciplina nas dependências sob a responsabilidade do Senado Federal” e, no *caput*, do art. 2º, que a “Secretaria de Polícia [...] é o órgão de Polícia do Senado Federal”. No rol das nove atividades típicas de Polícia do Senado Federal, aquelas que serão exercidas exclusivamente por Policiais Legislativos Federais, consta a de “policimento nas dependências do Senado Federal.”

A manutenção da ordem e da disciplina nas dependências do Senado Federal, sob orientação da Mesa Diretora, e o policiamento dessas dependências, foram comandos um tanto genéricos, abrangendo uma infinidade de situações.

Uma diretiva mais específica para a Polícia do Senado Federal foi estabelecida no Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2005 (BRASIL, 2005), *in verbis*:

Art. 1º - A entrada de visitantes no Senado Federal se dará exclusivamente pelas portarias do Anexo I e do Bloco B do Anexo II, desde que convenientemente trajados.

[...]

Art. 4º - **A Polícia do Senado poderá restringir o acesso** de que trata o art. 1º deste Ato, **visando atender a manutenção da ordem e da disciplina dos trabalhos da Casa.**

Parágrafo Único. Os cidadãos que perturbarem a ordem nas dependências do Senado Federal serão compelidos a sair imediatamente, sem prejuízo das sanções legais. (grifo nosso)

Em 2006, atendendo a uma necessidade do Senado Federal de modernização, mas impulsionada pela já referida trágica invasão do Congresso pelo MLST no dia 6 de junho daquele ano, foi promovida uma reestruturação da Polícia do Senado Federal. O Ato da Comissão Diretora, o de nº 15, de 2006 (BRASIL, 2006a) criou vários órgãos, delegou ao Diretor-Geral do Senado Federal a responsabilidade pela definição das competências dessas novas unidades e, por último, determinou que seria encaminhada ao Plenário uma proposta de Resolução convalidando as alterações de que tratava o próprio Ato.

Uma das unidades criadas foi o Serviço de Operações Especiais, que recebeu competências, não por um Ato do Diretor-Geral como determinava o Ato da Comissão Diretora nº 15, de 2006, mas pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 50, de 2006 (BRASIL, 2006b), nos seguintes termos:

Art. 5º - **Ao Serviço de Operações Especiais compete [...]; controlar distúrbios e manifestações violentas** que coloquem em risco o patrimônio público e as pessoas; **aplicar alternativas táticas, como emprego de negociadores, técnicas não-letais e invasão tática** em tarefas que necessitem de especialização em operações especiais [...]. (grifo nosso)

Tanto o Ato da Comissão Diretora nº 15, de 2006, quanto o Ato do Presidente do Senado Federal nº 50, de 2006, foram convalidados pela Resolução do Senado Federal nº 1, de 2007 (BRASIL, 2007b), instituindo em regulamento, de forma específica e em consonância com conceitos técnicos modernos, relacionada à manutenção da ordem

na Câmara Alta, a competência para a Polícia do Senado Federal de controlar distúrbios e manifestações violentas.

2.3 CONGRESSO NACIONAL, UM ESPAÇO DEMOCRÁTICO

O Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, no dia 6 de agosto de 2003, quando ocorreu a Marcha Brasília e a invasão do Congresso em protesto pela Reforma da Previdência, assim proclamou: “(...) ferir o Congresso é ferir o coração do povo” (EBOLI; SEABRA. 2003, p. A-2). A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2008), fundamentou tal declaração:

Art. 1º [...]

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Se o Congresso congrega mandatários do povo, pelos quais o poder será exercido, atacar a instituição significa atentar contra o poder que emana do povo. Assiste razão ao Senador Sarney. Politicamente é o que pressupõe o regime de governo democrático; semanticamente é o que se extrai da palavra democracia.

Proteger o poder que emana do povo, assim, representa defender fisicamente a instituição. Mas, não basta. Proteger o poder que emana do povo também representa garantir que as expressões desse poder venham a ser exercidas dentro do Congresso Nacional.

O direito fundamental de reunião é uma das formas de tradução do poder popular. A respeito da relação entre o direito de reunião e a democracia, França (2007, p.295) expõe:

A liberdade de reunião constitui um dos mais importantes instrumentos para a construção e consolidação da democracia. Sem o respeito e a efetividade desse direito fundamental, o alcance da liberdade de expressão restringe-se ao convívio privado. Numa democracia, todo o cidadão deve ter a oportunidade de canalizar em grupo a sua voz, de clamar pela empatia dos outros setores da sociedade e pela ação (ou omissão) dos governantes.

Anteriormente, França (2007, p.283) recorreu a Pontes de Miranda para tratar da relação dos direitos fundamentais que se inserem no presente contexto do exercício do poder popular: “É interessante observar que a liberdade de reunião não deixa de ter relação com outros direitos fundamentais, como a liberdade de locomoção e de pensamento, sem se confundir com estes (cf. Pontes de Miranda, 1987, t. V, p. 566).”

A liberdade de manifestação do pensamento, a de expressão, a de locomoção e a de reunião estão acolhidas no art. 5º, da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), *in verbis*:

Art. 5º [...]

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;.

[...]

IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

[...]

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI – todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido o prévio aviso à autoridade competente.

Frustrar o direito de reunião pode significar a restrição de outras liberdades, a lesão do poder emanado do povo e, por fim, a ofensa à democracia.

O Senado Federal, a Câmara Alta do Congresso Nacional, um espaço democrático por excelência, diante do que foi exposto, exige de sua Polícia institucional que concilie o respeito ao exercício do direito de reunião dos cidadãos que acorrem ao Congresso com a proteção de suas dependências.

Deve-se ressaltar que o direito de reunião não é absoluto. Seus requisitos constitucionais, como o caráter pacífico e a abstenção da utilização de armas, precisam ser observados e, a ponderação, quando houver conflito com os direitos fundamentais de quem se absteve de participar, deve ser considerada. Ademais, bens públicos de uso especial, afetados a uma atividade administrativa específica, como no caso do

Senado Federal, estão sujeitos a regras que garantam a segurança e a continuidade de suas atividades, podendo-se admitir alguma limitação ao direito de reunião. Um julgado do Ministro Carlos Velloso (STF, 2001), que tratou da liberdade de locomoção, Medida Cautelar no Habeas Corpus, impetrado por sindicalistas que alegavam estar impedidos de ingressar na Câmara dos Deputados para acompanhar a votação de uma matéria de seu interesse, abordou essa limitação:

[...] também quero registrar que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal têm amplo poder de polícia no recinto de suas sedes, certo, entretanto, que esse poder de polícia não pode impedir que cidadãos ingressem e circulem nas áreas abertas ao público. É claro, o que desejo deixar expresso, que **o poder de polícia das mencionadas Casas pode agir no sentido de impedir o ingresso de quem não se disponha a respeitar as regras impostas no regimento interno e nos regulamentos administrativos. Ademais, não estão as referidas Casas obrigadas a permitir o ingresso de um número de pessoas superior à sua capacidade de lotação, mesmo porque um número de pessoas que exceda tal capacidade pode atentar contra a segurança dessas mesmas pessoas.** É dever, portanto, da administração daquelas Casas, disciplinar o ingresso das pessoas para o fim de assistir às sessões ou circular pelas áreas abertas a essa circulação. [...] (grifo nosso)

A ordem foi concedida permitindo o ingresso dos pacientes, mas com a observância das medidas de policiamento da Câmara dos Deputados.

A essência da questão é que se os Estados democráticos possuem mecanismos que asseguram aos grupos minoritários o exercício de seus direitos e liberdades, devem também desenvolver instrumentos que garantam que esse exercício não seja violento e comprometa a segurança da própria democracia.

3 OPERAÇÕES DE CONTROLE DE DISTÚRBIOS (OCD)

3.1 CONCEITO

O Congresso Nacional tem sido palco de manifestações populares violentas nos últimos anos. E a Polícia do Senado Federal, como um instrumento legítimo e constitucionalmente previsto de proteção física da instituição, de maneira direta ou indireta, participou da tentativa de contenção de todas.

A participação indireta ocorreu no estado de prontidão dentro do Senado, na iminência de sua invasão, se manifestações na área externa não fossem detidas pela Polícia Militar, ou se manifestações na Câmara dos Deputados não fossem debeladas pela Polícia da Câmara.

A participação direta aconteceu a partir de reuniões autorizadas nas dependências do próprio Senado, ou quando, por algum motivo excepcional, a Polícia Militar não participou do controle de manifestação externa.

Percebe-se que reuniões e manifestações legítimas, que obedecem aos preceitos constitucionais, não raramente progridem para tumultos e manifestações de violência. Essa constatação, que ensejou uma classificação do grau de agressividade de uma multidão, da mais simples “multidão casual” ou multidão normal (“normal crowd”), até a mais violenta, “turbas agressivas” (“aggressive mob”), foi relatada por Skorackyj (1999), Heal (2001, p. 59-60) e, superficialmente, Roos (2004). Skorackyj (1999) fez referência à fonte de tal estudo:

Furthermore, Dr. Robinson cites a study by A. Berlonghi., from *The Social Events Risk Management Manual*, that categorized at least eight different types of crowds to help predict behavior.

(Além disso, Dr. Robinson cita um estudo de A. Berlonghi, do The Social Events Risk Management Manual (Manual de Gerenciamento dos Riscos de Eventos Sociais), que classifica pelo menos oito diferentes tipos de multidões com vistas à elaboração de previsão comportamental. - Tradução de Inês de Sampaio Pacheco)

O dramaturgo grego Eurípedes, em 408 AC, na obra “Orestes”, já havia tratado do comportamento humano em turbas, segundo Heal (2001, p. 58), que também comenta:

A mudança dos membros de uma comunidade pacífica e obediente às leis a se tornarem perigosos e ameaçadores adversários tem sido estudada há séculos. [...] Felizmente, turbas não surgem do nada mas aumentam e desenvolvem em estágios sucessivos.

Depreende-se que o assunto não é novo e que existem estudos a respeito. Nas fontes nacionais, todos os textos referenciados neste trabalho foram produzidos por militares, das Forças Armadas ou das Polícias Militares. A expressão técnica “**distúrbio**” designa, indistintamente, multidão descontrolada, tumulto, manifestação violenta, turba. Distúrbio não foi encontrado nos textos pátrios com o sentido de “turba que foge”, ou “turba em pânico” (“panic mob”), multidão que foge de um perigo, imaginário ou real (incêndio ou desabamento, por exemplos), e por essa razão, neste estudo esse significado não será considerado.

Conde et. al. (2003), apresentam um conceito de “distúrbio civil”, retirado do Manual de Campanha do Exército Brasileiro, C 19-15, Distúrbios Civis e Calamidades Públicas, edição de 1973:

Manifestação de atos de violência dentro do país, resultantes de uma situação de inquietação ou tensão civil, prejudicial à manutenção da lei e da ordem. Poderá provir da ação de uma turba ou iniciar-se de um tumulto.

Os autores, policiais militares do Estado do Rio de Janeiro, afirmam que tal definição “foi imposta às polícias militares face à sua histórica vinculação àquela força terrestre, que ainda perdura nos dias atuais.”

E os mesmos autores explicam que “o manual C 19-15 contém em seu bojo conceitos básicos, princípios gerais, processos e normas de comportamento que sistematizam as atividades do Exército como Força Armada da Nação, tratando-se, portanto, de um instrumento de difusão de doutrina militar, mais precisamente, de doutrina militar terrestre.”

Barbosa e Ângelo (2001, p. 151), igualmente policiais militares do Estado do Rio de Janeiro, também falam em “distúrbios civis”:

Surge ainda, uma outra categoria de conflitos internos, distintos dos conflitos armados, caracterizados por situações de perturbações ou tensões internas, tais como tumultos, atos isolados e esporádicos de violência e outros de natureza semelhante não classificados como conflitos armados. Essa categoria recebe o título geral de Distúrbios Civis.

Além de Conde et. al. (2003) e de Barbosa e Ângelo (2001), Alves (2006), policial militar do Estado de Minas Gerais, e excepcionalmente, Cortês (2007), militar do Exército, utilizam a expressão **Controle de Distúrbios Civis (CDC)**, para indicar a atividade de controle de distúrbios.

Para a mesma atividade, Barbosa (2001), Barcellos (2002) e Roos (2004), pesquisadores que são militares do Exército, utilizam a expressão **Operações de Controle de Distúrbios (OCD)**.

Sucedeu que a edição de 1997 do citado Manual C 19-15, conforme consta na página do Comando de Operações Terrestres do Exército, COTER, endereço <<http://www.coter.eb.mil.br/2sch/glo/manuais.htm>>, modificou a designação da referida atividade, enquanto as polícias militares mantiveram a original.

Cabe ressaltar, em relação ao conceito de Operações de Controle de Distúrbios (OCD)/Controle de Distúrbios Civis (CDC), que as possibilidades dessa atividade são bem mais variadas do que as situações encontradas no Congresso Nacional. Roos (2004) relaciona algumas das principais missões atribuídas a uma força empregada em OCD:

Interditar uma área urbana ou rural, prevenindo a ação de grupos de manifestantes. Evacuar uma área urbana ou rural já ocupada por manifestantes. Restabelecer a ordem pública em situações de vandalismo. Evacuar prédios ou instalações ocupadas por manifestantes. Restabelecer a ordem no quadro de um conflito entre as Forças Policiais e a Força Adversa, garantindo a integridade do patrimônio público, e desobstruir vias de circulação são as principais missões de uma força empregada em OCD.

Por último, vale registrar que os militares das Forças Armadas, e os policiais, militares e civis, envolvidos em OCD/CDC, respaldam-se fundamentalmente pelos comandos constitucionais de preservação da ordem pública, e materializam o exercício de um dos Poderes Administrativos do Estado, o Poder de Polícia, que recebe uma definição precisa no Código Tributário Nacional (BRASIL, 1966), *in verbis*:

Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Parágrafo único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

A limitação do direito, interesse ou liberdade do cidadão, que abusa dessas prerrogativas e participa de um distúrbio, promovida pelos agentes do Estado em uma atividade de OCD/CDC, nos limites da lei, sem abuso ou desvio de poder, provavelmente constitui a situação mais difícil do exercício do Poder de Polícia da Administração, pela quantidade expressiva de pessoas envolvidas e pelo aspecto emocional exaltado de quem participa de uma manifestação.

3.2 PRINCÍPIOS DE OCD

A pesquisa bibliográfica que envolveu o aspecto técnico de Operações de Controle de Distúrbios limitou-se a textos acadêmicos encontrados na internet, em virtude do caráter reservado que os Manuais sobre OCD/CDC das Forças Armadas e das Polícias Militares e Civis recebem.

Há razão para a escassez de fontes. O tema envolve um recurso extremo do Estado, pois mesmo com amparo na Constituição e na lei, o uso da força necessária para manutenção da ordem pública produz efeitos inevitáveis. O desembargador Waldir Leôncio Júnior, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), revisor no julgamento do Processo APR 2000.01.1.046092-5 (TJDFT, 2004. p. 26), utilizou o seguinte argumento no seu voto:

Ora, com a devida vênia, constitui disparate rematado exigir de uma tropa de policiais militares do batalhão de choque (armados pelo Estado com cassetetes, cães e outros instrumentos próprios para um confronto físico com manifestantes em estado de animosidade e em meio a tumulto) que garantam a incolumidade física das pessoas com as quais irão se confrontar. Considero um despropósito e um verdadeiro atentado aos mais mezinhos princípios da “identidade” e da “não contradição” da lógica aristotélica. É impossível ser e não-ser; fazer e não-fazer. Constitui elementar *contradictio in terminis* exigir de um batalhão de choque (do comandante ao mais raso) convocado a dispersar multidão em situação de tumulto com a energia **legal necessária** que, ao mesmo tempo, “não atente à incolumidade física do indivíduo” (art. 3º, “i”, da Lei 4.898/65).

O tratamento reservado que se dá aos Manuais Operacionais serve para potencializar a ação dos agentes do Estado e reduzir os possíveis danos aos cidadãos que promovem o distúrbio. O desconhecimento por esses cidadãos dos procedimentos a serem adotados pelos policiais ou militares, impede que estratégias contrárias às OCD/CDC sejam desenvolvidas, fazendo com que o objetivo de controlar o distúrbio ocorra com mais eficácia e em menor tempo.

Barbosa (2001), Barbosa e Ângelo (2001), Barcellos (2002), Roos (2004), Alves (2006) e Cortês (2007), por perspectivas diferentes, apresentaram dados que revelam a importância, para o sucesso de OCD/CDC, dos princípios que lhes são aplicáveis, bem como de alguns de seus procedimentos. A partir deste ponto do trabalho, a atividade de controle de distúrbios será tratada, preferencialmente, por OCD, respeitando-se apenas as referências dos autores que a designarem por CDC.

Para os objetivos deste trabalho, os princípios e procedimentos de OCD terão duas aplicações:

- 1) Evidenciar que a atividade de OCD tem natureza militar, independentemente da força policial, militar ou civil, que a desenvolve.
- 2) Demonstrar que a inexistência ou a inobservância dos princípios e dos procedimentos de OCD, além de condenarem qualquer operação ao fracasso, expõe os agentes envolvidos à vulnerabilidade jurídica (e também física, mas que não é o objeto da pesquisa).

Barbosa e Angelo (2001, p. 151) advertem que na atividade de CDC, “a polícia deve calcar suas ações não só nas regras constantes no sistema legal interno do país, mas também nos princípios estabelecidos pelas normas internacionais de direitos humanos e humanitários, [...]”. Os autores indicam tais princípios:

Os padrões internacionais são sustentados pelos seguintes princípios essenciais, que devem orientar a conduta das agências públicas:

- antes de aplicar a força, devem ser tentados meios não violentos;
- a força só deve ser usada quando estritamente necessária para as finalidades legítimas do cumprimento da lei;
- as vítimas de tumultos, que estiverem feridas e doentes, devem ser recolhidas e cuidadas, e as pessoas desaparecidas devem ser procuradas;
- todas as pessoas devem ser tratadas com humanidade e com respeito pela dignidade inerente à pessoa humana; e
- uma pessoa envolvida em um distúrbio civil não é um inimigo, e sim um cidadão que está perturbando a ordem (BARBOSA; ANGELO. 2001, p. 152).

Roos (2004) apresenta princípios operacionais:

O planejamento e a execução das OCD devem privilegiar os **princípios da massa**, isto é, quando as forças policiais obtêm o máximo efeito dissuasório cumprindo a missão de forma pacífica. O **princípio do objetivo**, definindo claramente o mesmo. A **unidade de comando** se dá na coordenação de todas as forças empenhadas na manutenção da lei e da ordem. A **segurança** que evita a surpresa adversária. A **surpresa** proporcionando vantagem de maneira

que a turba não esteja preparada para agir e o **princípio da manobra** que consiste na adoção dos adequados dispositivos e formações para o enfrentamento da força adversa. (grifos nossos)

As Forças Armadas utilizam o conceito de OCD dentro de um contexto maior, o de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que será abordado no próximo tópico deste trabalho, mas que recebeu a seguinte observação de Cortês (2007, p. 6):

Desde os primórdios da formação nacional, o Exército tem respondido satisfatoriamente às **necessidades de pacificação interna (necessidades de GLO)** utilizando meios que são aptos também para fazer a guerra clássica. É, portanto, fórmula consagrada. **O conceito de preparo para operações de GLO baseadas primordialmente em controle de distúrbios civis (CDC)**, [...] (grifos nossos).

Essa observação é importante porque alguns textos que tratam de OCD, o fazem como um recurso de atividades de maior envergadura, as de GLO.

Quatro dos mesmos princípios operacionais citados por Roos (2004), mas classificados como princípios marciais, são relatados por Barbosa (2001, p. 40) em uma situação prática de GLO, envolvendo atividades de OCD, enfrentada pela 23ª Brigada de Infantaria de Selva, no Sudeste do Estado do Pará, entre março e novembro de 1998, que foi denominada Operação Parauapebas, e teve por objetivo evitar um conflito agrário entre fazendeiros e sem terra:

Os problemas peculiares do planejamento e da execução foram solucionados à luz da doutrina, adaptada às condições específicas existentes. Essa adaptação foi facilitada pela aplicação dos princípios de guerra, dentre os quais foram enfatizados: objetivo, unidade de comando, massa e surpresa.

O objetivo da operação foi claramente definido e difundido para toda a tropa: **evitar o confronto armado entre as forças em conflito**. Além de orientar o esforço e as ações táticas, essa providência evitou que militares, movidos pelo anseio de resolver os problemas existentes, interferissem na esfera de atribuições de outros órgãos governamentais, particularmente na Polícia e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A unidade de comando ficou caracterizada pela cadeia de comando bem definida, o eficiente sistema de comunicações, a clara atribuição de responsabilidades e tarefas operacionais, além do intenso exercício de liderança em todos os níveis.

O princípio da massa traduziu-se na aplicação de esmagadora maioria de meios em todas as circunstâncias, no emprego eficiente dos meios disponíveis e nas demonstrações de força.

O princípio da surpresa foi intensamente observado. Caracterizou-se pela antecipação nas ações e pela variação de técnicas, táticas e horários. O perfeito conhecimento do terreno e a mobilidade da tropa foram essenciais para a sua aplicação.

Dois conceitos, o de armas não letais e o de regras de engajamento, estão relacionados a três princípios descritos por Pinheiro (2004) como “Princípios de Emprego”: “Princípio da Proporcionalidade, Princípio da Progressividade e Princípio da Autodefesa”.

Armas não letais foram definidas por Roos (2004) como “sistemas de armas explicitamente desenvolvidos e primariamente empregados a fim de incapacitar pessoas e materiais, enquanto que ao mesmo tempo minimizam mortes, invalidez permanente e danos indesejáveis à propriedade e ao meio ambiente”. Herbert (2001, p.48) identifica as ocasiões em que a utilização de armas não letais se torna adequada:

As armas não letais são indispensáveis às operações militares de não guerra. Não somente preenchem um vazio no nível tático, como também no estratégico. Oferecem opções em circunstâncias onde a diplomacia não é suficiente e a força letal é demasiada.

Giroto (2005, p. 25) define regras de engajamento como as que “vêm prevendo o esgotamento dos meios pacíficos antes do uso da força”. Pinheiro (2004) explica que:

A exemplo do que se desenvolve por parte das forças multinacionais em diferentes parte do mundo, as Regras de Engajamento têm como objetivo evitar, ao máximo, o desgaste da força legal durante a operação; limitar o uso da força ao mínimo necessário ao cumprimento da missão; e limitar ao máximo as restrições impostas à população durante a operação.

A aplicação dos Princípios de Emprego (Progressividade, Autodefesa e Proporcionalidade) em OCD torna-se compreensível com o comentário de Roos (2004):

Outro ponto a ser observado é que , **mesmo quando atua com armamento ou munição não letal, o Policial ou Militar deve estar de posse de um armamento letal, com munição letal**, de forma individual ou coletiva, **para sua proteção**. Isto porque, na eventualidade dele ser atacado com força letal, como armas de fogo, **proporcionalmente ele pode responder aquela agressão com o uso moderado dos meios**. (grifos nossos)

Alves (2006), no entanto, destaca que em operações de OCD apenas os que detêm funções de comando e os encarregados pela proteção da tropa devem portar armamento letal:

O objetivo de **centrar esse armamento apenas em funções de comando** é para evitar que ações coletivas, no uso do armamento, sejam desencadeadas de modo indiscriminado. Assim, durante um provável confronto entre manifestantes e a força legal, o uso de armamento ficaria limitado aos policiais naquela função, **bem como aos policiais incumbidos da segurança da tropa**. (grifos nossos)

O relato de um Exercício de Adestramento do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Batalhão Amazonas) em OCD, ocorrido em abril de 2001, na Vila Militar de São Jorge, feito por Barcellos (2002, p. 118), proporciona bem a dimensão da complexidade do controle de distúrbios. Exige-se planejamento, equipamento, treinamento e obediência aos diversos princípios mencionados. Para desocupar um setor da área residencial ocupada por manifestantes, a operação foi dividida em três fases: a primeira de inteligência (com a infiltração de militares para coleta de informações e identificação de líderes) e de tentativa de negociação; a segunda fase, diante do insucesso da negociação, de demonstração de força; e a terceira fase, de confronto e condução dos manifestantes para uma área de dispersão. Cada momento da execução foi avaliado no tópico de “Lições Aprendidas”, o que denota que a improvisação não combina com a atividade de OCD.

Outra evidência relacionada à importância da adoção de princípios para a atividade de OCD pode ser vislumbrada na leitura do art. 3º, do Decreto nº 5.289, de 29/11/2004 (BRASIL, 2004b), que disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal, para o desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado **Força Nacional de Segurança Pública**:

Art. 3º Nas atividades da Força Nacional de Segurança Pública, serão atendidos, dentre outros, **os seguintes princípios**:

I – respeito aos direitos individuais e coletivos, inclusive à integridade moral das pessoas;

II – uso moderado e proporcional da força;

III – unidade de comando;

IV – eficácia;

V – pronto atendimento;

VI – emprego de técnicas proporcionais e adequadas de controle de distúrbios civis;

VII – qualificação especial para a gestão de conflitos; e

VIII – solidariedade federativa. (grifos nossos)

Em resumo, os Princípios que regem as OCD são:

- 1) Amparo em normas internacionais de Direitos Humanos (antes de aplicar a força, deve-se buscar uma solução por meios não violentos; a força só deve ser usada quando estritamente necessária para as finalidades legítimas do cumprimento da lei; as vítimas de tumultos, que estiverem feridas e doentes, devem ser recolhidas e cuidadas, e as pessoas desaparecidas devem ser procuradas; todas as pessoas devem ser tratadas com humanidade e com respeito pela dignidade inerente à pessoa humana; uma pessoa envolvida em um distúrbio civil não é um inimigo, e sim um cidadão que está perturbando a ordem);
- 2) Princípios marciais (do objetivo; da unidade do comando; da massa; da surpresa; da segurança; e da manobra);
- 3) Adoção de armas não letais e de regras de engajamento;
- 4) Princípios de Emprego (Progressividade; Autodefesa; e Proporcionalidade).

Para tornar exeqüíveis esses Princípios, no entanto, não basta enunciá-los. Dois aspectos, que dependem de meios logísticos, devem ser considerados:

- 1) A utilização de equipamentos adequados. Barbosa (2001, p. 42) enuncia: “A disponibilidade de equipamentos para controle de distúrbios viabilizou respostas graduais às ameaças enfrentadas, permitiu estabelecer regras de engajamento mais adequadas ao tipo de operação, contribuiu para as demonstrações de força e proporcionou maior proteção à tropa”. Ao tratar das tropas de choque européias, Barley (2001, p. 14) descreve:

All the major European nations have riots squads, either independent of or formed from within the ranks of normal forces, which can take action quickly to put down any insurgency – with rubber and plastic bullets, water cannons and CS gas, as judged necessary. The riot policeman is dressed in full body armour, heavy boots, plexiglass shield and a large helmet that completely encases his head and neck – much in the manner of a Renaissance knight.

(As maiores nações européias têm equipes para enfrentamento de rebeliões - tanto independentes, quanto formadas por membros das forças regulares - que, se julgado necessário, estão preparadas para entrar rapidamente em ação e desmantelar uma insurreição, com balas de plástico e borracha, canhões de água e gás CS. A vestimenta desse policial consiste numa blindagem de corpo inteiro, botas pesadas, escudo de metacrílico e um grande capacete que encerra a cabeça e o pescoço, muito ao estilo de um cavaleiro da Renascença. - Tradução de Inês de Sampaio Pacheco)

- 2) As demonstrações de força. Barcellos (2002, p. 119) relata: “demonstração de força – é importante que seja executada, pois possibilita aos manifestantes, principalmente aqueles não muito convictos da causa que os levou até aquela situação, dispersarem-se antes da ação da tropa”. Na experiência norte-americana, Nazário e Rose (1992) ao analisarem os distúrbios ocorridos em Los Angeles, em 1991, por consequência da libertação dos policiais brancos que foram acusados de agredir o cidadão Rodney King, de cor negra, transcrevem o seguinte comentário:

“Clearly, the LAPD failed to react with sufficient force early on,” says Peter Sarna, a San Francisco-area expert who teaches Police nationally about riot control. **“Almost always, a show of force in the first minutes is critically important. It’s the only way to intervene and end violence of this sort.”**

(grifos nossos)

*“Fica claro que o Departamento de Polícia de Los Angeles falhou na necessária reação tempestiva e suficientemente forte”, diz Pete Sarna, um especialista de São Francisco, que ministra controle de rebeliões à Polícia, em nível nacional. **“Quase sempre, uma demonstração de força nos primeiros minutos é de fundamental importância. É a única forma de intervenção capaz de dar fim a violências desse tipo.”** - Tradução de Inês de Sampaio Pacheco)*

3.3 ARCABOUÇO NORMATIVO DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS

Embora as Forças Armadas se destinem, precipuamente à defesa externa da Pátria, sob a égide da Constituição Federal de 1988, as Forças Armadas já foram empregadas em inúmeras atividades de segurança pública. Loureiro (2006, p. 103) lembra de três ocorrências, todas no Rio de Janeiro: a segurança da cidade durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992; o combate ao tráfico de drogas, entre o final de 1994 e o início de 1995; e a Operação Guanabara, por vinte dias na época do carnaval de 2002. Cavalcanti (2006) cita a ocupação da Companhia Siderúrgica Nacional (RJ), pelo Exército, para controlar uma greve de funcionários, em novembro de 1988; a mobilização durante a greve da Polícia Federal (SP e DF), em 1994; a desocupação da sede da Companhia Vale do Rio Doce (PA), em outubro de 1996; e a atuação para conter a ameaça de invasão da fazenda do Presidente da República em Buritis (MG), em 2000.

O amparo para a atuação das Forças Armadas, em um campo reservado ordinariamente aos órgãos de segurança pública, pelo art. 144, da Constituição de 1988, advém do art. 142 (BRASIL, 2008):

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e **destinam-se** à defesa da Pátria, **à garantia** dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, **da lei e da ordem**.
§ 1º Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas. [...] (grifos nossos)

O comando constitucional que autoriza a atuação de uma força federal no âmbito estadual ou do Distrito Federal, acaba por nomear o tipo de operação militar, de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Ocorre que, o art. 142 deve ser interpretado sistematicamente com outros dispositivos e, por força do Princípio Federativo, apenas em situações excepcionais, que exijam a decretação, pelo Presidente da República, de intervenção federal (art. 34, III), estado de defesa (art. 136) ou estado de sítio (art. 137 ao art. 139), as Forças Armadas poderiam agir em substituição aos órgãos de segurança pública dos entes federativos.

Por essa razão, Cavalcanti (2006, p. 38-40) e Cortês (2007, p. 5), apontam para a suposta inconstitucionalidade do art. 15, da Lei Complementar nº 97, de 1999 (BRASIL, 1999), com as modificações introduzidas pela Lei Complementar nº 117, de 2004 (BRASIL, 2004), quando concede poder de polícia, aqui entendido como o poder típico de agir dos órgãos de segurança pública, enumerados no art. 144 da Constituição de 1998, às Forças Armadas sem a decretação de intervenção federal.

O art. 3º, do Decreto 3.897, de 2001 (BRASIL, 2001), recebera severas críticas de Cavalcanti (2006, p. 36-38), de Loureiro (2006, p. 108-110) e de Cortês (2007, p. 5) porque, antes da atual redação do art. 15 da Lei Complementar nº 97, de 1999 (BRASIL, 1999), o Presidente da República já havia conferido o poder de polícia às Forças Armadas dentro de um estado de normalidade:

O decreto atribuiu competência às Forças Armadas para o exercício de atividade que a Constituição diz ser das polícias militares. Transferiu o comando daquelas corporações para a autoridade federal, enquanto a mesma Constituição impõe que a responsabilidade sobre aqueles órgãos é do

governador do estado. Logo, não regulamentou e sim regulou. Criou regra jurídica, invadiu a autonomia estadual, exorbitou da competência à qual estava restrito, fulminou o princípio federativo consagrado na Carta Magna. (CAVALCANTI, 2006, p. 37-38)

O efeito nefasto para os executores da medida de empregar as Forças Armadas em atividades tipicamente policiais de segurança pública, sem a decretação de um estado de excepcionalidade, segundo Loureiro (2006, p. 110), é o seguinte:

Conseqüentemente, e a prática demonstra isso, o emprego dos militares em segurança pública urbana, em situação de normalidade, sob a égide do Decreto nº 3.897, vem acarretando problemas judiciais posteriores. E o potencial de problemas decorrentes é considerável: prisões podem ser consideradas ilegais; militares podem ser acusados de abuso de autoridade; e ocorrências resultantes de confrontos podem gerar processos criminais na Justiça Comum para os envolvidos.

Diante da ausência de argüição, perante o Supremo Tribunal Federal, da possível inconstitucionalidade do art. 15, da Lei Complementar nº 97, de 1999 (BRASIL, 1999), e a do art. 3º, do Decreto 3.897, de 2001 (BRASIL, 2001), e considerando o emprego cada vez mais freqüente das Forças Armadas em operações de GLO, que incluem OCD, Cavalcanti (2006, p. 42) relata que o Exército buscou preparar-se especificamente para essa necessidade:

O Exército, para não ser obrigado a realizar operações com tropas sem o adestramento adequado, intensificou a instrução e transformou a 11ª Brigada de Infantaria Blindada, sediada em Campinas/SP, em unidade de infantaria motorizada.

À nova Unidade, denominada “11ª Brigada de Infantaria Leve – Garantia da Lei e da Ordem”, foi atribuída, como missão adicional, a preparação para emprego dos soldados em missões de garantia da lei e da ordem, inclusive com a utilização de material especializado, como armas não letais, capacetes, escudos, etc. (Decreto n 5261, 03nov.2004).

Se o arcabouço jurídico dos militares para a Garantia da Lei e da Ordem, e conseqüentemente, para OCD, se revela frágil para amparar as Forças Armadas em uma situação de normalidade institucional, Giroto (2005, p. 26) indica a saída para a proteção jurídica dos militares que participam de tais operações:

A proteção jurídica às operações de GLO passa pela obediência ao ordenamento jurídico vigente, exigindo, em respeito ao dever de eficiência, o **preparo adequado da tropa e o emprego de equipamento e armamento adequados às atividades de segurança pública.** (grifo nosso)

3.4 AS UNIDADES ESPECIAIS DAS POLÍCIAS JUDICIÁRIAS NO DISTRITO FEDERAL

A Polícia Federal, a Polícia Civil do Distrito Federal e a Polícia da Câmara dos Deputados possuem Unidades Especiais, respectivamente, o Comando de Operações Táticas (COT), a Divisão de Operações Especiais (DOE) e a Coordenação de Operações Especiais (COESP), preparadas para atuar no Controle de Distúrbios. Se houve dificuldade para a pesquisa bibliográfica sobre a doutrina de OCD/CDC, pelo tratamento justificadamente reservado do assunto, conforme exposto no tópico sobre “Princípios de OCD”, mais árduo foi localizar qualquer alusão técnica das mencionadas Unidades em bibliotecas ou mesmo na internet. A edição mais antiga do Manual de CDC do Exército, com referência em um dos diversos textos pesquisados (BARBOSA e ANGELO, 2001, p. 152), data de 1964. A COESP, da Polícia da Câmara dos Deputados, por exemplo, foi criada em 2003, mas ainda se encontra em processo de estruturação, fato que não contribuiu para uma sondagem bibliográfica.

Por essa razão, exclusivamente neste tópico da pesquisa, com o **objetivo** de investigar a orientação doutrinária das OCD nas polícias não militares com sede no Distrito Federal (**Universo da Pesquisa**), fez-se opção por uma pesquisa de campo, que consistiu na aplicação de um questionário, com cinco perguntas abertas (**Instrumento – Anexo A**), aos profissionais que comandam as citadas Unidades Especiais com a atribuição de OCD (**Amostra**), ou ao policial por eles indicado.

O Diretor do COT e o Diretor Adjunto da DOE foram procurados no dia 14 de novembro de 2008, sexta-feira, nas salas de suas Unidades, e após a apresentação pessoal, do assunto e da finalidade do trabalho, receberam uma cópia do questionário. O mesmo **procedimento** foi utilizado no contato com o policial da COESP, no dia seguinte, pela insuficiência de tempo para fazê-lo na tarde de sexta-feira.

O Diretor do COT designou um agente para cuidar do questionário, e no final da tarde do dia 17 de novembro as respostas foram enviadas por e-mail.

O questionário, no caso da COESP, não chegou a ser convertido em um formulário, pois as respostas foram dadas pelo próprio pesquisado, por escrito, mas na presença do pesquisador.

O Diretor Adjunto da DOE, por um problema de saúde, só pode enviar as respostas, também por e-mail, no dia 27 de novembro.

Os **resultados** alcançados foram os seguintes:

1) As Unidades Especiais das Polícias Judiciárias não são contemporâneas da criação das respectivas Polícias. Surgiram pela impossibilidade do policial, nas suas atividades ordinárias, responder à sofisticação dos crimes ou ao aumento da lesividade criminosa.

Desde as manifestações ocorridas durante a Assembléia Constituinte, passando pelos tumultos da década de 90 e chegando aos distúrbios da 2ª reforma da Previdência de 2003, no âmbito do Controle de Distúrbios, uma Unidade Especial nos moldes do COESP se fazia necessária para a Polícia da Câmara dos Deputados. Sua implementação só foi intensificada após a invasão do MLST, em junho de 2006.

“Uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, responsável por apurar atos de terrorismo no país”, em 1983, sugeriu a formação de uma Unidade Especial na Polícia Federal para fazer frente a essa espécie de atividade criminosa. O COT só começou a ser implementado em 1987.

A DOE presta apoio Tático-Operacional, em situações policiais críticas, aos demais departamentos da Polícia Civil do Distrito Federal. Foi criada em 16 de setembro de 1988.

2) As três Unidades possuem o Controle de Distúrbios como atribuição, com amplitudes diferenciadas.

“O COT atua em situações onde o interesse da União deve ser garantido. Ultimamente a grande maioria das missões envolve conflitos agrários com indígenas, ocupação de prédios ou áreas federais por grupos organizados, ocupações de Universidades Federais etc”.

A COESP se mobiliza para manifestações e sinistros (incêndios e ataques terroristas) ocorridos nos próprios da Câmara dos Deputados.

A DOE intervém apenas em controle de distúrbios nas edificações da Polícia Civil (distúrbios prisionais).

3) O COT ainda designa a atividade de Controle de Distúrbios por CDC, mas existe a tendência de alterá-la para OCD. A Polícia Federal está compilando sua doutrina em manual.

A COESP denomina a atividade de Controle de Distúrbio em Recinto Confinado, cujos procedimentos ainda não foram documentados.

A DOE diferencia suas operações de controle prisional em duas categorias: os distúrbios no sistema penitenciário e os distúrbios em instituições de internação e reeducação de menores infratores.

4) A Polícia Federal desenvolveu uma doutrina própria que, inicialmente foi fundamentada na Polícia Militar do Distrito Federal, posteriormente recebeu preceitos das Unidades de Intervenção Policiais (UIP, da Guarda Civil da Espanha), e elementos doutrinários do Grupo de Operações Especiais (GPOE, da Polícia Civil do Distrito Federal) e da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

A COESP recebeu treinamento da DOE, da Polícia Militar do Distrito Federal e da Polícia do Exército.

A DOE informou que “todos os procedimentos táticos utilizados por grupos especiais das polícias brasileiras são oriundos de forças armadas estrangeiras, os quais passaram a ser adaptados para as polícias a partir dos anos 70.”

Extrai-se das informações obtidas que, embora haja variações doutrinárias, existe um padrão de procedimentos que não pode ser alterado para enfrentar uma

manifestação violenta, uma turba ou insurgentes que ocupam ilegalmente um espaço fechado. E isso também se infere das fontes que alimentaram as doutrinas das Unidades Especiais das Polícias Judiciárias.

Como lidar com tais situações sem unidade de comando (portanto, hierarquia), não tendo um objetivo fortemente definido, sem os já enumerados princípios marciais e princípios de emprego, não dispondo de equipamentos e treinamento, ou ainda, sem uma disciplina de quem se dispõe a enfrentar um adversário animoso?

Tais princípios, marciais e de emprego, não são incompatíveis com os direitos humanos. Não há como desprezá-los para enfrentar distúrbios.

Embora os policiais civis não se submetam ao regime jurídico militar (regulamentos militares, Códigos Penal e de Processo Penal Militar), a atividade tem nítidos contornos militares, tanto pela aplicação dos princípios quanto pelo desenrolar dos procedimentos.

Na resposta a última pergunta do questionário, uma informação interessantíssima sobre a doutrina própria desenvolvida pelo COT, conhecida por CDC Modular, teve suas vantagens assim resumidas: “A organização Modular provê o Grupamento com grande capacidade de manobra, flexibilizando as ações e tornando o emprego em áreas rurais mais seguro.”

Surpreendente é a semelhança do emprego tático das células de OCD do COT, que se combinam em função da complexidade da missão, com a descrição do emprego tático das falanges macedônicas, feita na legenda da **Fig. 5**. Felipe II criou essa formação militar em 350 AC.



UMA SEÇÃO DE FALANGE, um quadrado de 256 homens, podia lutar sôzinha ou como parte de uma falange completa de vários milhares. Na batalha, as cinco primeiras filas estendiam as suas lanças. Os que estavam atrás descansavam as suas lanças sobre os homens da frente, formando uma erigida barreira contra as flechas. Felipe II usava estas tropas a fim de preparar o caminho para as cargas de cavalaria.

Fig. 5

Barley (2001, p. 14), sobre outro ângulo, já havia constatado que 23 séculos de diferença e muita tecnologia não afastaram os fundamentos de OCD dos procedimentos das falanges da Macedônia:

Although the technology used by riot squads is very modern, their typical formation mimics ancient warfare, namely the Macedonian phalanx of 330BC – a slowly advancing line formation that works as long as the police stay shoulder to shoulder.

(Ainda que a tecnologia usada pelos batalhões de choque seja muito moderna, a formação utilizada é típica dos antigos combates, a exemplo das falanges de 330 AC: uma formação linear em lento avanço, que funciona desde que os policiais se mantenham ombro a ombro. - Tradução de Inês de Sampaio Pacheco)

A conclusão sobre a pesquisa de campo é que a atividade de OCD tem fundamentos militares, não importando se a força policial que vai desenvolvê-la é militar ou civil. Os princípios, os procedimentos, os trajes, os equipamentos, os armamentos e os treinamentos, ainda que haja variações doutrinárias, são fundamentalmente os mesmos.

4 ESPECIFICIDADES DA PSF EM OCD

4.1 DISTÚRBIOS NO PODER LEGISLATIVO, UM FENÔMENO UNIVERSAL

Um levantamento, realizado pela Subsecretaria de Polícia Ostensiva da Polícia do Senado Federal, de matérias jornalísticas que registraram distúrbios em órgãos parlamentares desde o ano de 1997, revelou que tais acontecimentos constituem um fenômeno universal. Foram 12 registros de distúrbios em sedes do Poder Legislativo estadual brasileiro, 9 no Legislativo municipal brasileiro e 7 de Parlamentos nacionais estrangeiros, que formam o **Apêndice A** desta pesquisa:

I) Nas Assembléias Legislativas:

- 1) 23/07/1997 – Rio Grande do Sul;
- 2) 03/12/1997 - Ceará;
- 3) 15/08/2001 – Paraná;
- 4) 13/07/2004 – São Paulo;
- 5) 21/09/2004 – Rio de Janeiro;
- 6) 17/05/2005 – Rondônia;
- 7) 21/09/2005 –Acre;
- 8) 21/09/2005 – Mato Grosso do Sul;
- 9) 15/02/2006 - Acre
- 10) 23/05/2007 – São Paulo;
- 11) 14/08/2007 – Rio Grande do Sul;
- 12) 06/06/2008 – Rio Grande do Sul.

II) Nas Câmaras Municipais:

- 1) 12/12/2000 – Rio de Janeiro (RJ);
- 2) 29/08/2003 – Salvador (BA);
- 3) 21/03/2005 – Cidade Ocidental (GO);
- 4) 14/12/2005 – Campinas (SP);

- 5) 26/10/2006 – Aracaju (SE);
- 6) 28/03/2007 – Belo Horizonte (MG)
- 7) 05/06/2007 – João Pessoa (PB);
- 8) 19/06/2007 – Fortaleza (CE);
- 9) 09/01/2008 – Navegantes (SC).

III) No mundo:

- 1) 27/10/1999 – Armênia;
- 2) 05/10/2000 - Iugoslávia;
- 3) 25/006/2001 – Macedônia;
- 4) 13/12/2001 – Índia;
- 5) 29/12/2001 – Argentina;
- 6) 22/11/2003 – Geórgia;
- 7) 30/01/2007 - Equador;

São necessárias algumas considerações:

- 1) O levantamento é exemplificativo, identificando os fatos que tiveram maior repercussão e foram veiculados na mídia de grande circulação e na internet. Esgotar o assunto seria uma pretensão absurda, impossível.
- 2) Os distúrbios nos parlamentos nacionais estrangeiros foram registrados em países que sofriam crises institucionais graves, que estavam próximos de uma guerra civil ou que lidavam naquele momento com terrorismo. As ocorrências da Armênia e da Índia estiveram mais próximas de um ataque terrorista do que de um distúrbio. Se tais parlamentos tivessem uma Unidade especializada em OCD, mesmo que não detivessem o ataque, talvez o retardassem até a chegada de uma tropa contra-terrorista.

4.2 DISTÚRBIOS NO CONGRESSO NACIONAL (CN), UM FENÔMENO INEXORÁVEL

Outro levantamento realizado foi o de distúrbios ocorridos no Congresso Nacional brasileiro desde 1997, 16 manifestações com diferentes graus de intensidade, que constituem o **Apêndice B** desta monografia, e que demonstram a inexorabilidade do fenômeno das manifestações legítimas que exacerbam para formas violentas:

- 1) 07/1997 – 1ª Reforma da Previdência. Local: Câmara dos Deputados;
- 2) 02/1998 - 1ª Reforma da Previdência. Local: Gramado defronte à rampa do Congresso Nacional;
- 3) 20/05/1998 – Manifestação PSTU/MST. Local: Gramado defronte à rampa do Congresso Nacional;
- 4) 23/05/2001 – Manifestação pela cassação dos Senadores Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Local: Gramado defronte à rampa do Congresso Nacional;
- 5) 09/10/2001 – Reunião do MST. Local: Auditório Petrônio Portela, do Senado Federal;
- 6) 22/07/2003 – 2ª Reforma da Previdência. Local: Túnel do Tempo, do Senado Federal, e passagem do Salão Azul (Senado Federal) para o Salão Verde (Câmara dos Deputados);
- 7) 23/07/2003 - 2ª Reforma da Previdência. Local: Anexo II, da Câmara dos Deputados;
- 8) 06/08/2003 - 2ª Reforma da Previdência (Marcha Brasília). Local: Cúpula, rampa e varanda do Congresso Nacional;
- 9) 25/11/2004 – Manifestação do PSOL. Local: Gramado defronte à rampa do Congresso Nacional;
- 10) 17/05/2005 – Marcha do MST. Local: Gramado defronte à rampa do Congresso Nacional;
- 11) 29/06/2005 – Tratoração. Local: Gramado defronte à rampa do Congresso Nacional;

- 12) 27/09/2005 – Prefeitos de Goiás. Local: Salão Azul, no Senado Federal;
- 13) 06/06/2006 – Invasão do MLST. Local: Anexo II, da Câmara dos Deputados até o Salão Verde (Câmara dos Deputados), no limite com o Salão Azul (Senado Federal);
- 14) 01/02/2007 – Manifestação pela Transparência Política. Local: Gramado defrente à rampa do Congresso Nacional;
- 15) 08/08/2007 - Manifestação Fora Gim. Local: Salão Verde (Câmara dos Deputados) e Salão Azul (Senado Federal);
- 16) 25/06/2008 – Manifestação dos Evangélicos. Local: Varanda do Congresso Nacional.

O levantamento também foi exemplificativo. Se tal pesquisa se estender a um tempo maior, haverá a constatação de que o período de funcionamento da Assembléia Constituinte, na década de 80 do século passado, foi farto de eventos turbulentos.

4.3 ESPECIFICIDADES DA PSF EM OCD

4.3.1 RESISTÊNCIA JURÍDICA E RESISTÊNCIA POLÍTICA ÀS OCD NO CN

No primeiro tópico do segundo capítulo deste trabalho, “História e Finalidade da PSF”, buscou-se demonstrar que contemplar as Polícias Legislativas Federais com os meios para bem cumprir suas missões representa assegurar a efetividade do Princípio da Separação dos Poderes, ou seja, representa garantir que o Poder Legislativo Federal funcione com liberdade e tranqüilidade sem depender de órgãos policiais do Poder Executivo.

No tópico seguinte, “Arcabouço Normativo da PSF Relacionado à Manutenção da Ordem”, ao apresentar as normas que estabelecem a competência da PSF de manutenção da ordem, ficou claro que a Mesa Diretora do Senado Federal detém o poder de polícia originário e que a PSF o exerce de forma derivada. O Regimento Interno da Câmara dos Deputados confere tratamento similar à sua Polícia.

A Resolução do Senado Federal nº 59, de 2002 (BRASIL, 2002), estabeleceu exclusividade do porte de arma de qualquer espécie nas dependências do Senado Federal aos seus policiais:

Art. 3º É proibido o porte de arma de qualquer espécie nas dependências do Senado Federal e de seus órgãos supervisionados, excetuado aos servidores no exercício de atividade típica de polícia, e com a autorização expressa do Presidente do Senado Federal.

Tal dispositivo, no entanto, não pode servir de forma absoluta para, juridicamente, impedir que outra força policial, em um caso extremo, com a autorização da Mesa Diretora do Senado Federal, venha atuar em socorro da PSF. Esse entendimento pode ser robustecido por dois argumentos.

Primeiro, a Constituição de 1988 (BRASIL, 2008) estatuiu no seu art. 49, VI, como de competência exclusiva do Congresso Nacional, “mudar temporariamente sua sede”, e o Regimento Interno do Senado Federal (BRASIL, 1970) prevê no seu art 1º, *in verbis*:

Art. 1º O Senado Federal tem sede no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília.

Parágrafo único. Em caso de guerra, de comoção intestina, de calamidade pública ou **de ocorrência que impossibilite o seu funcionamento na sede, o Senado poderá reunir-se, eventualmente, em qualquer outro local, por determinação da Mesa**, a requerimento da maioria dos Senadores. (grifo nosso)

Se a Mesa Diretora do Senado Federal, nas hipóteses previstas no parágrafo único, do art. 1º, do seu Regimento Interno, dentre elas em caso de comoção intestina e de ocorrência que impossibilite seu funcionamento na sede, pode determinar a reunião da Câmara Alta em qualquer outro local, então, sendo a Mesa Diretora a responsável por manter a ordem e a disciplina nas dependências do Senado Federal, poderá, com mais propriedade, autorizar o apoio externo à PSF.

O segundo argumento decorre do que foi exposto no tópico “Arcabouço Normativo dos Militares”. O legislador constituinte de 1988, no art. 142, estabeleceu que as Forças Armadas podem ser acionadas pela iniciativa de qualquer um dos Poderes, para a sua garantia, com o fim de emprego em operações de GLO. A Lei Complementar nº 97, de 1999 (BRASIL, 1999), e o Decreto nº 3.897, de 2001 (BRASIL, 2001), com questionável constitucionalidade, admitem tal emprego das Forças Armadas, inclusive, na situação de normalidade institucional, quando os Órgãos de Segurança Pública não existirem, estiverem impedidos ou forem insuficientes para a preservação da ordem pública.

Ora, se existe a possibilidade, em casos extremos, dos instrumentos de preservação da ordem pública, enumerados no art. 144 da Constituição Federal, não serem suficientes para cumprir sua missão institucional, o mesmo pode ocorrer com as Polícias Legislativas. Se o Poder Legislativo tem a iniciativa constitucional de empregar as Forças Armadas para garantir a lei e a ordem na esfera da segurança pública, não teria a iniciativa de autorizar a atuação de polícias não legislativas na sua própria sede?

O impedimento ou dificuldade para a possível atuação de uma polícia não legislativa no Congresso Nacional, no caso de insuficiência da PSF e da PCD, não se encontra no ordenamento jurídico, mas em um aspecto político, de fundo histórico e político: o juízo de alguns parlamentares e, principalmente, de alguns jornalistas de que o ambiente do Congresso Nacional não comportaria OCD, pelos seus aspectos militares.

Um exemplo significativo explica essa questão. A Marcha Brasília, ocorrida em 6 de agosto de 2003 e descrita no primeiro tópico do trabalho, culminou um ciclo de manifestações contra a Segunda Reforma da Previdência. Duas semanas antes desse episódio, no dia 23 de julho, durante a votação do Relatório do Projeto da dita Reforma, numa Comissão Especial da Câmara dos Deputados, houve um protesto de trezentos servidores públicos na entrada do Anexo II daquela Casa. O presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha, autorizou que a tropa de choque da PMDF, o Batalhão de Operações Especiais (BOPE), percorresse um dos corredores do prédio e se posicionasse na entrada para impedir a sua invasão (**Fig. 6**). A repercussão na imprensa foi de completo repúdio à medida:

[...] No mesmo dia, para conter um grupo de servidores públicos que protestavam contra a reforma da Previdência, **pela primeira vez na história um batalhão da tropa de choque da PM, com todos os seus escudos, capacetes e, principalmente, metralhadoras, entrou no Congresso Nacional.** [...] (LAGO, 2003, p.4, grifo nosso)

[...]O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, na quarta-feira, chamou a tropa de choque da Polícia Militar do Distrito Federal para conter servidores públicos em greve que faziam protestos - acrescidos de quebras de normas mínimas de convívio e democracia - na Câmara. **Foi a primeira vez na história da casa que o presidente convocou a polícia. No dia seguinte, depois de ver na imprensa a foto histórica dos policiais de escudo e capacete, chorou.** [...] (PINTO, 2003, grifo nosso)

[...]. **Acrescentou que a tropa de choque da Polícia Militar atravessou os corredores das comissões armada de espingardas calibre 12 e escudos de proteção.** (CHAGAS, 2003, p.4, grifo nosso)

Até especialista na área econômica se manifestou, como por exemplo, Machado (2003, p. 12):

Chocaram profundamente as direções de várias empresas e bancos as cenas mostradas pela TV da tropa de choque da PM, chamada pelo presidente da Câmara, João Paulo Cunha, para tentar conter o que já era uma turba de servidores investidos do propósito de impedir a votação do relatório da reforma da Previdência oficial pela Comissão Especial encarregada de examiná-la antes de enviar o projeto para o plenário. [...] (grifo nosso)



Fig. 6

Percebe-se que a reação não foi à presença dos policiais, mas ao aparato de OCD necessário para a ocasião.

Agora, em 2008, Braga (2008, p.4), um jornalista ainda desinformado sobre a existência da PSF, escreveu:

Certa vez, andava absorto num corredor do Senado. Acho que chovia. Pelo menos o dia estava preguiçoso, como se não quisesse passar, disso lembro bem. De repente, cruza-me apressado um par de botinas negras. Levantando um pouco o olhar, dei-me conta de que eram não só **botinas, mas calças negras, camiseta negra, óculos negros, toda a vestimenta militarmente justa**, como se não permitisse qualquer conforto além do funcional. **Às costas, em letras grandes, o aviso perturbador: Polícia Federal. Abaixo, num tipo mais acanhado, o esclarecimento: legislativa.** (grifos nossos)

Talvez tenha sido Fernandes (2006) quem melhor revelou a mencionada aversão aos aspectos militares da OCD, com um comentário totalmente equivocado após a invasão do Congresso Nacional pelo MLST, no dia 6 de junho de 2006:

Não tenho a menor simpatia pelo carreirista-comunista Aldo Rebelo. Mas ele agiu corretamente ao não permitir a entrada no recinto de qualquer polícia, civil ou militar. Fechou o recinto (o mesmo que foi feito no Senado), só a segurança da "casa" pôde agir. O Congresso não tem armas e não pode usá-las para se defender. **Em 1967, presidindo a Câmara, o bravo Adauto Lucio Cardoso (nenhuma comparação, claro) não deixou que forças militares invadissem a "casa". Queriam prender deputados já cassados. Adauto defendeu e garantiu a todos, principalmente os adversários. Aldo Rebelo acertou, nada a ver com Adauto Cardoso, mas também não é nenhum Severino Cavalcanti, a quem substituiu.** (grifo nosso)

O equívoco de Fernandes (2006) derivou de que o ingresso de uma força militar em 1967 seria para interferir no funcionamento do Congresso Nacional, diversamente do que aconteceu no dia 23/7/2003 (ou que poderia ter acontecido no dia 6/6/2006), quando a tropa de choque interveio para ajudar a garantir o livre funcionamento do Parlamento.

Toda a linha de raciocínio desenvolvida objetivou comprovar que qualquer resistência, jurídica ou política, a uma intervenção de outras polícias no Congresso Nacional em OCD, em situações excepcionais, deve-se mais ao aspecto militar da atividade, do que à violação da independência do Poder Legislativo. E existindo tal fundamento para a resistência, a natureza militar da atividade também seria obstáculo para proporcionar às próprias Polícias Legislativas os instrumentos plenos para desenvolver OCD.

4.3.2 ATUAL DIFICULDADE OPERACIONAL DA PSF

Se até 2006, antes da invasão do MLST, havia relutância em proporcionar meios para a PSF enfrentar distúrbios, a Mesa do Senado Federal sinalizou que os fatos do dia 6 de junho daquele ano justificavam dotar a PSF de uma Unidade Especial com essa finalidade, da forma descrita no tópico deste trabalho, o “Arcabouço Normativo da Polícia do Senado Federal Relacionado à Manutenção da Ordem”, e criou o Serviço de Operações Especiais com a edição, em 29/06/2006, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 2006 (BRASIL, 2006a).

A PSF, que naquele ano já havia se equipado com armamento não letal, a pistola “Taser”, em tese, adequado para a atividade de OCD, regulou a utilização desse armamento pela Portaria do Diretor da PSF nº 1, de 3 de abril de 2006 (BRASIL, 2006c), com a criação de autênticas “regras de engajamento” (procedimentos que objetivam esgotar os meios pacíficos antes de recorrer à força).

Da mesma forma, por dispor, na época, de armamento letal, o qual, de acordo com o tópico desta pesquisa “Princípios de OCD”, em virtude dos Princípios da Progressividade e da Autodefesa, se faz necessário para o apoio às OCD, a PSF também regulamentou sua utilização pela Portaria do Diretor da PSF nº 2, de 7 de maio de 2007 (BRASIL, 2007a). Convém esclarecer que o Estatuto do Desarmamento (BRASIL, 2003), no inciso VI, do art. 6º, contemplou os integrantes da PSF e da PCD com o porte de arma, *in verbis*:

Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo os casos previstos em legislação própria e para:

[...];

VI – os integrantes dos órgãos policiais referidos no art. 51,IV e no **art. 52, XIII**; (grifo nosso)

Todavia, outras mudanças não ocorreram. O Serviço de Operações Especiais não foi estruturado e providências necessárias para a eficaz realização de OCD deixaram de ser tomadas por uma questão administrativa muito séria: o reduzido número de policiais legislativos no quadro de servidores da PSF.

O quadro de servidores da Polícia do Senado Federal atualmente dispõe de aproximadamente 150 policiais, efetivo insuficiente para cumprir as atribuições ordinárias do serviço. Há uma vacância de 90 cargos. Dos 150 policiais, os mais novos estão acima de 36 anos, os mais idosos aproximam-se da aposentaria compulsória. O último concurso foi realizado em 1991, portanto, há quase 20 anos, quando ingressaram em torno de 100 policiais. O concurso que o Senado promoveu este ano, ainda na primeira fase, reservou apenas duas vagas para a PSF. Dessa forma, cabe o seguinte questionamento: de que forma se pode retirar, de um universo de 150 servidores, de 20 a 30 policiais (aproximadamente 20% do total), os mais novos e fisicamente aptos, para integrar um serviço (com outras competências de gerenciamento de crises, além das OCD) que exigirá dedicação exclusiva e treinamento intensivo, se o quantitativo atual não atende às necessidades corriqueiras de policiamento do Senado Federal?

O aparente paradoxo que se julgava existir entre uma demanda fático-normativa, os tumultos que eclodem no Congresso Nacional (e a previsão regulamentar genérica, até 2006, de sua contenção pelas Polícias Legislativas), e a dificuldade de se responder a essa demanda, a implementação da atividade de OCD, foi superado no plano político. Hoje a resposta à demanda não ocorre da forma ideal por uma limitação administrativa, a falta de recursos humanos.

4.3.3 CONSEQÜÊNCIAS DA DIFICULDADE OPERACIONAL DA PSF

Uma comparação superficial entre a situação anterior e a posterior à criação do Serviço de Operações Especiais em 2006, sugere que houve progressos:

1) Anteriormente a 30 de agosto de 2006, havia uma atribuição genérica de controle de distúrbios, a ausência de regulação mínima, e apenas disposição física dos policiais para conter os tumultos – os eventos assemelhavam-se a brigas de rua e o resultado, em virtude da desigualdade numérica entre os conflitantes, sempre muitas vezes superior no lado dos manifestantes, resumia-se a policiais feridos (alguns com gravidade);

2) Posteriormente a 30 de agosto de 2006, quando a PSF recebeu uma atribuição específica de controle de distúrbios e passou a dispor de armamentos não letal e letal, em tese, necessários ao controle de distúrbios.

A existência das duas espécies de armamento, no entanto, não provê suficiência para, tecnicamente, controlar um distúrbio. Algumas questões devem ser consideradas:

a) Conforme apresentado no decorrer do capítulo 3 deste trabalho, “Operações de Controle de Distúrbios (OCD)”, a natureza da atividade de controle de distúrbios é eminentemente militar. Para que uma força policial, militar ou civil, obtenha sucesso no controle de um distúrbio, basicamente os mesmos princípios, procedimentos, equipamentos e treinamentos devem ser utilizados. E a compreensão da palavra sucesso não se limita simplesmente a subjugar uma manifestação violenta, mas a controlá-la de forma proporcional e progressiva, com menos efeitos indesejados, como manifestantes e policiais feridos.

Pelos relatos anteriormente apresentados no capítulo 3, uma das formas que as unidades policiais possuem de dissuadir manifestantes, e evitar o confronto, é exibindo força. O manifestante será melhor convencido a terminar um ato de violência por um grupo de policiais vestindo ternos e sem equipamentos adequados de proteção ou por uma força coesa, com uniforme operacional e devidamente protegida?

b) A inexistência de um Plano de Contingência (com providências gerais que devem ser tomadas no SF no caso de ocorrência de distúrbios nas suas dependências) e de um Manual de OCD (emprego tático direto dos integrantes do Serviço de

Operações Especiais nas OCD) conferem improvisação a um procedimento que deveria exigir de seus executores prévio conhecimento.

c) A regulamentação da utilização dos armamentos institucionais da PSF somente previu o emprego individual, sem estabelecer parâmetros para o emprego em situações que os policiais atuam coordenados em uma equipe.

Diante dessas considerações, o suposto progresso da capacidade da PSF para controlar distúrbios deve ser redimensionado, pois o aumento do poder ofensivo dos policiais legislativos, sem equipamentos e sem parâmetros de utilização coletiva, pode trazer sérias conseqüências jurídicas, conforme advertem alguns autores:

1) Com relação à falta de equipamentos adequados para OCD, adverte Giroto (2005, p. 22), fazendo referência aos acontecimentos do dia 17 de abril de 1996, no município de Eldorado dos Carajás, no estado do Pará, quando uma tropa da Polícia Militar, não especializada em OCD, tentou desobstruir uma rodovia interdita pelo MST, resultando na morte de 19 integrantes do MST e em ferimentos de outros 50:

[...] O material e armamento podem influenciar nas conseqüências jurídicas, visto que uma tropa com equipamentos especiais de controle de distúrbios tem melhores condições de evitar ações judiciais, em caso de uma eventual hipótese de choque com manifestantes. [...]

O julgamento da tropa no Pará é exemplo de como uma força, sem preparo, armada e equipada inadequadamente pode trazer sérias conseqüências jurídicas para os envolvidos.

2) Quanto à inexistência de um Plano de Contingência e de um Manual de OCD, Alves (2006) alerta:

Todas as ações da tropa de controle de distúrbios civis devem estar pautadas pela legalidade e operacionalidade, em cumprimento aos ditames da lei e aos manuais técnicos da Corporação. A finalidade precípua da instrução à Tropa Especializada é para que esta possa conhecer a sua competência legal, bem como conhecer os limites da ação policial.

3) Por último, também remetendo-se ao caso de Eldorado dos Carajás, Alves (2006) indica a necessidade de parâmetros para a condução coletiva dos policiais nas OCD:

As funções exercidas por cada policial do pelotão de choque estão bem delineadas nos manuais técnicos, com o objetivo de delimitar as ações de cada um, para que estas ações estejam nos estritos limites da legalidade e da legitimidade.[...]

É inadmissível que o policial do choque aja isoladamente, pois estaria violando um princípio primordial da doutrina do choque, que é da indivisibilidade.[...]

O episódio ocorrido em Eldorado dos Carajás serve-nos como exemplo, para que fatos como aquele não ocorram em idêntica forma.

O Princípio da Indivisibilidade mencionado por Alves (2006) não foi citado por outros autores. Embora, pela descrição, tenha semelhanças com o Princípio da Unidade de Comando, citado no tópico “Princípios de OCD”, não é possível afirmar que os dois se confundem.

No próximo capítulo será verificada, no cenário atual, a proteção jurídica penal dos policiais do Senado Federal no exercício de controle de distúrbios.

5 A REPERCUSSÃO PENAL PROTETIVA PARA OS INTEGRANTES DA PSF ENVOLVIDOS EM OCD

5.1 OS REQUISITOS DO CRIME E AS EXCLUDENTES DE ILICITUDE

O envolvimento de um policial em OCD pode gerar ações de sua parte que configurem crimes. Contudo, da mesma forma que o ordenamento jurídico descreve certas condutas que são repudiadas socialmente (crimes), o faz para algumas situações nas quais elas são permitidas (normas permissivas, permissivos legais, excludentes de ilicitude). Mirabete (1996) e Jesus (1997) fundamentam muitos dos conceitos expostos neste tópico.

As condutas humanas mais reprováveis socialmente, aquelas que atingem bens jurídicos considerados relevantes, são eleitas e descritas pelo legislador como crimes, merecendo respostas estatais mais severas, as penas.

O fato de a sanção penal ter a capacidade de alcançar um valor tão importante, a liberdade dos agentes que praticam a conduta criminosa, impele que todo o sistema criminal, seus princípios e normas, busquem garantir que casuísmos ou imprecisões não gerem a reprimenda do Estado.

As Teorias do Crime são mecanismos que buscam assegurar a utilização adequada dessa resposta.

A **Teoria Finalista da Ação**, de Hans Welzel, que influenciou a Reforma Penal de 1984, sustenta que o essencial na análise da conduta humana é o prejuízo que emerge do caráter intencional de quem a pratica, ou seja, o **desvalor da ação**.

Tal compreensão tem os mesmos reflexos para os doutrinadores que comungam da Teoria Finalista, acreditem ou não que a Culpabilidade integre a estrutura do crime, pois a ausência do dolo, para ambos os grupos, tornaria a conduta atípica.

Os requisitos do crime são a descrição da conduta criminosa (**Fato Típico** e que exige uma característica de perfeita adequação do fato à norma, a **Tipicidade**) e a contrariedade da conduta ao Direito (**Illicitude** ou **Antijuridicidade**, caracterizada pela ausência de um permissivo legal, a **Excludente de Illicitude**). O juízo de

reprovabilidade do agente, que é a **Culpabilidade**, por não incidir sobre a conduta, para os que aceitam apenas os dois primeiros requisitos, consistiria em pressuposto de aplicação da pena.

A presença de uma excludente de ilicitude em uma conduta típica, pela Teoria Finalista, afastaria um dos requisitos do crime, resultando, portanto na sua inocorrência.

Em OCD, duas excludentes têm grande relevância.

No caso da excludente de ilicitude denominada **Estrito Cumprimento do Dever Legal**, o dever legal precisa estar bem delineado para, primeiro, servir de referência ao destinatário da norma que, então, terá condições de cumpri-la estritamente, realizando as condutas absolutamente necessárias para a realização da norma permissiva (a excludente); e, depois, para permitir que o julgador afira se a ação do agente ateu-se aos limites do comando normativo. A não conformidade da conduta ao dever legal pode não caracterizar a excludente ou representar excesso na sua execução.

Quanto à excludente de ilicitude da **Legítima Defesa**, sua aplicação depende dos fatos e de suas circunstâncias terem correspondência com os requisitos do permissivo legal. Existe o excesso na defesa legítima se o agente utiliza um meio necessário moderadamente, em um primeiro momento, para rechaçar uma agressão injusta, mas prossegue a conduta com intensidade desnecessária (imoderada).

A perspectiva teórica acima será utilizada para verificar se os integrantes da Polícia do Senado Federal, nas atividades de controle de distúrbios, diante do contexto operacional no qual se inserem atualmente, dispõem de uma proteção jurídica penal efetiva, ou seja, em que medida os permissivos legais (excludentes de ilicitude) se aplicam às possíveis condutas típicas dos policiais do Senado Federal envolvidos em OCD.

5.2 O ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL E AS ATIVIDADES DE OCD

Quando a lei impõe determinado comportamento a um sujeito, o qual age nos limites da imposição, ainda que lesione bem jurídico protegido, não comete crime. O embasamento lógico para a excludente do estrito cumprimento do dever legal é que o cumprimento de um dever estabelecido legalmente, dentro de seus limites, não pode ofender a própria lei, porque haveria uma contradição; são idéias inconciliáveis. Não há redundância na previsão legal da excludente, pois o legislador pretendeu não deixar dúvida quanto a sua aplicação.

O permissivo se dirige, essencialmente, aos agentes públicos, mas alcança os particulares, quando atuam sob a imposição de deveres legais, como os pais exercendo os poderes familiares.

As excludentes de ilicitude constituem, também, tipos penais. Se as condutas criminosas são descritas em tipos penais proibitivos ou tipos penais incriminadores, as excludentes o são em tipos penais permissivos. Jesus (1997, p. 357) comenta:

O tipo penal incriminador possui elementos objetivos e subjetivos. Há a parte objetiva e a subjetiva. Da mesma forma, os tipos penais permissivos também possuem elementos objetivos e subjetivos, de maneira que somente a congruência desses elementos pode justificar uma conduta (Wessels).

Para a justificação por estrito cumprimento do dever legal de uma conduta típica, exige-se, além dos elementos objetivos da excludente, a satisfação dos elementos subjetivos: o autor **deve conhecer** o dever legal, assim como **deve ter a vontade de concretizá-lo** realizando as condutas estritamente necessárias.

Dever legal significa, segundo Bitencourt (2005, p. 88), o que “decorra de lei, não o caracterizando obrigações de natureza social, moral ou religiosa”. Mirabete (1996, p. 186) observa que o dever legal “pode derivar da própria lei penal ou extrapenal, como, por exemplo, nas disposições jurídicas administrativas.” Jesus (1997, p. 395) afirma que “o dever pode estar contido em regulamento, decreto ou qualquer ato emanado do poder público, desde que tenha caráter geral.”

Sobre os limites da ação policial, Alves (2006) discorre a respeito da importância dos manuais técnicos específicos sobre a atuação da tropa de choque:

A tropa de choque baliza sua técnica em manuais previstos na Corporação, em que estão registradas as táticas e os meios utilizados para o cumprimento da missão, **bem como para delinear os limites da atuação do policiamento frente à perturbação da ordem.**

Os manuais e as recomendações do comando são de suma importância para persecução da missão e atuação da tropa, pois **a lei apenas determina a competência das polícias militares, além de tipificar as condutas ilícitas; a lei não prevê limites para esta atuação em um caso específico. (grifos nossos)**

Por serem disposições jurídicas administrativas, de caráter geral, em consonância com os entendimentos de dever legal acima mencionados e extraídos de Mirabete (1996, p. 186) e de Jesus (1997, p. 395), os manuais técnicos de OCD, portanto, integram o dever do policial do choque.

Delinear perfeitamente o dever legal é fundamental para que o policial possa se socorrer da excludente e não incorrer em **excesso punível**. Para Noronha (2003, p. 208), “há, em tese, excesso no caso de exclusão de ilicitude quando o agente, ao início sob o abrigo da excludente, em seqüência vai além do necessário”. Mirabete (1996, p. 186), afirma que, no caso do excesso punível em estrito cumprimento do dever legal, “todo dever é limitado ou regulado em sua execução, e fora dos limites traçados na lei o que se apresenta é o excesso de poder punível”. Sobre o mesmo assunto, Toledo (1994, p. 212) comenta:

Os excessos poderão constituir crime de abuso de autoridade (Lei n. 4.898, de 9-12-1965, arts. 3º e 4º) ou crimes previstos no Código Penal (culposos ou dolosos), ou ambos, conforme as circunstâncias.

O julgado do TJDFT aludido no tópico “Princípios de OCD” é referência sobre a questão do delineamento do dever legal em OCD. O desembargador Edson Alfredo Smaniotto, relator no julgamento do Processo APR 2000.01.1.046092-5 (TJDFT, 2004, p. 8), votou a favor da absolvição dos denunciados pelo crime de abuso de autoridade,

na modalidade de atentado à incolumidade física das pessoas (art. 3º, alínea i, da Lei 4.898/65). Figuravam como acusados os policiais militares, integrantes do BOPE, envolvidos no controle do distúrbio promovido por grevistas de uma empresa pública do Distrito Federal, ocorrido no dia 2 de dezembro de 1999, que ficou conhecido como “Caso Novacap”. O magistrado fundamentou seu voto no convencimento de que os denunciados estavam acobertados pela excludente do estrito cumprimento do dever legal:

Quanto à quantidade de tiros, embora Sua Excelência repute-a exagerada, não diz qual o limite de disparos seria adequado à solução do confronto que veio a se estabelecer no portão da empresa.

A respeito do número de disparos efetuados, aliás, cabe uma observação. O próprio Ministério Público nos informa que cada cartucho contém três balins, o que significa que foram disparados quase 600 balins, ou, mais precisamente, 570. Ora, considerando que se encontravam no local algo em torno de 600 a 800 manifestantes, e que destes, trinta foram feridos, a conclusão que se impõe é a de que pelo menos parte dos militares utilizou desse recurso com observância das normas de segurança pertinentes. **O que equivale a dizer que, senão todos, alguns policiais atiraram somente nas pernas das vítimas, mantendo a distância mínima de vinte metros, tal como disposto no Manual Básico. Todos eles, aliás, dizem que obedeceram às cautelas de praxe. Muitos, inclusive, afirmam que só atiraram para o alto.**

Houve subsunção à excludente porque as normas técnicas foram observadas. A existência de um regimento não produz um engessamento absoluto. A não observância de todas as fases da operação previstas no manual foi justificada, para o julgador, pelas circunstâncias:

Aduz o Órgão Ministerial, entretanto, que **a ação do BOPE foi inopinada, eis que não observadas todas as fases recomendadas pelo referido manual.**

Com a devida vênia do ilustre Promotor, entendo que o Comandante dispõe de certa discricionariedade ao lidar com situações como a que gerou os lamentáveis fatos em apuração. **Como pretender que todos os procedimentos prévios, tendentes a evitar o confronto, fossem observados, se ao que consta, os policiais do BOPE foram recepcionados pelos manifestantes com pedradas e outros objetos?** (TJDFT, 2004, p. 9, grifos nossos)

O **estrito cumprimento** compreende que somente as ações absolutamente necessárias justificam a permissão legal, cabendo as constatações de Toledo (1994, p. 211) sobre a possível resistência contra a atuação do agente público e sobre o amparo oferecido pelo Código de Processo Penal (BRASIL, 1941) para o uso da força pelo Estado:

[...] Assim, atuam lícitamente os agentes do Poder Público que realizam prisões, arrombamento, busca e apreensão de pessoas ou coisas, portas a dentro de uma residência (CPP, arts. 6º, III, e 240, § 1º), em cumprimento a mandados judiciais. E, no desempenho de missões dessa natureza, se houver resistência, ainda por parte de terceiros, no caso de prisão, podem os executores “usar os meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência” (CPP, art. 292).

Andreucci (1975, p. 257), sem considerar que os manuais técnicos podem traçar os limites para a utilização dos recursos para OCD, comenta sobre “os meios necessários”:

A idéia de força agrega o uso de armas de fogo, gás lacrimogênio, enfim, as compreendidas no conceito genérico de arma, sem que para isso seja preciso um dispositivo legal específico. A referência aos meios necessários aglutina em si o que for reclamado como instrumental, trazendo de forma latente a possibilidade de seu emprego, porquanto, em dadas circunstâncias, podem ser imprescindíveis para vencer a resistência.

A sua manipulação para este objetivo, contudo, significa ‘extrema ratio’, pelo valor impostergável da vida humana, devendo, de preferência, ser aplicados, dentre os meios disponíveis, os que menos prejuízos causarem.

Ainda, sobre a ação absolutamente necessária, mas sob a perspectiva do policial não empregar a força indispensável para vencer a resistência, Noronha (2003, p. 204) esclarece:

[...] Na manutenção da ordem é facultado à autoridade usar violência, desde que esta seja necessária para triunfar o princípio da autoridade e reinar a paz e a tranqüilidade necessária à vida comunitária. Ao contrário, o não-emprego da

força em casos pode traduzir, no mínimo, frouxidão, incorrendo a autoridade em sanções administrativas, quando não penais, por crime contra a administração pública. [...]

Hungria e Fragoso (1978, p.313), asseveram:

[...] No caso de cumprimento de dever (que pressupõe no executor um funcionário ou agente do estado, agindo por ordem da lei, a que deve estrita obediência) o rompimento da oposição pela violência, ainda que esta não constitua legítima defesa, pode ser praticado pelo executor *ex proprio Marte* (posto que atendidas as formalidades legais e não haja excesso no *modus*).

Em posição extrema sobre o uso da força e a possibilidade da aplicação do estrito cumprimento do dever legal em homicídio, Mirabete (2005, p. 227), apresenta jurisprudência. Destaca-se um julgado do Supremo Tribunal Federal:

STF: “Estrito cumprimento de dever legal. Policiais que revidam a tiros reação de marginais, matando um deles quando cumpriam mandado de autoridade competente. Inexistência de dolo e conseqüentemente, de justa causa para a ação penal. Trancamento. Habeas corpus concedido de ofício. Inteligência dos arts. 19, III (art. 23, III vigente) do CP e 648, I, do CPP” (RT 580/447).

No entanto, a doutrina dominante não aceita a aplicação do estrito cumprimento de dever legal em homicídio. Bitencourt (2005, p. 88) afirma: “O art. 292 do CPP, norma permissiva, não autoriza, contudo, que os agentes do Estado possam, amiúde, matar ou ferir pessoas apenas porque são marginais ou estão delinquindo ou então estão sendo legitimamente perseguidas. A própria resistência do eventual infrator não autoriza essa excepcional violência oficial”. Do mesmo entendimento, comunga Toledo (1994, p. 212):

Não estão, pois, os agentes do Estado autorizados, sem mais, a ferir ou matar as pessoas legitimamente perseguidas. Se houver resistência (com emprego de violência ou de ameaças), por parte do agente passivo, cria-se uma situação de legítima defesa que faculta aos mencionados agentes a

possibilidade de reação, com emprego moderado dos meios necessários para impedir ou repelir a agressão.

A correlação entre estrito cumprimento do dever legal e legítima defesa, diante da progressão dos fatos, é tratada por vários autores. Noronha (2003, p. 205) fala em “coexistência das duas discriminantes”; Bitencourt (2005, p. 88), em “uma excludente dentro da outra”. O tema será examinado no próximo tópico.

Apenas uma observação sobre a utilização das expressões “violência” e “uso da força”, feita por Lopes (2008):

[...] A Polícia pode ser forte e severa, sem necessariamente ser violenta. A propósito, a terminologia Violência é comumente empregada para ações irregulares e ilegais, passando a se denominar Uso da Força quando balizada em situações juridicamente permitidas.

Violência é desrespeito, é despreparo, é crime. Uso da força é exercício profissional estratégico. É rigor na aplicação da Lei!

5.3 A LEGITIMA DEFESA E AS ATIVIDADES DE OCD

O art. 25 do Código Penal (BRASIL, 1940) define a legítima defesa, causa de exclusão de antijuridicidade invocada nas atividades de OCD, e apresenta seus requisitos objetivos: “Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.”

A **agressão injusta** corresponde a uma conduta humana, não autorizada pelo Direito, que lesa ou coloca em perigo um **bem jurídico de quem se defende** (legítima defesa própria) **ou de terceiro** (legítima defesa de terceiro). A agressão deve estar ocorrendo (**atual**) ou prestes a ocorrer (**iminente**) no momento da defesa. O **meio** utilizado para afastar a agressão deve ser o disponível (**necessário**) no momento de sua ocorrência, de preferência o que menor dano cause ao agressor, e de forma que, entre a reação e a ofensa, haja certa proporcionalidade (**moderação**).

O requisito subjetivo se compõe do **conhecimento** que o agente deve ter a respeito da agressão, somado à **vontade** de se defender.

O **excesso punível** na legítima defesa, para Noronha (2003, p. 209), ocorre quando o agente “após a reação justa (meio e moderação) por imprevidência ou conscientemente continua desnecessariamente na ação”. Se conscientemente, será excesso doloso; por imprevidência, excesso culposo.

Sobre a escalada do uso da força necessária para vencer a oposição ao cumprimento de missões legais pelos policiais, no caso desta pesquisa a de manifestantes em OCD, dois autores revelam critérios diferentes para identificar o tipo permissivo que acoberta essas condutas.

Para Brodt (2005, p. 292-293), a reação do particular é o fator determinante da excludente. Se houver desobediência, o policial agirá sob o estrito cumprimento do dever legal; se for resistência, sob legítima defesa:

[...] O emprego da força em estrito cumprimento do dever legal limita-se às hipóteses em que a oposição do paciente da medida à atuação do encarregado de executá-la caracteriza desobediência (ex: negativa de acompanhar o executor da prisão). A resistência (violência ou grave ameaça), trata-se de agressão injusta (atual ou iminente), o que conduz ao reconhecimento da exclusão da ilicitude do comportamento em virtude de legítima defesa.

Para Andreucci (1975, p. 255-256), o bem jurídico tutelado é que impõe o permissivo legal que autoriza a conduta do policial. Se o policial defende a lei, o seu cumprimento, que requer um uso “mais modesto” da força necessária, estará abrigado pelo estrito cumprimento do dever legal; se for a tutela individual, de repelir injusta agressão, “uma medida mais rigorosa” de força poderá ser utilizada, e a excludente será a legítima defesa:

De um modo geral, estará cientificamente correto afirmar que, no estrito cumprimento do dever, a força que pode ser empregada destina-se a desarticular os óbices à execução do comando legal. Na legítima defesa, porém, a força não se volta para a realização do imperativo legal, mas sim para

a defesa contra agressão injusta. Força para a tutela da lei, no primeiro caso, força para a tutela individual, no segundo caso.

[...] Não se nega a possibilidade do uso da força no estrito cumprimento do dever legal (Aníbal Bruno, Manzini, Maggiore, Asúa), desde que ela não invada o território do excesso e se limite a vencer a resistência oposta. Mas, convenha-se, a força aqui mencionada não é a mesma da legítima defesa. O seu tónus deve ser bem mais baixo, porque o interesse que visa assegurar não é a proteção da própria pessoa.

Independentemente do critério adotado, fica nítido que, doutrinariamente, os agentes que vierem a realizar tipos penais que decorram do uso mais intenso da força, portanto, tipos penais mais lesivos, encontrarão socorro na legítima defesa.

5.4 EFEITOS DAS ESPECIFICIDADES DA PSF NA SUBSUNÇÃO DAS CONDUITAS DE SEUS AGENTES ENVOLVIDOS EM OCD ÀS EXCLUDENTES DE ILICITUDE

Aparentemente, a apreciação dos requisitos objetivos do estrito cumprimento do dever legal é menos complexa do que dos requisitos da legítima defesa.

Na primeira excludente, basta avaliar se houve correspondência precisa da conduta do agente a um dever legal. Se o dever estiver bem delineado, se os limites forem precisos, não haverá grande dificuldade.

Os requisitos da legítima defesa apresentam maior conteúdo valorativo, dependem de interpretação, a atuação do agente é cotejada com enunciados mais abertos. A margem para aferir se a conduta do agente se subsume ao tipo permissivo é maior.

Essas considerações, ainda que por conjectura, merecem importância porque os meios utilizados para a realização de uma atividade que constitui um dever legal podem interferir nas conseqüências jurídicas para os seus executores.

No caso das especificidades da PSF em OCD, constantes do tópico “Conseqüências da Dificuldade Operacional da PSF”, ficou constatado que houve um aumento do poder ofensivo dos policiais, na medida em que hoje dispõem de

armamentos não letal e letal. Faltam outros armamentos e equipamentos adequados para OCD, inexistem Manual de OCD e um Plano de Contingência, e a regulamentação da utilização dos armamentos institucionais somente prevê o uso individual.

Duas conseqüências, pelo menos, podem ser vislumbradas dessas peculiaridades da PSF na subsunção da conduta de seus agentes às excludentes de ilicitude:

1) A não aquisição de outros equipamentos adequados para OCD, vai compelir os policiais, em alguns casos, a uma ação mais forte do que a necessária. Hipoteticamente, para evitar o avanço de manifestantes em qualquer espaço do Senado Federal, se dispusessem de condições plenas, talvez os agentes pudessem fazê-lo apenas utilizando equipamento de proteção. A ação poderia ter vários graus de uso da força, em consonância com o Princípio da Progressividade, de OCD, e com progressão, também, nas conseqüências penais.

Diversamente, no contexto atual, a mesma situação seria enfrentada com um embate físico entre policiais desprotegidos e uma massa de manifestantes, recorrendo-se de imediato à Taser, único recurso não letal existente no momento. As possíveis lesões aos bens jurídicos dos manifestantes adviriam de um instrumento que, eventualmente, pelas circunstâncias do uso em OCD, só admita invocar a legítima defesa.

2) A inexistência de Manual de OCD, de Plano de Contingência e de regulamentação para o emprego conjunto de armamentos, como já citado anteriormente, representa a ausência de parâmetros de conduta para o policial. Faltam referências numa atividade que não deve ser regida pela improvisação.

Tal efeito se torna mais grave com o entendimento de que os manuais técnicos servem para estabelecer os limites do dever legal. A própria configuração do dever legal fica comprometida. Sob essa perspectiva, não faltará apenas referência de ação para o policial, mas também, por exemplo, parâmetros para julgar o cometimento de excessos nas excludentes de ilicitude (inclusive o cometimento do crime de abuso de

autoridade). O julgado do “Caso Novacap” (TJDFT, 2004) reforça a compreensão desta consequência.

A repercussão protetiva penal para os agentes da PSF não é diferente da que outros policiais recebem. O fato da PSF não ter implementado o Serviço de Operações Especiais, embora detenha a competência específica para controlar distúrbios, torna a eventual defesa jurídica do policial envolvido em OCD, sustentada em fundamentos institucionais, mais fraca. O uso da força pelo policial, diante das especificidades atuais, estará mais voltada para a defesa individual do que para a tutela da lei, segundo o comentário de Andreucci (1975, p. 255-256). Ademais, o uso da força pelo policial, diante das referidas especificidades, carecerá de contornos mais precisos, não informando os limites do dever legal.

Por último, cabe observar, embora fuja à questão da subsunção da conduta dos policiais do Senado Federal envolvidos em OCD às excludentes de ilicitude, que a dificuldade atual, no plano administrativo, de implementar plenamente os meios de OCD para a Polícia do Senado Federal, além de deixar seus integrantes penalmente mais expostos, torna o Senado Federal, mais vulnerável a possíveis depredações e invasões. Prover a Polícia do Senado Federal dos adequados meios de OCD representa atuar preventivamente, pois é mais fácil conter uma manifestação violenta do que retomar um espaço depois de invadido, e significa assegurar a independência do Legislativo em relação aos demais Poderes da República.

6 CONCLUSÕES

A investigação desenvolvida neste trabalho foi dirigida para verificar se os Policiais do Senado Federal, considerando o contexto atual de seu trabalho, no exercício de uma atividade que é universal e inexorável de ocorrer em Parlamentos, o controle de distúrbios, dispõem de proteção jurídica penal efetiva, e em que medida. Compreendeu-se tal proteção jurídica como o acobertamento, pelas excludentes de ilicitude do estrito cumprimento do dever legal e da legítima defesa, das possíveis condutas típicas produzidas pelos policiais nessa atividade.

O histórico e a finalidade da PSF ilustraram a importância da existência das Polícias Legislativas Federais para assegurar a efetividade do Princípio da Separação dos Poderes e garantir o funcionamento livre e tranqüilo do Poder Legislativo. Para a manutenção da ordem nas dependências da Câmara Alta, a PSF possui a competência específica de controlar distúrbios, que advém da exacerbação dos legítimos Direitos de Reunião e de Liberdade de Pensamento, previstos como Fundamentais pela Constituição da República de 1988. No Congresso Nacional, as manifestações têm plena liberdade, desde que não venham a comprometer o livre trabalho legislativo.

O conceito, os princípios, o arcabouço normativo das Forças Armadas e a sondagem realizada sobre a orientação doutrinária das Operações de Controle de Distúrbios das Unidades Especiais das Polícias Não Militares sediadas no Distrito Federal indicaram que as atividades de OCD são tipicamente militares, pois as variações apresentadas pelas diversas forças policiais, militares ou civis, não modificam sua essência, sua natureza. Também evidenciaram que OCD são atividades muito técnicas, que exigem preparo, equipamentos e armamentos específicos, planejamento, procedimentos e treinamento.

Os registros de matérias jornalísticas que constituem os Apêndices deste trabalho demonstram que os distúrbios em parlamentos são fenômenos universais e inexoráveis. Portanto, diante inexistência de obstáculos jurídicos e da invasão promovida pelo MLST no Congresso Nacional em 2006, uma resistência política foi superada e, com o intuito de promover a sua proteção contra eventos dessa espécie, o Senado Federal dotou a PSF de uma Unidade Especial para realizar o controle de

distúrbios. Contudo, uma dificuldade administrativa impede, desde então, a implementação dessa Unidade Especial: o reduzido número de policiais legislativos no quadro de servidores da PSF.

Diante da exposição doutrinária sobre os requisitos do crime e a respeito das excludentes de ilicitude, bem como do estudo sobre a relação entre os permissivos legais do estrito cumprimento do dever legal e da legítima defesa com a progressão do uso da força pelas polícias, inclusive nas atividades de OCD, constatou-se que os efeitos das especificidades da PSF na proteção jurídica penal de seus agentes não é diversa da que dispõe qualquer policial. No entanto, por não contarem com recursos plenos de OCD, os Policiais do Senado Federal tenderão a empregar mais o uso da força, em controles de distúrbios, na defesa individual do que na tutela da lei, além de não vislumbrarem com nitidez os limites de seu dever legal.

Essa constatação revela uma exposição penal maior dos integrantes da PSF, sem considerar que a instituição fica mais vulnerável a possíveis depredações e invasões.

Os objetivos gerais, portanto, de descrever as especificidades da PSF relacionadas às OCD e de examinar se essa atividade é tipicamente militar, foram atingidos.

Da mesma forma, os objetivos específicos foram alcançados: definição de OCD e se há identificação dessa atividade entre as polícias militares e não militares; avaliação da possibilidade de aplicação do conceito de OCD no Congresso Nacional; e, verificação se as possibilidades de proteção jurídica penal para eventuais consequências das OCD são efetivas em relação aos Policiais do Senado Federal.

As sugestões que podem ser oferecidas convergem em um sentido, o de prover a Polícia do Senado Federal dos adequados meios de OCD. Para tanto, serão necessárias:

- 1) Aquisição de equipamentos adequados para o controle de distúrbios.

2) Elaboração de um Plano de Contingência (com providências gerais que devem ser tomadas no SF no caso de ocorrência de distúrbios nas suas dependências) e de um Manual de OCD (emprego tático direto dos integrantes do Serviço de Operações Especiais nas OCD).

3) Regulamentação da utilização dos armamentos institucionais da PSF com parâmetros para o emprego em situações que os policiais atuam coordenados em uma equipe.

4) Realização de um concurso no Senado Federal com a previsão de preenchimento de pelo menos 20 cargos de Policial Legislativo Federal.

5) Implementação do Serviço de Operações Especiais da Polícia do Senado Federal, promovendo o intercâmbio com as Unidades Especiais das demais Polícias e realizando treinamento permanente.

Tais medidas garantirão uma atuação mais precisa e eficaz da PSF no cumprimento de sua missão de controlar distúrbios, mas principalmente, vão assegurar a independência do Legislativo em relação aos demais Poderes da República.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Pedro Paulo Pereira. **A tropa especializada de controle de distúrbios civis e o seu emprego operacional em razão da perturbação da ordem pública: aspectos legais e técnicos.** [Belo Horizonte], 2006. Disponível em <<http://www.militar.com.br/modules.php?name=Juridico&file=display&jid=148>>. Acesso em 16out.2008.

ANDREUCCI, Ricardo Antunes. Violência e estrito cumprimento do dever legal. **Arquivos da Polícia Civil de São Paulo**, nº 26, p. 249-264, jul./dez. 1975.

BARBOSA, Márcio Silveira. Operação Parauapebas: a 23ª Brigada de Infantaria de Selva na Garantia da Lei e da Ordem. **Lições Aprendidas**, [Brasília], ano I, nº 2, p. 37-43, set. 2001. <http://www.coter.eb.mil.br/1sch/licoes_aprendidas/2%C2%AA%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20-%20Set%20de%202001.pdf>. Acesso em 9nov.2008.

BARBOSA, Sérgio Antunes; ANGELO, Ubiratan de Oliveira. **Distúrbios civis: Controle e uso da força pela polícia.** In: CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth; **Polícia Amanhã: Textos fundamentais de polícia.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001. v. 5, p. 99-160.

BARCELLOS, Zairo Ramos. Garantia da Lei e da Ordem. **Lições Aprendidas**, [Brasília], ano II, nº 5, p. 116-120, nov. 2002. <http://www.coter.eb.mil.br/1sch/licoes_aprendidas/5%C2%AA%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20-%20Nov%20de%202002.pdf>. Acesso em 9nov.2008.

BARLEY, Alexander. In the line of fire. **New Statesman**, p. 14-15, jul. 23, 2001. Disponível em <<http://www.highbeam.com>>. Acesso em 9out.2008.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código penal comentado.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, 1288 p.

BOWRA, C. M. Nova Era do Esplendor. In: _____. Grécia Clássica. **Biblioteca de História Universal TIME-LIFE.** Tradução de Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969. p. 150-151.

BRAGA, Ugo. As botas negras da Polícia Legislativa. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 4, 8 set. 2008.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)**. Publicado no Diário Oficial da União de 31/12/1940. Com a redação dada pela Lei nº 7.209, de 11/7/1984 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 30nov.2008.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal)**. Publicada no Diário Oficial da União de 13/10/1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689Compilado.htm>. Acesso em: 30nov.2008.

BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional)**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Publicada no Diário Oficial da União de 27/10/1966. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm>. Acesso em: 19nov.2008.

BRASIL. **Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal)**. Brasília: Senado Federal, 2007. Publicada no Diário Oficial da União de 1/2/2007. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/regsf/RegSFVoll.pdf>>. Acesso em: 28nov.2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2008.

BRASIL. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Publicada no Diário Oficial da União de 10/06/1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp97.htm>. Acesso em: 11nov.2008.

BRASIL. **Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001**. Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União de 27/8/2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3897.htm>. Acesso em: 11nov.2008.

BRASIL. **Resolução do Senado Federal nº 59, de 2002**. Brasília: Senado Federal, 2002. Publicada no Diário Oficial da União de 6/12/2002. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/senado/spol/pdf/Resolucao%20N%2059-2002.doc>>. Acesso em: 10nov.2008.

BRASIL. **Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União de 23/12/2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/_Quadro-2003.htm>. Acesso em: 29nov.2008.

BRASIL. **Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004a.** Disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública, e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União de 30/11/2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5289.htm>. Acesso em: 11nov.2008.

BRASIL. **Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004b.** Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. Publicada no Diário Oficial da União de 3/9/2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp117.htm> Acesso em: 23nov.2008.

BRASIL. **Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 14, de 2005.** Brasília: Senado Federal, **2005.** Publicado no Boletim Administrativo do Pessoal nº 3323, de 21/9/2005. Disponível em: <<https://intra.senado.gov.br/nadm/principal.asp>>. Acesso em: 10nov.2008.

BRASIL. **Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2006.** Brasília: Senado Federal, **2006a.** Publicado no Boletim Administrativo do Pessoal nº 3511, suplementar, de 29/6/2006. Disponível em: <<https://intra.senado.gov.br/nadm/principal.asp>>. Acesso em: 10nov.2008.

BRASIL. **Ato do Presidente do Senado Federal nº 50, de 2006.** Brasília: Senado Federal, **2006b.** Publicado no Boletim Administrativo do Pessoal nº 3556, de 31/8/2006. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/senado/spol/pdf/ATPRES50-2006.pdf>>. Acesso em: 10nov.2008.

BRASIL. **Portaria do Diretor da Polícia do Senado Federal nº 1, de 2006.** Brasília: Senado Federal, **2006c.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/senado/spol/pdf/Portaria0012006.pdf>>. Acesso em: 10nov.2008.

BRASIL. **Portaria do Diretor da Polícia do Senado Federal nº 2, de 2007.** Brasília: Senado Federal, **2007a.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/senado/spol/pdf/PORTARIA0022007.pdf>>. Acesso em: 28nov.2008.

BRASIL. **Resolução do Senado Federal nº 01, de 2007.** Brasília: Senado Federal, **2007b.** Publicada no Diário Oficial da União de 9/2/2007. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/senado/spol/pdf/REFERENDO%20ATOS.pdf>>. Acesso em: 10nov.2008.

BRODT, Luís Augusto. **Do estrito cumprimento do dever legal**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2005. 344 p.

CAVALCANTI, Ubyratan Guimarães. Múltiplos aspectos do emprego das Forças Armadas (FA) na Garantia da Lei e da Ordem (GLO). **Revista da Escola de Guerra Naval**, [Rio de Janeiro], p. 32-46, dez. 2006. Disponível em <<http://www.egn.mar.mil.br/revistaEgn/dezembro2006/06-multiplosAspectosForcasArmadas.pdf>>. Acesso em 16out.2008.

CHAGAS, Marcos. Sindicato vai entrar com queixa-crime contra presidente da Câmara dos Deputados. **Agência Brasil- ABr**, 23 jul. 2003. Disponível em <<http://www.radiobras.gov.br/materia.phtml?materia=139300>>. Acesso em 23jul.2003.

CONDE, Álvaro Sérgio Nogueira; ANTUNES, Robson; PIRES. Valdir. **O emprego de armamento, munição e explosivos: o BPChq no controle de distúrbios civis**. [Rio de Janeiro], 2003. Disponível em <<http://brasil.indymedia.org/media/2003/11/267885.pdf>>. Acesso em 16out.2008.

CORTÊS, George Luiz Coelho . **As Forças Armadas e a Segurança Pública**. [Rio de Janeiro], jun. 2007. Disponível em <http://www.eceme.ensino.eb.br/portallcee/arquivos/as_forças_armadas_e_a_segurança_a_publica_cel_cortes.pdf>. Acesso em 16out.2008.

EBOLI, Evandro; SEABRA, Catia. João Paulo sobre as pedras: 'É um crime, intolerável e antidemocrático'. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 4, 7 ago. 2003.

FERNANDES, Helio. Os episódios que todos condenam. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 8 jun. 2006. Disponível em <<http://dedemontalvao.blogspot.com/2006/06/os-episodios-que-todos-condenam.html>>. Acesso em 10nov.2008.

FRANÇA, Vladimir da Rocha. Direito de reunião pacífica na Constituição Federal. **Revista de direito constitucional e internacional**, v. 15, nº 61, p. 280-297, out./dez. 2007.

GIROTTO, Luís Contine. Proteção Jurídica ao emprego de tropas em operações de garantia da lei e da ordem. **A Defesa Nacional – Revista de Estudos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros**, Ano XCI, nº 802, p. 19-26, mai./jun./jul./ago. 2005.

GONÇALVES, Robson José de Macedo. **A Polícia do Senado Federal**. Jus Navigandi, Teresina, a. 9, n. 670, 6 mai 2005. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=6683>>. Acesso em: 11.nov.2008.

HEAL, Sid. Multidões, turbas e armas não letais. **Military Review – Revista Profissional do Exército dos EUA**. Tradução de Lore C. Rezac e Michael A. Lee. Fort Leavenworth, p. 58-64, 3º Trim. 2001. Disponível em <[http://usacac.army.mil/CAC2/Repository/materials/MilitaryReview\(POR\)-200109300001-DOC.pdf](http://usacac.army.mil/CAC2/Repository/materials/MilitaryReview(POR)-200109300001-DOC.pdf)>. Acesso em 9nov.2008.

HERBERT, Dennis B. Armas não letais: das aplicações táticas às estratégicas. **Military Review – Revista Profissional do Exército dos EUA**. Tradução de Lore C. Rezac e Michael A. Lee. Fort Leavenworth, p. 47-53, 2º Trim. 2001. Disponível em <[http://usacac.army.mil/CAC2/Repository/materials/MilitaryReview\(POR\)-200106300001-DOC.pdf](http://usacac.army.mil/CAC2/Repository/materials/MilitaryReview(POR)-200106300001-DOC.pdf)>. Acesso em 9nov.2008.

HUNGRIA, Nélon; FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Comentários ao código penal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1978. v. 1, Tomo 2, 657 p.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Direito penal**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 1997. v. 1, 744 p.

LAGO, Rudolfo. Num paiol de pólvora. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 4, 24 jul. 2003.

LOPES, João. **Uso de força é exercício profissional estratégico**. [Belo Horizonte], 2008. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/noticias/152249/uso-de-força-profissional-estrategico>>. Acesso em 6nov.2008.

LOUREIRO, César Lopes. Aspectos legais das operações de garantia da lei e da ordem. **O Anfíbio – Revista do Corpo de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, Ano XXVI, nº 25 p. 103-111, 2006. Disponível em <<http://www.mar.mil.br/cgcfm/downloads/oanfíbio/atual/oanfíbio.pdf>>. Acesso em 16out.2008.

MACHADO, Antônio. Nuvens carregadas no ar. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 12, 25 jul. 2003.

MENDONÇA, Rauf de Andrade. **Poder de Polícia no Senado Federal**. Brasília, 2005. Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/sf/senado/spol/pdf/MonografiaRauf.pdf>>. Acesso em: 11.nov.2008.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Código penal interpretado**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 2700 p.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 1996. v. 1, 449 p.

NAZARIO, Sonia L.; ROSE, Frederick. Earlier, stronger response by Police might have avreted riots, experts say. **Wall Street Journal (Eastern edition)**, New York, N.Y., p. A6, may 4, 1992. Disponível em <<http://www.highbeam.com>>. Acesso em 9out.2008.

NORONHA, E. Magalhães. **Direito penal**. 37.ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 1, 388 p.

PINHEIRO, Álvaro de Souza. “**Operação Arcanjo**” – a segurança da visita do Papa: uma lição de integração, profissionalismo e competência. [Rio de Janeiro], 2004. Disponível em <http://www.eceme.ensino.eb.br/portalicee/arquivos/operacao_arcanjo_gen_alvaro.pdf>. Acesso em 16out.2008.

PINTO, Marcus Barros. Mídia é a nova Geni. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 jul. 2003. Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp290720031.htm>>. Acesso em 10nov.2008.

ROOS, Francis Gomes. **O emprego de armas não letais em operações de garantia da lei e da ordem**. [Resende], 2004. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/11/294277.shtml>>. Acesso em 16out.2008.

SKORACKYJ, Olga. Crowd control: preserving our freedom, protecting our citizens. **Sheriff**, p. 20-22, mar.-apr. 1999. Disponível em <<http://www.highbeam.com>>. Acesso em 9out.2008.

STF – **HC 81542 MC/DF** – Decisão Monocrática – Relator: Min Carlos Velloso. - Publicação no DJ: 19/12/2001 Pág. 39

TAHAN, Lilian. et. al. É pau, é pedra. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 2, 7 ago. 2003.

TJDFT - **APR 2000.01.1.046092-5** - 1a Turma Criminal – Relator: Des. Edson Alfredo Smaniotto - Publicação no DJU: 05/05/2004, p. 46.**2004**.

TJSP – **Recurso Ex-Officio 295.740-3/6** Quarta Câmara Criminal - Relator: Des. Passos de Freitas - Acórdão datado de 16/03/2004. Disponível em <<http://cjo.tj.sp.gov.br/juris/getArquivo.do?cdAcordao=1917441>>. Acesso em 9nov.2008.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de direito penal**: de acordo com a lei n. 7.209, de 11-7-1984 e com a Constituição Federal de 1988. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1994. 362 p.

TRF1 – **Processo 200634000226450** – Seção Judiciária do Distrito Federal – Classe: Ação Penal - Denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal contra os integrantes do Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem Terra (MLST) em decorrência dos crimes cometidos na invasão do Congresso Nacional no dia 06/06/2006, datada de 10/07/**2006**. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/internet/agencia/imprimir.asp?pk=91206>>. Acesso em: 4nov.2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Registros Jornalísticos sobre a Universalidade de Distúrbios Ocorridos em Sedes do Poder Legislativo desde 1997.

ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS

	Data	Ass. Leg.	Veículo Jornalístico	Pág.
1	23/7/1997	RS	Zero Hora, de 25/7/1997, acesso em 25/11/2008, < http://www.radiobras.gov.br/anteriores/1997/sinopses_2507.htm >	79
2	3/12/1997	CE	Folha de São Paulo, de 4/12/1997, acesso em 25/11/2008, < http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz041203.htm >	80
3	15/8/2001	PR	Correio Braziliense, de 16/08/2001, p. 26, acesso em 25/11/2008, < http://buscacb.correiobraziliense.com.br >	81
4	13/7/2004	SP	FolhaOnLine, de 14/7/2004, acesso em 25/11/2008, < http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u62413.shtml >	82
5	21/9/2004	RJ	Nota Oficial sobre a Invasão do Plenário da ALERJ, de 22/9/2004, acesso em 25/11/2008, < http://www.alerj.rj.gov.br/common/noticia_corpo2.asp?num=9722 >	83
6	17/5/2005	RO	Correio Braziliense, de 18/5/2005, p. 4, acesso em 25/11/2008, < http://buscacb.correiobraziliense.com.br >	84
7	21/9/2005	AC	Correio Braziliense, de 22/9/2005, p. 17, acesso em 25/11/2008, < http://buscacb.correiobraziliense.com.br >	85
8	21/9/2005	MS	Estado de Minas, de 22/9/2005, p. 14, acesso em 25/11/2008, < http://buscaem.estaminas.com.br >	86
9	15/2/2006	AC	Página 20 – On Line, de 16/2/2006, pág 1 de 3, acesso em 25/11/2008, < http://www.pagina20.com.br/16022006/poronga.htm >	87
10	23/5/2007	SP	Correio Braziliense, de 24/5/2007, p. 16, acesso em 25/11/2008, < http://buscacb.correiobraziliense.com.br >	88
11	14/8/2007	RS	Zero Hora, de 15/8/2007, acesso em 25/11/2008, < http://www.mp.rs.gov.br/imprensa/clipping_fonte/clipping/id55210.htm >	89
12	6/6/2008	RS	Jornal da Globo, de 6/6/2008, acesso em 5/7/2008, < http://jg.globo.com/JGlobo/0,19125,VTJ0-2742-20080606-323294,00.html >	90-91

CÂMARAS DE VEREADORES

	Data	Câmara Municipal	Veículo Jornalístico	Pág.
1	12/12/2000	Rio de Janeiro/RJ	O Globo, de 13/12/2000, acesso em 25/11/2008, < http://www.radiobras.gov.br/antiores/2000/sinopses_1312.htm >	92
2	29/8/2003	Salvador/BA	Correio da Bahia, de 30/8/2003, pág 1 de 3, acesso em 13/6/2008, < http://www.correiodabahia.com.br >	93
3	21/3/2005	Cidade Ocidental/GO	Correio Braziliense, de 23/3/2005, p. 7, acesso em 25/11/2008, < http://buscacb.correio braziliense.com.br >	94
4	14/12/2005	Campinas/SP	Correio Popular – Agência Anhanguera, pág 1 de 2, acesso em 13/06/2008, < www.eduardosantoro.com.br >	95
5	26/10/2006	Aracaju/SE	Correio de Sergipe, de 27/10/2006, pág.1 de 2, acesso em 13/06/2008, < correiodesergipe.com >	96
6	28/3/2007	Belo Horizonte/MG	Estado de Minas, de 29/3/2007, p. 32, acesso em 25/11/2008, < http://buscaem.estaminas.com.br >	97
7	5/6/2007	João Pessoa/PB	Jornal Hoje, de 5/6/2007, pág. 1 de 2, acesso em 14/06/2008, < http://g1.globo.com >	98
8	19/6/2007	Fortaleza/CE	Diário do Nordeste, de 20/6/2007, pág. 1 de 2, acesso em 25/11/2008, < http://diarionordeste.globo.com/materia.asp?codigo=444539 >	99
9	9/1/2008	Navegantes/SC	A Notícia, de 11/1/2008, pág 1 de 3, acesso em 25/11/2008, < http://www.an.com.br/2008/jan/11/0pot.jsp >	100

PARLAMENTOS NACIONAIS

	Data	País	Veículo Jornalístico	Pág.
1	27/10/1999	Armênia	Correio Braziliense, de 28/10/1999, p. 4, acesso em 25/11/2008, < http://buscacb.correio braziliense.com.br >	101
2	5/10/2000	Iugoslávia	Correio Braziliense, de 6/10/2000, p. 6, acesso em 25/11/2008, < http://buscacb.correio braziliense.com.br >	102
3	25/6/2001	Macedônia	Correio Braziliense, de 26/6/2001, p. 3, acesso em 25/11/2008, < http://buscacb.correio braziliense.com.br >	103
4	13/12/2001	Índia	Correio Braziliense, de 14/12/2001, p. 10, acesso em 25/11/2008, < http://buscacb.correio braziliense.com.br >	104
5	29/12/2001	Argentina	Correio Braziliense, de 30/12/2001, p. 6, acesso em 25/11/2008, < http://buscacb.correio braziliense.com.br >	105
6	22/11/2003	Geórgia	Correio Braziliense, de 23/11/2003, p. 23, acesso em 25/11/2008, < http://buscacb.correio braziliense.com.br >	106
7	30/01/2007	Equador	Correio Braziliense, de 1/2/2007, p. 26, acesso em 25/11/2008, < http://buscacb.correio braziliense.com.br >	107

Sinopses Anteriores

25/07/1997

- | | |
|---|--------------------------------------|
| ✓ Jornal do Brasil | ✓ Jornal de Brasília |
| ✓ Folha de São Paulo | ✓ Zero Hora |
| ✓ O Estado de São Paulo | ✓ Correio do Povo |
| ✓ O Globo | ✓ Manchetes |
| ✓ Gazeta Mercantil | ✓ Revistas |
| ✓ Correio Braziliense | ✓ Telejornais |

ZERO HORA

- Com 30 palavras "sim", a Assembléia Legislativa aprovou, ontem à tarde, a privatização total da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT). A votação nominal não foi uma escolha motivada pela importância do assunto. Transformou-se em contingência com a invasão do plenário promovida na noite anterior por funcionários públicos estaduais. Para continuar a apreciação da pauta da convocação extraordinária, a presidência da Assembléia decidiu transferir os trabalhos para o plenarinho, onde não há placar eletrônico. No espaço apertado, sem a pressão das galerias - só assessores e jornalistas estavam autorizados a acompanhar a sessão -, os deputados discursaram, brigaram e negociaram por mais de quatro horas antes de aprovar o projeto. Houve 23 votos contrários. (pág. 6)

- Um violento confronto envolvendo policiais militares e um grupo de estudantes e integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) tensionou ainda mais o clima ontem, na Assembléia Legislativa. Às 11h55, cerca de 20 agricultores tentaram entrar no prédio para acompanhar a votação do projeto de privatização total da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT). Ao serem barrados pelos seguranças, tentaram negociar a possibilidade de uma comissão ingressar no local. Diante da negativa, centenas de agricultores e líderes estudantis ameaçaram invadir o prédio. Os seguranças da Assembléia e 10 policiais do pelotão de choque do 9º Batalhão de Polícia Militar entraram em confronto com os manifestantes, que jogaram pedras e quebraram a porta de vidro principal do Legislativo. (pág. 12)

[ASSINE](#)[BATE-PAPO](#)[BUSCA](#)[E-MAIL](#)[SAC](#)[SHOPPING UOL](#)FOLHA DE S.PAULO **Opinião**

80

São Paulo, quinta, 4 de dezembro de 1997.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

O CIRCO DAS INVASÕES

A invasão do prédio do Inca e do Ministério da Política Fundiária, em Brasília, por militantes do MST, é um novo e intolerável retrocesso na atuação do movimento. Nos últimos meses, os sem-terra pareciam ter recuado um pouco na estratégia de fazer do desafio ostensivo à lei a sua principal arma política. Lembre-se ainda de que, no mesmo dia, 2.000 militantes do MST entraram em confronto físico com a polícia após terem sido barrados na tentativa de invadir a Assembléia Legislativa do Ceará.

Há, no entanto, uma diferença fundamental entre esses dois atos de vandalismo: a invasão de Brasília foi bem-sucedida, enquanto no Ceará a polícia cumpriu a sua obrigação de preservar a ordem pública.

É lamentável que o governo federal e a polícia do Distrito Federal não tenham mostrado a mesma disposição. A falta de energia das autoridades nessas situações cria um ambiente de estímulo à baderna. Pode-se mesmo dizer que tomar ministérios de assalto vem se tornando moda no governo Fernando Henrique Cardoso. Em março de 95, servidores demitidos invadiram o Ministério da Administração, chegando a derrubar portas, como fizeram agora os sem-terra. Em maio deste ano, foi a vez do ministério do Planejamento. Depois de tomarem o gabinete do ministro Kandir, sindicalistas ligados à Contag colocaram um peru sobre sua mesa de trabalho. Diziam os manifestantes que o animal simbolizava um governo de "muito papo e pouca ação", o que, ironicamente, parece correto pelo menos no que se refere à manutenção da ordem.

Espera-se agora que o governo finalmente mostre que sabe separar manifestações públicas, legítimas e mesmo vitais a qualquer democracia, de atos que afrontam a ordem legal e degradam a vida republicana.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)[ASSINE](#)[BATE-PAPO](#)[BUSCA](#)[E-MAIL](#)[SAC](#)[SHOPPING UOL](#)

RACIONAMENTO

Empresa começa hoje a suspender o fornecimento de eletricidade de brasileiros que excederam em muito a meta. Consumidores afetados vão ficar até três dias no escuro

CEB corta energia de 100

André Carlinhos
Deputado do Centro

Entre as 10 e as 10h30 de hoje, 100 consumidores residenciais, comerciais e industriais do Distrito Federal que não conseguiram atingir a meta de consumo de energia em julho e julho-agosto serão suscitados. A decisão pela corte de apenas 100 clientes foi tomada no final da tarde de ontem pelo diretor-presidente da Companhia Brasileira de Energia, Roberto Pimenta. Apesar de ser capaz de gerar energia suficiente para atender a demanda de 100 clientes por dia, a CEB optou por cortar os custos para evitar medidas de simplificação do planejamento para o próximo ano. Além disso, a meta de consumo de energia em julho e agosto é de 100 milhões de kWh, o que representa 20% a mais em relação ao consumo de energia que é feito dia a dia de cada mês. Seus consumidores incluem não apenas os

usuários de julho e julho-agosto, mas também os que foram suscitados em maio e junho. A CEB não informa quantos clientes a meta de consumo de energia em julho e julho-agosto foi atingida. No entanto, os dados mostram que a meta foi atingida em 100% dos casos. Isso significa que a CEB não precisou cortar energia de nenhum dos 100 clientes que foram suscitados.

No próximo ano, o plano de trabalho para a CEB prevê um aumento de 10% no consumo de energia em julho e julho-agosto. Isso significa que a CEB precisará gerar mais energia para atender a demanda de 100 clientes por dia. Além disso, a CEB também precisa atender a demanda de 100 clientes que foram suscitados em maio e junho.

AS VÍTIMAS

Os primeiros consumidores a serem suscitados são os que foram suscitados em maio e junho. A CEB não informa quantos clientes a meta de consumo de energia em julho e julho-agosto foi atingida.

RESIDÊNCIAS NA ASA SUL
201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000.

COMÉRCIO NA ASA SUL
201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000.

INDÚSTRIAS
201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864,

14/07/2004 - 07h48

São Paulo aprova LDO sob tumulto e agressões

VIRGILIO ABRANCHES
da Folha de S.Paulo

Em clima tenso, com a invasão do plenário por estudantes e funcionários das universidades estaduais que estão em greve, a base do governo Geraldo Alckmin (PSDB) conseguiu aprovar ontem a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) na Assembléia Legislativa de São Paulo.

A votação foi apertada. O governo conseguiu a aprovação por apenas um voto a mais do que precisava. A base aliada teve 49 votos --a metade do total mais um--, contra 34 da oposição. A Assembléia tem 94 deputados, e 84 compareceram. O presidente da sessão, deputado Roque Barbieri (PTB), não votou. O presidente titular da Casa, Sidney Beraldo (PSDB), estava licenciado.

A sessão de ontem precisou ser suspensa na metade, porque estudantes e funcionários de USP, Unesp e Unicamp que assistiam à votação invadiram o plenário aos gritos de "Isso aqui vai virar um inferno". Eles estão em greve pela destinação de mais recursos às universidades e acompanhavam a votação para pressionar os deputados da base governista.

Houve tumulto e agressões físicas por parte de deputados, policiais e estudantes. A Polícia Militar interveio para retirar os estudantes do plenário (cerca de 280 faziam o protesto). Fora dele, também houve tumulto. A PM usou gás de pimenta para conter os 600 manifestantes, segundo a polícia. Ninguém ficou ferido.

As discussões sobre a LDO foram motivo de dor de cabeça para o governador Geraldo Alckmin. A lei, usualmente apreciada e votada no final de junho, prorrogou o recesso parlamentar por quase 15 dias por causa de manobras da oposição (a Casa não pode ter recesso enquanto não vota a LDO).

Na semana passada, os governistas não obtiveram quórum. A **Folha** apurou que a disputa eleitoral esvaziou a base de Alckmin, porque antes aliados (como PSB e PL) apóiam adversários em São Paulo --o PSB com Luiza Erundina e o PL, Marta Suplicy (PT).

Especial

- [Arquivo: veja o que já foi publicado sobre a LDO](#)

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u62413.shtml>

Links no texto:

NOTA OFICIAL SOBRE A INVASÃO DO PLENÁRIO DA ALERJ

A Presidência da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) lamenta que baderneiros, que se intitulam servidores públicos, tenham invadido o plenário Barbosa Lima Sobrinho, da Alerj, nesta terça-feira (21/09), como já o fizeram recentemente na reitoria da Uerj, destruindo o patrimônio público.

Em nenhum momento, a Presidência da Alerj recusou-se a servir de canal de comunicação e a levar as reivindicações dos servidores públicos estaduais às autoridades, dentro dos princípios que norteiam as normas democráticas.

Desse modo, a Presidência da Alerj está encaminhando ao Ministério Público Estadual e à Secretaria de Segurança ofícios no sentido de serem apuradas as responsabilidades pela lesão ao patrimônio público e pela quebra do espírito democrático que orienta as relações dessa casa legislativa.

[« Fechar »](#)

LAMAÇAL

Assembleia Legislativa e palácio do governo são depredados durante manifestação contra deputados acusados de pedir propina para "proteger" o governador Ivo Cassol, ameaçado de impeachment

Revolta popular em Porto Velho

DIANE SILVA
LUIZA TAKAI
DO DIÁRIO O DIA

Porto Velho viveu um campo de batalha ontem. De acordo com a Polícia Militar, cerca de 400 manifestantes invadiram as sedes das potências Executivo e Legislativo para protestar contra o governador de Rondônia, Ivo Cassol (PMDB), e os deputados estaduais envolvidos em denúncias de corrupção. Os manifestantes atiraram fogo em carros, jogaram bombas caseiras, provocaram incêndio e queimaram as portas de vidro da entrada da Assembleia Legislativa. A PM reagiu com cassetetes, gás lacrimogêneo e tiros para o ar.

O conflito começou por volta das 15h, no início da sessão da Assembleia, quando a deputada Eliete Ruth falou na tribuna, formada em grande parte por ex-cadetes universitários, e realizou uma leitura pública de "quadras, quadrilhos", a cada vez que um dos parlamentares estivesse presente no plenário. O chão em frente ao prédio ficou coberto com faixas brancas de 15 metros de comprimento, com o nome de cada deputado para apoiar o governador.

Os manifestantes seguiram com um carro de som até o Palácio Presidencial Vargas, onde desparca o governador, saltaram as escadarias e exibiram

faixas com palavras de ordem contra a corrupção. A cada nome de deputado proferido ao microfone, a multidão gritava "ladro, ladrão". Nome nenhum foi poupado para hoje à noite.

A irritação da população converteu-se no início de um ataque de fogo à dimensão do conteúdo de uma fita de vídeo com imagens do momento em que sete deputados estaduais pedem dinheiro a Cassol. A gravação foi feita pelo governador, ameaçado de impeachment por supostas irregularidades cometidas entre 1998 e 2001, quando ocupou o cargo de prefeito de Fátima de Moura (POB), também preso contra Cassol por acusação de desvio de recursos do orçamento estadual.

Cópulas

A TV Globo conseguiu obter e exibiu o conteúdo do vídeo proibido na noite de domingo pelo desembargador Gabriel Mangrini. Apesar da ordem, algumas câmeras chegaram a Porto Velho com imagens das faixas e faixas brancas desfiladas de vez em quando de uma ferocidade particular. As imagens mostram quando os deputados Eliete Ruth (PTB), Aparecido de Almeida (PTD), Kátia Mendes (PTB), Antônio Capobianco (PT), Daniel Nery (PMDB), Carlos Frederico e João da Mota (PMDB) pediram dinheiro ao governador.

As cenas chocaram pelo atendimento com que os parlamentares negociaram com a polícia. Em um dos vídeos, a deputada Eliete Ruth afirma que o pagamento da propina a deputados "é de praxe" na administração estadual. Benedito Capobianco diz que, depois de receber o dinheiro, vai sempre dizer "oi, oi, oi, oi" ao governador da Assembleia. Os integrantes de Cassol negaram o superintendente de contratos e dispusera de licitação como mecanismo para obtenção dos recursos legais. Segundo os promotores, o governador contou com um veículo para levar extorsão de alguns dos deputados em nome de Justiça, Márcio Thomaz Bastos, mas não conseguiu. O ministro-geral agrada em São Paulo. Desde a divulgação da fita, o governador não dá entrevistas.



QUEBRA QUEBRA, BOMBAS INCENDIÁRIAS CASERIOS PORAM JOGADAS CONTRA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA



VÍDEOS DO PORTÃO DO LEGISLATIVO FORAM ESTIMULADOS NO PROTESTO



POLÍCIA MILITAR TENTAM CONTROLAR O RUAÇÃO DOS MANIFESTANTES

GOVERNADOR VAI DEPOR

A Câmara Parlamentar Militar de Brasília quer investigar a atuação (PMDB) de Ivo Cassol (PMDB) e os deputados envolvidos em denúncias de corrupção. O ministro-geral agrada em São Paulo. Desde a divulgação da fita, o governador não dá entrevistas.

Congresso vai acompanhar a crise

A crise em Rondônia provocada pelas denúncias de corrupção chegou à Brasília. O ministro-geral agrada em São Paulo. Desde a divulgação da fita, o governador não dá entrevistas.

estabeleceu o Estado de Defesa", justificou a senadora Fátima Cleide (PT-RO). Ela sugeriu que os parlamentares recorridos pedissem a renúncia do governador. "É a maior crise institucional da história de Rondônia", analisou o senador Valdir Rogério (PMDB-RO), também suspeito de pagar propina aos parlamentares. "Um ambiente de instabilidade", afirmou o senador prope-

cialmente ao por meio de assessores que foram instigados por parlamentares contrários do Congresso de agonia do deputado estadual Eraldo Paesler. "É a maior crise institucional da história de Rondônia", analisou o senador Valdir Rogério (PMDB-RO), também suspeito de pagar propina aos parlamentares. "Um ambiente de instabilidade", afirmou o senador prope-

cialmente ao por meio de assessores que foram instigados por parlamentares contrários do Congresso de agonia do deputado estadual Eraldo Paesler. "É a maior crise institucional da história de Rondônia", analisou o senador Valdir Rogério (PMDB-RO), também suspeito de pagar propina aos parlamentares. "Um ambiente de instabilidade", afirmou o senador prope-

Prisões em Alagoas

Dois prefeitos e quatro ex-prefeitos de municípios de Alagoas foram presos ontem pela Polícia Federal, em Maceió, acusados de fazer parte de um esquema para desviar dinheiro destinado à merenda escolar, segundo as informações pelo governo federal.

Segundo o superintendente da PF em Alagoas, Rogério Costa, o esquema desviou de janeiro até o início deste mês, cerca de R\$ 1,8 milhão. De acordo com a PF, o grupo atuava há cerca de dois anos. Outros 15 pessoas também foram presas segundo fontes no estado, entre assessores e secretários municipais.

No total, 13 mandados de prisão temporária foram expedidos pelo desembargador Marcelo Navarro, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 9ª Região. Os mandados de prisão foram dados com base em um inquérito da Polícia Federal que investiga um possível esquema montado por 13 prefeituras para desviar dinheiro.

O cumprimento dos mandados ganhou o nome de Operação Galvão, nome usado por Rogério Navarro para designar casos grandes. Além das prisões, os agentes da PF apreenderam documentos e computadores dos acusados. Antônio da Costa Rodrigues, chefe da Unidade de Acompanhamento à PF para auxiliar na identificação dos documentos necessários para o aprofundamento da investigação. A investigação utiliza escutas telefônicas realizadas pela Justiça.



MILTON SILVA, PREFEITO DE IGREJA NOVA, CHEGOU À PF ALMAGADO, SUSPEITO DE CORRUPÇÃO

e disse não saber por que estava sendo preso.

Segundo a PF, o esquema consistia em montar empresas fantasmas para que apenas a Servit construa as licitações, com propina recebida. Na operação, foram apreendidos também R\$ 20 mil em dinheiro, além de

US\$ 28 mil e 20 mil euros. Desempenhados foram encontrados, segundo a PF, na casa do prefeito de São Luiz do Quilombo, Cleonir Cavalcante (PDT).

O inquérito foi aberto pela PF em 2014 com base em relatório feito pela Controladoria Geral da União. O superintendente da

PF não quis dizer se há outros prefeitos ou ex-prefeitos entre os quatro suspeitos que não foram presos. A operação deve continuar hoje. Todos os oito prefeitos presos chegaram a Alagoas após a Superintendência da PF em Maceió, e negaram envolvimento no esquema de desvio.

Garotinho volta a atacar

O presidente estadual do PMDB do Rio e secretário de Governo e Coordenação do estado, Antônio Garotinho atacou ontem que a Justiça não é inflexível. Para fazer o fechamento, Garotinho citou os casos dos juizes Nélson dos Santos Neto, envolvido em desvio de verbas públicas, e João Carlos da Rocha Mattos, preso na Operação Lava-Jato. "Se os juizes fossem inflexíveis, não estaria o Nélson, o Rocha Mattos e outros mais. A Justiça também cometeu uma erro", disse. Ele e a maioria da governadora Ronda Carolina (PMDB), foram declarados inelegíveis a partir de 2017 pelo juiz da 1ª Zona Eleitoral de Campos, no norte fluminense, Denise Aguiar. A decisão foi tomada na semana passada. Garotinho segue no Rio e afirma que não se envolveu em desvio de verbas públicas, mas voltou a se meter na disputa com partidos políticos.

EVAÇÃO DE DIVISAS

Juiz do STJ alega motivos processuais e mantém pai e filho presos na Polícia Federal, por tempo indeterminado. Em interrogatório, ex-prefeito nega ter intimidado testemunha

Justiça volta a negar habeas corpus aos Maluf

SÃO PAULO — O ex-prefeito Paulo Maluf e seu filho Flávio Maluf continuam presos por tempo indeterminado na Polícia Federal, em São Paulo. O ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), alega motivos processuais e nega, ontem, liminar em habeas corpus para Maluf e filho. Também ontem, o ex-prefeito foi interrogado na Justiça Federal. Ele nega ser beneficiário da conta Chavara — que movimentou US\$ 141 milhões em Nova York —, afirmando que não possui testemunhas, não possui provas e não temo para que o diretor Vladimir Lima, o Bêlgica, se acusador fizesse um pedido de prisão.

Primeiros debates há 12 dias, Maluf e Flávio são acusados pela Procuradoria da República por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão fiscal. Formação de quadrilha, a prisão de Maluf é decretada pelo juiz Sérgio Maria Rocha, titular do 17º Vara Criminal Federal, e depois mantida pelo juiz Luciano Godoy do Tribunal Regional Federal (TRF), que atribui a Maluf "personalidade voltada para a prática delitiva e manifesta possibilidade de perseverança no comportamento delitivo, circunstâncias que autorizam sua manutenção em cárcere, para garantia da ordem pública".

Verificados no TRF os Maluf foram ao STJ, mas Gilson Dipp nega liminarmente a revogação da ordem de prisão. O ministro considerou que as alegações relativas a supostas irregularidades na distribuição de habeas corpus ao STJ — primeiro passo de de-

re, antes de ir ao STJ — "não merecem prosperar". A defesa contesta a distribuição do habeas corpus para o juiz Luciano Godoy, que substituiu o desembargador Vitor Kolmar.

Segundo Dipp, "no entanto, o mesmo documento não pode ser usado para se determinar a concessão ou não de concessão de ações penais incoercidas, e fim de análise, ou afetar as regras de prevenção de instâncias". Quanto à substituição do desembargador pelo juiz Luciano Godoy, o ministro não entendeu ter havido contragimento legal, como alega a defesa.

Sobre o desdém do inquirido pelo juiz de São Paulo para Brasília — outro argumento da defesa —, o ministro destacou que essa questão não foi examinada pelo desembargador, dispensado pelo TRF Dipp. "Não pode a matéria ser apreciada por esta Corte no presente momento sob pena de indevida inversão de instâncias". Considerando, ainda, que não há habeas corpus contra a ordem de liminar imposta pelo juiz do

TRF "e não se em caso de extinção e de fugarem legalidade".

CAMBUÍÃO Maluf foi interrogado durante quatro horas pelo juiz Paulo Alberto Sarno, que atribui a participação de Maluf na 1ª Vara Criminal por volta de 11 horas e, ao mesmo tempo, distribuiu o competente a sentença e advogado Flávio Chagas junto ao juiz. Como o pai, filho os pedem. Depois, quando voltou do cambuíão da PF, ambos usaram terno e gravata.

Apresentado de um advogado, os criminosos José Roberto Botelho, Guilherme Octávio Botelho e José Roberto Leal de Carvalho Maluf insistiram em ver o juiz sem apresentar-lhes duas testemunhas, desde que a PF pedisse sua prisão. Porém, ao sair da prisão, o juiz pediu ao advogado dele, ao telefone, que enviasse o processo ou cópia de provas e identificação de testemunhas. "Não conheço esse dilema", afirmou o ex-prefeito referindo-se a Vladimir Lima, o Bêlgica. "A única coisa que ele disse de verdade é que não me conhece".

Maluf disse que Bêlgica tentou entrar na terra dele, 150 hectares para não revelar a PF as reservas legais para a conta Chavara. Também alegou suplantado momentos atrás da mesma Agência, que contribuiu nos gastos (2003-2004). Segundo a PF e a Procuradoria da República, o dilema que abastecia a conta Chavara, no Banco Nacional Bank de Nova York, teria sido devolvido aos cofres públicos por meio de suposto pagamento de propinas na obra de Água Esperada.



Maluf (2) está preso desde o dia 10, ocasião de ouvir testemunha e ocultar provas do processo

“ Não conheço esse dilema ”

Paulo Maluf, sobre Bêlgica, seu acusador

PANTANAL

Manifestação contra usinas

CAMPO GRANDE — Cerca de 500 pessoas, entre estudantes e ambientalistas, protestaram em frente à Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, contra a instalação de usinas de álcool no Pantanal. Enfileirando uma bandeira com 500 metros, os manifestantes tomaram o plenário da Casa e conseguiram acender a tocha. Segundo reportagem, está a disposição do governador de Mato Grosso do Sul, José Otávio Miranda dos Santos, o Dado da PF em alterar a Lei Estadual 134, de 1982, que proíbe a instalação de usinas de álcool ou de usina de açúcar e similares no entorno do Pantanal. Para defender o projeto, o governo aponta vantagens socioeconômicas para o estado, como geração de 15 mil empregos e impacto ambiental negativo no Pantanal.

A discussão em torno das usinas sustentáveis é a parte de audiência pública realizada à tarde, mas não houve avanço nas negociações. O projeto para discussão do projeto temo outros. Um acordo firmado entre a Assembleia Legislativa e o Ministério do Meio Ambiente, que o ministro volta à pauta da Casa apenas em 17 de outubro, quando será analisado pelo Comitê de Constituição e Jurídica. Posteriormente, caso seja considerada constitucional, a proposta será encaminhada à Comissão de Meio Ambiente, que terá dez dias para apro-



Em Rio Branco, crianças usam máscaras e protestam contra fazendas, que criam estado desde julho

o Assembleia Legislativa aprovada. Os manifestantes gritavam "Ac, ac, ac, queremos respirar". Enfileirando o ato pela manhã, o governador do Acre, Jorge Viana (PT), decretou estado de emergência por sugestão do Ministério Público Estadual (MPJE). A intenção é envolver o governo federal no problema, além de garantir comissões emergenciais — como de monitoramento —, sem licitação. Dos 800 estudantes diários no centro-sul de Rio Branco 40%

(23) são problemas respiratórios decorrentes da fazenda.

A fazenda está sobre o Acre desde julho. O problema, usual, se repete todos os anos. O Ministério Público brasileiro portaria proibido o uso de fogo nas fazendas e na cidade. Mas não adiantou. Fazendas registradas 10M quintas das ester de criação e criação. A emergência foi declarada em reunião de Jorge Viana com o prefeito de Rio Branco, Ramonildo Angéles, e integrantes do MPJE.

SEM-TERRA

Trégua nas invasões em SP sob ameaça

SOROCABA — O Ministério Público Estadual (MPJE) e um grupo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ligado ao líder José Raulino Xavier, acionaram ontem mais 10 dias de trégua nas invasões de terras e pediram publicação no Portal do Participativo, extremo-sul de São Paulo. O acordo no entanto contém o Bêlgica estadual não reconhecer a trégua e outros grupos prepararam invasões na região. O governador de Mato Grosso do Sul, José Otávio Miranda dos Santos, o Dado da PF em alterar a Lei Estadual 134, de 1982, que proíbe a instalação de usinas de álcool ou de usina de açúcar e similares no entorno do Pantanal. Para defender o projeto, o governo aponta vantagens socioeconômicas para o estado, como geração de 15 mil empregos e impacto ambiental negativo no Pantanal.

No Paraná, as comarcações estão mais fortes. A Polícia Militar do estado negocia com o movimento e as cerca de 300 pessoas, que haviam invadido, terça-feira, a fazenda Terra Ilha, em Quilombo do Itaipu, dedicada a propriedade pacificamente. Depois da desocupação a PM encontrou um trator e duas motonvetas, que pertencem à família de um dos seus proprietários. Os proprietários de terras conseguiram expulsão de invasores por meio de negociação. Os proprietários de terras não foram satisfeitos com a trégua.

Um primeiro acordo, feito semana passada, havia garantido a libertação de líderes e a remoção das prisões. A trégua de cinco dias foi rompida. Os dirigentes não queriam consentir o novo acordo. Além de Bêlgica, estiveram na reunião com o promotor os líderes Wesley Maach e Edna Santana, pedintes e presidentes de sindicatos da região. O promotor vai agendar reuniões com dirigentes



ASSINE 0800 703 3000

BATE-PAPO

E-MAIL

SAC



Voip



E-Mail Grátis



Shopping

ÍNDICE PRINCIPAL

87

PÁGINA 20
na-line

Rio Branco-AC, 16 de fevereiro de 2006

Kit
Maquiagem
a partir de
R\$18,28Pen Drive
8GB
a partir de
R\$ 74,90Câmera
Sony
a partir de
R\$ 439,90OFERTAS EXCLUSIVAS
SALDÃO
DO 13ºCOTIDIANO
COLUNAS
EDITORIAL
ENTREVISTA
ESPECIAL
ESPORTE
POLÍTICA
OPINIÃO
VIA PÚBLICA
VARIÉDADES
EDIÇÕES
EXPEDIENTE
E-MAIL**COLUNAS**
PORONGA

Da Redação

FRASE*"O Parlamento é local para o exercício do diálogo. Baderna aqui não tem vez"*

Sérgio Petecão, presidente da Aleac

GIRO GERAL
Com Moisés Alencastro
NA TRIBO
Com Roberta Lima
PORONGA
Da Redação**PESQUISA**

Google

Enviar

Terra do nunca

O professor Gerson Albuquerque, alcunhado de Peter Pan, e seus meninos perdidos voltaram a atacar. Dessa vez, tentaram sitiá-los os poderes Legislativo e Judiciário. Brincando com coisa séria, eles querem transformar Rio Branco em uma versão particular da "terra do nunca".

Baderna

Toda manifestação é justa, principalmente no regime democrático. Mas os manifestantes que protestam há mais de uma semana contra o aumento da tarifa de ônibus começam a extrapolar o direito de reivindicar. Ontem, isso ficou evidente quando tentaram invadir o plenário da Assembleia Legislativa e o Tribunal de Justiça. Os poderes constituídos não podem ser sitiados pela baderna.

Provocação

Deliberadamente, os manifestantes provocam as forças de segurança para tentar posar de vítimas perante a sociedade. Os episódios com os policiais legislativos e com os policiais militares ontem deixam isso bem claro. Felizmente, não houve reação às agressões que partiram dos manifestantes.

Chamada para o diálogo

Cada dia fica mais evidente que esse pessoal não está a fim de dialogar nem de negociar. Tanto que o presidente da Assembleia Legislativa, Sérgio Petecão (PMN), propôs que fosse formada uma comissão que os deputados iriam recebê-los. A proposta foi rechaçada. "Sempre recebemos manifestantes. Desde os flanelinhas aos juizes. Ontem iríamos receber os estudantes", comentou Petecão.

Casa errada

Ademais, os manifestantes escolheram o local errado para protestar. Deputado não tem poder para aumentar ou reduzir passagem de ônibus. A manifestação deveria ter acontecido na Câmara de Vereadores.

Queixa-crime

A direção da Aleac registrou queixa contra os manifestantes, que quebraram mesas e outros objetos. Dois policiais legislativos, que foram agredidos, procuraram o IML para fazer exame de corpo delito.

Petróleo

O pré-candidato ao governo pelo PSDB, Edilson Cadaxo, depois de se encontrar com o presidente Geraldo Alckmin, no Palácio dos Bandeirantes, rumou para o Rio de Janeiro, onde manteve encontro com o renomado geólogo Roberto Souza, que defende a tese da existência de uma província petrolífera no Acre.





Clipping[Voltar](#)

Geral

Invasão não evita criação de fundos

Com a oposição numericamente impotente para reverter a intenção do governo de aprovar dois fundos para combater o déficit previdenciário do governo estadual, cerca de cem representantes de CUT, Cpers e Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) invadiram o plenário da Assembleia Legislativa na tarde de ontem, na tentativa inútil de barrar a votação dos dois projetos de lei do Piratini.

Antes de ontem, a única invasão do plenário da Assembleia havia ocorrido em 23 de julho de 1997, quando sindicalistas tentaram impedir a aprovação de projeto que abria caminho para a privatização da Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT).

O Piratini construiu uma confortável maioria para a aprovação dos dois projetos. Os textos criam o Fundo de Equilíbrio Previdenciário (FE-Prev), destino de 90% dos recursos obtidos na capitalização do Banrisul para financiar parte do déficit previdenciário do Estado pelos próximos sete anos, e o Fundo de Garantia da Previdência Pública Estadual (FG-Prev), composto pelos 10% restantes e destinado ao fundo de previdência para os futuros servidores.

Protesto teve até tentativa frustrada de strip-tease

A platéia de sindicalistas, que se limitara a vaiar os defensores da criação dos fundos desde as 14h, mudou de postura às 17h20min. Nesse momento, entrou em votação uma proposta da bancada do PT, que substituiu o texto do governo. Antevendo a derrota, os manifestantes saltaram o cercado de madeira e entraram no plenário. A sessão foi suspensa.

A professora Radar Félix, de Camaquã, chegou a ensaiar um strip-tease, fazendo menção de tirar a blusa, mas foi impedida pelos seguranças.

- Sou artista plástica e reivindiquei dessa forma (tirando a roupa) por muitas outras causas - disse Radar.

Líderes partidários transferiram a sessão para o Plenarinho João Neves da Fontoura. PT e PDT negavam-se a votar fora do plenário. Sem os petistas e com Rossano Gonçalves como único pedetista, a sessão recomeçou às 19h15min. A vitória governista foi mais folgada: 30 votos a quatro.

Fonte: Zero Hora



www.globo.com/jornaldaglobo - Ache esta matéria em:
<http://jg.globo.com/JGlobo/0,19125,VTJ0-2742-20080606-323294,00.html>

Sexta-feira, 06 de Junho de 2008

Crise na política gaúcha

O governo gaúcho entrou em forte crise com a revelação de que desvio de dinheiro público estaria financiando campanhas de partidos que compõe a coligação governista.

A crise foi precipitada pelo vice-governador, que divulgou trechos de gravações de conversas nas quais discute os financiamentos ilegais com o chefe da Casa Civil da governadora Yeda Crusius, do PSDB.

Foi uma sexta-feira nervosa para a política gaúcha. Durante a tarde, o vice-governador, Paulo Feijó, divulgou a gravação de uma conversa que teve com o chefe da Casa Civil no dia 26 de maio.

Os trechos foram revelados em uma sessão da CPI do Detran, que investiga o desvio de R\$ 44 milhões do departamento. No diálogo, César Busatto, do PPS, fala da utilização de verbas públicas para financiar o PP, Partido Progressista, que faz parte da base aliada do governo do PSDB no Rio Grande do Sul.

"Entre nós, podemos deixar isso claro. Não tenho dúvida de que o Detran é uma grande fonte de financiamentos", diz César Busatto, chefe da Casa Civil - RS.

"Do PP?", pergunta Paulo Feijó, vice-governador do Rio Grande do Sul.

"Não é verdade?", fala Busatto.

O chefe da Casa Civil fala que é comum, recursos desviados de estatais financiarem campanhas.

Busatto: Eu acho assim, Paulo, não é uma questão só da Yeda. É uma questão se tu "vai" examinar, todos os governadores só chegaram aí com fonte de financiamento. Hoje é o Detran, no passado foi o Daer. Quantos anos o Daer sustentou?

Em vários momentos, Busatto tentou convencer o vice, que é do Democratas, a ficar do lado da governadora. Mesmo antes de assumirem o mandato, Yeda Crusius e Paulo Feijó tem tido divergências públicas. O motivo inicial da briga foi um pacote que previa aumento de impostos, proposto pela governadora e atacado pelo vice.

Busatto: Talvez nós pudéssemos encontrar um *modus vivendi* que nos permitisse tu não romper com tuas convicções. Prati mesmo, pra tua consciência. Qual é o preço disso? Não sei.

O vice ainda acusou Yeda Crusius de ser conivente com os desvios.

Feijó: Ok. Politicamente eu concordo, agora, eu não posso ser conivente com isso. Não numa questão política, mas numa questão de roubo, desvio. Não posso! E ela está

sendo. Por questões políticas, não sei. Ou por interesse financeiro, não sei. Ou pelos dois.

A divulgação do diálogo revoltou estudantes, que invadiram a Assembléia Legislativa e depois foram para a frente de Palácio Piratini para protestar.

César Busatto se disse vítima de uma armação, mas não desmentiu o conteúdo da conversa.

"Estou me sentindo vítima de uma armação, de uma tocaia, de uma armadilha safada. Eu fui de coração aberto. Eu considero essa uma atitude de mau caráter. O vice-governador é um mau caráter. Ele não é um homem honrado. E eu sou um homem honrado. O vice-governador, Paulo Feijó é um golpista, ele quer dar um golpe para ser governador a qualquer custo", afirma César Busatto, chefe da Casa Civil - RS.

Nem a governadora, nem o vice aceitaram gravar entrevista. Em nota, Paulo Feijó disse que é inaceitável a privatização dos recursos públicos e que por isso divulgou a gravação.

No início da noite, o porta-voz do governo informou que Yeda Crusius rompeu relações com o vice e que, por enquanto, ninguém será demitido.

"A curto prazo, a governadora não conversa com o vice-governador", afirma.

O presidente regional do Partido Progressista, Jerônimo Goergen, repudiou as declarações de César Busatto na conversa com Feijó. Até domingo o partido decide se continua no governo Yeda Crusius.

[FECHAR](#)[IMPRIMIR](#)

Sinopse - Resumo dos Jornais



Sinopses Anteriores

13/12/2000

O GLOBO 13/12/2000

- Terminou em pancadaria e invasão do plenário da Câmara de Vereadores a discussão do projeto do prefeito Luiz Paulo Conde que prevê instalação de roletas eletrônicas em ônibus municipais. O tumulto, com alguns feridos e vários manifestantes presos, começou por volta das 19h, quando cerca de 200 estudantes da rede pública iniciaram um quebra-quebra. Alguns deles se jogaram das galerias sobre as cadeiras dos vereadores. O projeto acabou aprovado. (pág. 1 e 15)



Diários

[Aqui Salvador](#)
[Economia](#)
[Esportes](#)
[Exterior](#)
[Folha da Bahia](#)
[Política](#)

Semanais

[Bazar](#)
[Folia](#)
[Negócios](#)
[Trabalho](#)
[TV](#)

Colunas

[Discomania](#)
[Informe da Bahia](#)
[Informe JB](#)
[Marrom](#)
[Palavra do leitor](#)
[Panorama Econômico](#)
[Parabólica](#)

Serviços

[Assinatura](#)
[Expediente](#)
[Fale Conosco](#)

Índice Geral

[Aqui Salvador](#)
 Dia 13
 Mês junho
 Ano 2008
[Filtrar](#)

CLUBE
CORREIO

CLASSIFICADOS
DA BAHIA

aqui salvador

30/08/2003

Estudantes ocupam Câmara Municipal de Salvador

A Câmara Municipal foi ocupada ontem no final da manhã por cerca de 30 estudantes secundaristas e universitários. Eles integravam a passeata iniciada na Praça da Piedade às 10h, que percorreu a Avenida Sete de Setembro em direção à Praça Municipal, local que reuniu, de acordo com a Polícia Militar, mais de 3,5 mil alunos, e culminou com a ocupação da Câmara por volta do meio-dia. Este foi o clímax da onda de protestos estudantis que movimentou a cidade contra o segundo reajuste este ano da tarifa de ônibus, que passou de R\$1,30 para R\$1,50, após anúncio do secretário de Transportes, Ivan Barbosa. Depois do tumulto provocado pela invasão, a Câmara Municipal fechou suas portas e os estudantes tentavam negociar com os vereadores uma saída para a situação. À tarde, o secretário Ivan Barbosa se recusou a receber os estudantes, que desocuparam a Câmara e seguiram em passeata até a Estação da Lapa (veja box).

Segundo Augusto Vasconcelos, ex-aluno da Universidade Católica do Salvador (Ucsal) e um dos dirigentes da União Juventude Socialista (UJS), a pauta de solicitação dos estudantes compreendia o não-reajuste da tarifa de ônibus, a revitalização do Conselho Municipal de Transportes, a gratuidade da primeira via do cartão de meia-passagem, o uso do smart card nos finais de semana e na região metropolitana, assim como a renovação da frota de coletivos da cidade. "O conselho é um espaço democrático que possibilita o diálogo com todos os segmentos sociais. Sua revitalização é de caráter estratégico para nós estudantes e para a sociedade", declarou.

Os alunos que vieram da Praça da Piedade ficaram aglomerados na Praça Municipal, em frente à prefeitura, e tentavam uma reunião com o prefeito Antonio Imbassahy. Em virtude do impasse criado, já que uma comissão formada por alunos não seria recebida na prefeitura, os estudantes partiram em direção à Câmara Municipal e iniciaram a ocupação. Cerca de 30 alunos conseguiram subir as escadas de acesso ao plenário, enquanto a Polícia Militar organizava a resistência.

Repúdio - "Essa manifestação é um ato de repúdio ao aumento das tarifas", afirmou o estudante secundarista do Icela, Sandoval Santos, um dos alunos ocupantes. "Nosso movimento é social", definiu o estudante da Ufba, Bruno Moura, 21 anos. Além de lideranças do Diretório Central dos Estudantes da Ufba, da União Nacional dos Estudantes (UNE) e grêmios estudantis, apoiavam a ação estudantil a CUT e a Federação da Associação de Bairros de Salvador (Fabs).

Alunos de diversas escolas públicas de Salvador, como o Colégio Estadual Deputado Manoel Novaes, Instituto Central de Educação Isaias Alves (Icela), Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (Cefet), Colégio Estadual Landulpho Alves, Odorico Tavares, e de faculdades públicas e particulares estavam na passeata anunciada desde anteontem, quando estudantes bloquearam a Avenida Oscar Pontes e congestionaram as vias de acesso para a cidade baixa. As lideranças estudantis estipularam em mais de cinco mil alunos a mobilização de ontem. De acordo com a assessoria de comunicação da Polícia Militar, não ocorreram prisões nem depredações na Praça Municipal, onde 260 policiais do Batalhão de Choque e unidades de áreas estavam dispostos para conter os estudantes. A reunião da Comissão de Transporte da Câmara acontece nesta segunda-feira, às 16h, na Câmara Municipal.

Últimas No

17h24
Lula sanciona compartilhada

17h18
Uets promove doação de sa

16h53
São João no t começa neste

16h38
Sesp fiscaliza fogos de artif

16h19
Policial é bale perseguição e

15h52
Veja dicas de pra sua sema

15h40
Jovem pode e largado na es

15h19
Escola na Fer deu início às :

POLÍTICA

GASTO PÚBLICO

Presidente da Câmara diz que não influenciou na aprovação de projetos desfavoráveis ao governo, como a PEC paralela e a Lei Orgânica de Assistência Social. Só assume, em parte, o reajuste nas verbas de gabinete

Severino nega prejuízo à União

Apostado como o responsável por dar margem à aprovação de projetos que podem resultar no aumento das verbas públicas, o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PB), partiu ontem para a ofensiva e divulgou uma nota em que lembra que as propostas foram elaboradas e aprovadas com o apoio da Casa, incluindo-se deputados da bancada ligada ao Palácio do Planalto.

A pesquisa feita pela presidência da Câmara mostra que o governo que pode atingir os beneficiários da Lei Orgânica de Assistência Social já está no processo pelo Senado e tem, nas comissões de Câmara, pareceres favoráveis de três aliados do Planalto — o hoje ministro da Saúde, Blairo Maggi Costa, então deputado, Agnello Guedes (PMDB-PR) e Osmar Serraglio (PMDB-PR). A matéria não oficial, pode causar um aumento de despesa de R\$ 13 bilhões à União.

A aprovação do projeto foi manifestada expressa de voto do conjunto dos senhores deputados (L.), escapando ao presidente da Mesa o poder de interferir sobre o status desse projeto, diz a nota. O projeto, aprovado há alguns dias na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, prevê o pagamento de benefícios para famílias cuja renda mensal total seja de até um salário mínimo (R\$ 300 a partir de maio). Hoje, são duas apenas as famílias que recebem até um quinto de um salário mínimo. Essas famílias precisam necessariamente ter entre seus membros ao menos uma pessoa maior de 15 anos de idade, ou um deficiente físico.

Na nota de Severino, há ainda menção à aprovação de modificação na PEC paralela da Previdência, o que beneficiou o funcionalismo e pode resultar em mais gastos para o Tesouro. Também se lembra que a proposta é de inclusão dos servidores e que as emendas aprovadas não foram encaminhadas ao governo. "Nossas ações, a presidente da Câmara não pode exercer qualquer ingerência sobre o texto da proposta, as emendas

são apresentadas com o apoio de um terço dos deputados, os desenhos são feitos de que as bancadas partidárias podem não ser, e a decisão é do plenário, sendo a votação orientada pelos senhores líderes das bancadas", diz o presidente da Casa.

Ele afirma ainda que, no caso de inclusão dos funcionários de polícia, agências financeiras e outros dos meios, os líderes partidários optaram por fazer uma emenda que atingiu na votação 290 votos favoráveis, 11 abstenções e 13 votos contrários.

O último projeto que Severino assina é o projeto de Lei complementar nº 259 de 2008, que altera o imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) em 10%.

na verba que os deputados têm para pagar o salário de emendas, o que resultará em um ganho extra anual de R\$ 103 milhões se tomadas as outras 15% de reajuste que aguardam aprovação pelo Senado. A nota destaca que a "matéria prioritária" de dar o reajuste vem da gestão de João Paulo Cardoso (PT-SP). O presidente da Câmara também citando projetos que foram enviados durante sua gestão e as alterações que são feitas para modificar a Medida Provisória 232, que aumenta o imposto dos proprietários de veículos e a redução a tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) em 10%.

R\$15 BI

é o projeto de aumento do imposto que o União em com as mudanças na Lei Orgânica de Assistência Social (L.OAS)

O prefeito de 15 salários



Pádua Neto Martins, em reunião com o prefeito de Aracaju, Pádua Neto Martins, na reunião com o presidente da Câmara.

PÁDUA NETO MARTINS
Prefeito de Aracaju

Em meio a uma discussão com o prefeito Pádua Neto Martins (PSDB) e o vice-prefeito Manoel de Melo (PMDB) da Câmara Municipal de Aracaju, o prefeito foi acusado de receber 15 salários. Segundo o texto aprovado por cinco votos a quatro, o prefeito e o vice-prefeito passarão a receber até 15, 14 e 13 salários, além de aumento total que os salários dos deputados estaduais foram reajustados. Os secretários municipais

também ganham dentro a receber o 13º salário. Segundo o projeto, o prefeito ganhará R\$ 8,4 mil, o vice-prefeito e os secretários receberão R\$ 3,3 mil.

Se a Justiça restabelecer os dois salários a mais dos vereadores, o gasto da prefeitura com o pagamento dos emendadores de Aracaju, além de os outros vereadores será de R\$ 174,3 mil por ano. O projeto já prevê que se deva do rendimento maior se todos os vereadores também abrirem mão. Caso contrário, não deixará de receber. "No meu mandato anterior, eu recebia menos do que o presidente da Câmara. Foi uma forma de compensar isso", argumenta Aracaju.

População pressiona

Líder da oposição, o vereador Marcos Moura de Lima (PT) pediu alguma medida judicial para cancelar o decreto que beneficia o prefeito e o vice-prefeito de Aracaju. Ele, com a representação negativa da comissão de Aracaju, pediu o aumento de R\$ 14 e R\$ 13 salários para o prefeito e vice-prefeito, respectivamente, de acordo com o Tribunal de Contas. Segundo o projeto, o prefeito receberá 15 salários e o vice-prefeito receberá 14 salários, além de aumento total que os salários dos deputados estaduais foram reajustados. Os secretários municipais também ganham dentro a receber o 13º salário. Segundo o projeto, o prefeito ganhará R\$ 8,4 mil, o vice-prefeito e os secretários receberão R\$ 3,3 mil.

CONFIRA OS NOVOS PREÇOS FUJIOKA DE: POUCO POR: QUASE NADA

PROMOÇÃO vivo 15
Para todo quem quer viver a Vivo!

Compre no tempo vivo e pague **R\$ 0,15/min** + tributos, durante 3 meses usando a 15 de Telefonia

<p>LG FLEX Vivo-Pós A vista de R\$ 349,00 por R\$ 329,00 + 6 X R\$ 54,83</p>	<p>MOTOROLA V-262 Vivo-Pós A vista de R\$ 499,00 Dinâmica de R\$ 600,00 por R\$ 299,00 + 10 X R\$ 29,90</p>	<p>NOKIA 2112 Vivo-Pós A vista de R\$ 399,00 por R\$ 299,00 + 10 X R\$ 29,90</p>	<p>Vivo-Pós A vista de R\$ 349,00 por R\$ 199,00 + 10 X R\$ 19,90</p>
---	--	---	--

vivo **Fujioka**

POLÍTICA CAMPINAS E OUTROS EDUARDO SANTORO

Fundação Ulisses Guimarães

95

[Home](#)
[Conteúdo](#)
[Usuário](#)
[Arquivos e Links](#)
[Serviços do Site](#)
[Contato](#)

Usuário: Senha:

Quem fala o que quer...

Há um problema com este Bloco.

Última Notícia Brasil



Previsão do Tempo

Tempo Agora
Campinas-SP

TER-25/11
MÁX. 27°C
MÍN. 15°C
CHUV. 4mm

Tempo Agora
São Paulo-SP

undefined
MÁX. 25°C
MÍN. 18°C
CHUV. 7mm

Tempo Agora
São Paulo-SP

TER-25/11
MÁX. 25°C
MÍN. 18°C
CHUV. 7mm

Site Messenger

Para participar do Mensageiro Instantâneo você deve estar logado ou ser registrado.

REGISTRE-SE AQUI!
Como usuário registrado e logado poderá usar o Mensageiro Instantâneo sem restrições.

Sua Conexão

Olá, Visitante
Seu IP: 201.54.48.6
Seu ISP: 48.6
Nome: 54

Recomende-nos

Câmara Municipal de Campinas



Manifestantes acam vereadores no plenário
Grupo ligado a partidos impede a votação do Orçamento 2006 na Câmara
Rose Guglielminetti - DA AGÊNCIA ANHANGÜERA -
rose@rac.com.br

Manifestantes ligados ao PSB, PSOL, PT, PSTU, Sindicato dos Servidores Municipais de Campinas e também estudantes invadiram ontem o plenário da Câmara de Vereadores. O grupo, constituído por cerca de 50 pessoas, subiu em cima das mesas dos vereadores, que ficaram acuados com os gritos de guerra como "Se aprovar, o bicho vai pegar". A invasão se deu no momento em que os parlamentares iriam votar o orçamento de 2006, que, segundo a oposição, reduz recursos de várias áreas, entre elas, a saúde.

O conflito ocorreu, principalmente, em função de os vereadores da oposição não estarem tendo acesso ao conteúdo das 100 emendas que foram protocoladas ao projeto do orçamento. Parlamentares com vários mandatos disseram ser a primeira vez que o plenário da Casa foi invadido.

O ato dos manifestantes foi permeado de bate-boca entre vereadores da base de sustentação e da oposição. Sem saída, o presidente do Legislativo, Dário Saadi (PSDB), teve que encerrar a sessão às 22h35, com apenas três dos 18 projetos votados, alegando falta de segurança. O grupo deixou o plenário dez minutos depois e prometeu voltar hoje, às 10h, quando serão votados, em sessão extraordinária, 40 projetos. O orçamento e o projeto de venda do terreno da Norte-Sul serão votados em outra sessão extraordinária.

Durante toda a sessão de ontem houve provocação entre os manifestantes e os governistas. As pessoas que estavam no auditório da Câmara até jogaram moedas nos parlamentares que estavam no plenário. O vereador Cid Ferreira (PMDB) chegou a chamar um dos manifestantes de "bicha". O professor de inglês, Rodrigo Braga do Couto Rosa, rebateu e disse que irá processar o peemedebista. "É um ato de discriminação", justificou o professor que é ligado ao Grupo Identidade, movimento em defesa dos homossexuais.

A invasão, segundo os manifestantes, foi o último recurso para impedir a votação do orçamento. Segundo eles, a base deixou claro que não haveria recomposição das perdas. Os governistas apresentaram uma emenda que passa o valor de recursos para a saúde de R\$ 298,1 milhões para R\$ 311,8 milhões, menor do que o destinado este ano que é de R\$ 323,5 milhões. "O projeto iria passar porque eles têm maioria", afirmou a diretora do Sindicato dos Servidores, Ivonilde Vitorino de Souza. O governo alega que o orçamento da saúde será maior do que este ano e afirma que o convênio de R\$ 30 milhões — para a construção do Hospital Ouro Verde de dois postos de saúde — não estão inclusos na dotação orçamentária.

"Não podemos permitir a venda do patrimônio público", disse Jadison Tadeu, que integra a oposição à atual diretoria do Sindicato dos Servidores, referindo-se ao terreno da Norte-Sul.

O vereador Paulo Bufalo (P-SOL), que chegou a bater boca com o governista Jorge Schneider (PTB), disse que a reação das pessoas é o reflexo de projetos que "contraria a população".

O corregedor da Câmara, Luiz Franco (PL), disse que irá investigar as responsabilidades. "Democracia não é bagunça e baderna. Tem que ter limites", afirmou. Schneider, por sua vez, disse que "foi orquestrada por gente da Casa. Não vou dizer o nome, mas queremos que seja investigada."

Parlamentares protestam com fita adesiva na boca

Orsi (PSDB) e Teresinha (PSB) reclamavam da falta de acesso a emendas do Orçamento

Os vereadores Artur Orsi (PSDB) e Teresinha de Carvalho (PSB) radicalizaram na sessão de ontem e colocaram fita adesiva em suas bocas em protesto à falta de acesso ao conteúdo das 100 emendas apresentadas ao projeto do orçamento de 2006. O tucano chegou a pedir ao presidente da Casa, Dário Saadi (PSDB), que lesse na íntegra as emendas ou suspendesse a sessão. Saadi alegou que durante a discussão da matéria os vereadores poderiam ter acesso às emendas. A suspensão da sessão impediria a votação do projeto, já que a reunião teria que ser encerrada às 23h15.

"Não é possível votar o que não sabemos", alegou. "Como o vereador pode votar no escuro?", questionou Teresinha. O líder de governo, Sérgio Benassi (PCdoB), disse que as emendas ficaram disponíveis para os parlamentares. "O projeto e as emendas estavam à disposição dos vereadores esse tempo todo. Eles estão

Links relacionados

- Câmara Municipal de Campinas
- Mais sobre Câmara Municipal de Campinas
- Notícias por fessorato

As notícias mais lidas sobre Câmara Municipal de Campinas:
CEI 13 de maio

Classificação de notícias

Votar: 0
Votos: 0

Por favor, dedique um segundo de seu tempo para votar nesta notícia:



Armazene meu voto!

Opções

- Imprimir
- Envie esta notícia para uma pessoa

Este é o cache do Google de <http://www.correiodesergipe.com/lemoticia.php?noticia=18606>. Ele é um instantâneo da página com a aparência que ela tinha em 20 nov. 2008 05:13:07 GMT. A [página atual](#) pode ter sido alterada nesse meio tempo. Saiba mais

Estes termos de pesquisa estão realçados: **invasão vereadores** Estes termos aparecem somente em [Versão somente texto](#) links que apontam para esta página: [correio de sergipe](#)

CORREIO DE SERGIPE

.com

Aracaju, 20/11/2008

Assinatura

Favoritos

Contato

Sugestões

[Home](#) | [Publicidade](#) | [Expediente](#)
Busca no Site:

Categoria: todas categorias ...

CADERNO A

situa-se: 20 de Novembro de 2008, Quinta-feira

Editorial

Plenário/Diôgenes
Brayner

Política

Polícia

Basildores/Giovani Allievi

Correio Urbano

Interior

CADERNO B

Política Nacional

Coluna Painel

Artigos

Claudio Humberto

Economia

Internacional

Esporte Local

Esporte Nacional

CADERNO C

Variedades

Cinema

Rádio

TV

Simone Morais Conexão

ARTICULISTAS

Jânio Freitas

Raimundo Brito

A. Ermirio Moraes

Delfim Neto

COLUNISTAS

Jácome Góes

TAMANHO DA FONTE

IMPRIMA ESTA NOTICIA

← VOLTAR

"Movimento Passe Livre" invade a Câmara

Data: 27/10/2006

O "Movimento Passe Livre", constituído por estudantes das redes estadual e municipal de ensino, promoveu no final da tarde de ontem uma grande manifestação pelas ruas de Aracaju, chegando a invadir o prédio da Câmara de Vereadores. Em seguida, os estudantes deram continuidade aos protestos pelo centro comercial e chegaram a paralisar por alguns minutos o acesso dos ônibus no Terminal de Integração Fernando Sávio. A categoria já conta com o apoio irrestrito do vereador Renilson Félix (PTdoB) para a assinatura de um requerimento para instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com o intuito de ampliar a discussão sobre o passe livre.

Um dos membros do Movimento Passe Livre, o estudante Marcos Mota, explicou as razões da manifestação. "Em primeiro lugar, hoje é o dia nacional pela luta do passe livre. Estão ocorrendo manifestações deste mesmo porte em todo o Brasil. Em Aracaju, mais especificamente, nós estamos cobrando o cumprimento da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Estamos lutando pelo passe livre para os estudantes das redes estadual e municipal. Eu não quero saber o que o prefeito de Aracaju acha ou não. Só entendo que ele tem que aprovar a nossa proposta e pronto", afirmou.

Outro estudante, de pré-nome Vinicius (que preferiu não se identificar por temer represálias), disse que "hoje se comemora o dia nacional do passe livre. Foi quando os estudantes de Florianópolis (SC) conseguiram instituir o passe livre através de uma proposta de iniciativa popular. É uma manifestação organizada e nós estamos exigindo o cumprimento da LDB, que beneficia os estudantes das redes de ensino das escolas pública e privada, no Estado ou no município. A nossa estratégia é apresentar uma lei de iniciativa popular. Estamos buscando a participação da população para que as pessoas nos apoiem nesse movimento", disse.

"Trata-se de uma alternativa para se discutir a questão do transporte público. O nosso movimento não sofre interferência de partidos políticos. Nosso movimento não tem lideranças e é horizontal. Estudantes da rede pública, do Estado e do município, além de representantes das escolas particulares, têm o direito de participar das decisões, apresentando seus pontos de vista. Esse foi apenas um recado que nós demos às autoridades de que os estudantes estão organizados, sim, em prol do passe livre. As adesões estão aumentando e os jovens estão percebendo que o nosso movimento é sério e que não tem fins políticos", completou o estudante, que preferiu não se identificar.

Renilson - Ainda durante a **invasão** na Câmara Municipal, o vereador Renilson Félix, que também é o líder da bancada de oposição ao prefeito Edvaldo Nogueira (PCdoB), procurou os estudantes do Movimento Passe Livre e se prontificou a ajudar a causa. "Em primeiro lugar, todos nós fomos surpreendidos com essa **invasão** porque não existem sessões à tarde na Câmara de Vereadores. Eu procurei conversar de uma forma democrática com os estudantes e atendemos as reivindicações deles e orientei que eles cobrassem da Prefeitura Municipal, porque se a lei já existe, ela deve ser cumprida. Propus que eles retornassem à Câmara na próxima segunda-feira e vamos estudar a possibilidade da implantação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito e eu já confirmei a minha assinatura no requerimento. Vamos aguardar sim o retorno deles na segunda-feira", afirmou Renilson Félix, ressaltando ainda que já foi líder estudantil no início da sua participação na política.

**Confira o jornal
completo nas bancas!**

Indique esta notícia

CAPA

CORREIO DE SERGIPE



PASTOR JONY TERA CONFESSADO
COMPRA DE VOTOS, DIZ PEDRINHO

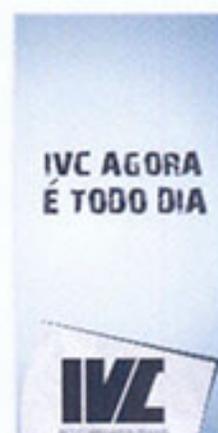


20/11/2008
Ver todas as capas...



20/11/2008
Ver todas as capas...

PUBLICIDADE



- Home
- Notícias
- Esportes
- Entretenimento
- Vídeos
- Assine a Globo.com
- Todos os sites

PUBLICIDADE



Terça-Feira, 05 de Junho de 2007

Confusão em João Pessoa



Menu do JH

- Último Programa
- Entrevistas
- Reportagens Especiais
- Culinária
- Serviços
- Painel do Internauta
- Equipe
- História do Programa
- Newsletter
- Fale Conosco
- Vídeos

Quadros

- Fazer o quê?
- Mercado de Trabalho
- Conversa ao Vivo
- Você Faz a Notícia
- Jovens do Brasil
- Hoje em Família
- Histórias Inesquecíveis

Blogs

- Mulher de Hoje
- Jovens do Brasil

Telejornais

- Bom Dia Brasil
- Jornal Nacional
- Jornal da Globo
- Globo Rural
- Globo Repórter
- Fantástico
- DFTV
- RJTV
- SPTV

Confusão nesta terça-feira em João Pessoa. Agentes de saúde que prestam serviço à prefeitura da capital da Paraíba invadiram a Câmara de Vereadores para protestar.

Nesta terça-feira seria votada uma medida provisória que, se aprovada, exigiria que só fossem contratados agentes de saúde selecionados em concurso público.

Os agentes que já prestam serviço há mais de dez anos à prefeitura invadiram o plenário da Câmara. Houve tumulto e algumas pessoas passaram mal. Os seguranças tiveram que conter os manifestantes. Os vereadores suspenderam a votação.

Versão para impressão Enviar matéria

[x]		[x] Mês anterior		NOVEMBRO / 2008		[x] Próximo mês																								
S	D	S	T	Q	Q	S	D	S	T	Q	Q	S	D	S	T	Q	Q	S	D	S	D	00								
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	

Busca

Outras matérias desta edição

- Frio aquece as vendas
- Operação Xeque-mate
- Lula comenta crise
- Emprego relâmpago
- Jovens preservam menos
- Irmão do presidente é investigado
- Óculos são destruídos no Rio
- Protesto de perueiros em SP
- Aumentam vendas de caminhões
- Encontro do G8
- Protesto contra o aquecimento global



PROMOÇÕES ÚLTIMA HORA PROGRAME-SE

99



edições anteriores

FORTALEZA, CEARÁ | TERÇA-FEIRA | 25 DE NOVEMBRO DE 2008

ESPECIAL

- Diário 1981-2006
- Bezerra de Menezes
- Sereia de Ouro
- Prêmio Contribuintes
- Chico Xavier
- Homenagem nos EUA
- Terra de Contrastes
- Casa Cor 2008
- Fortaleza 90 anos
- Gestão Ambiental
- BLOGS
- Daniel Praclano
- Roberto Maciel
- Egídio Serpa
- Zona Cyber
- CADERNOS
- Capa de Hoje
- Colunas
- Última Hora
- Opinião
- Política
- Nacional
- Internacional
- Cidade
- Polícia
- Negócios
- Caderno 3
- Jogada
- Regional
- Zoeira

SUPLEMENTOS

- Automóvel
- Cultura
- Empregos
- Eva
- Gente
- Infantil
- Tecnologia
- Turismo
- Viva

SERVIÇOS

- Alô Redação
- Assine o Diário
- Classificados
- Clube do Assinante
- Edições Anteriores
- Expediente
- Jornal na Sala de Aula
- Política de Privacidade
- VEÍCULOS
- FM 93
- Portal Verdes Mares
- Recife FM
- TV Diário
- TV Verdes Mares

Verdinha

PRIMEIRA PÁGINA



CIDADE

PROFESSORES X GUARDAS MUNICIPAIS (20/16/2007)

Cenas de violência na Câmara

Guardas municipais usaram spray de pimenta e cassetetes para impedir a entrada dos professores no Plenário da Câmara

A Câmara Municipal de Fortaleza virou, novamente, praça de guerra envolvendo guardas municipais e professores. Os conflitos aconteceram, ontem, durante a votação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) da Educação. "Spray" de pimenta e cassetetes foram utilizados pelos guardas para conter a desordem dos manifestantes contrários a proposta do Poder Executivo.

Instalados no pátio de acesso ao auditório da Câmara, educadores e representantes do Sindicato Unificado dos Trabalhadores em Educação no Estado do Ceará (Sindiute) começaram a reivindicar o adiamento da votação do Plano de Cargos e Carreiras muito antes do início da abertura da sessão.

Prejuízos

Com uso de carros de som e portando faixas, as lideranças do movimento conclamavam por uma reação dos professores. Eles justificavam que a aprovação da matéria, sem atender três pontos reivindicados, traria prejuízos para a categoria, além de ser uma demonstração de intransigência por parte da Prefeitura.

Os ânimos dos professores foram se acirrando à medida que se tornava irreversível a aprovação do projeto do Executivo. Com isso, o cumprimento da pauta, que incluía a votação do PCCS em primeira discussão, com 112 emendas propostas, revoltou tanto o público presente à sessão, dividido nas galerias e no auditório, como os que permaneciam no pátio.

Apesar dos protestos e da indignação dos professores municipais presentes à Câmara - os mais exaltados jogaram pedras nas vidraças do prédio -, a sessão plenária prosseguiu sem interrupção.

Por volta das 10 horas, pouco tempo após o início da sessão, os manifestantes tentam invadir o plenário. Para barrar a entrada, homens da Guarda jogaram gás de pimenta e usaram cassetetes contra as pessoas. O confronto começou na sala de acesso.

Professores reclamaram que foram espancados e pediram providências contra o que consideram "arbitrariedades".

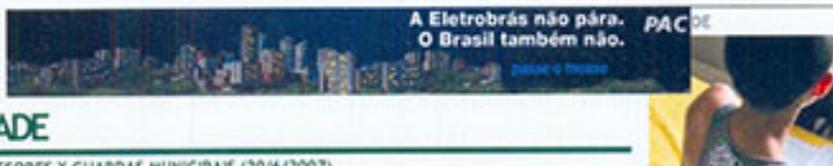
Um dos agredidos foi Augusto Tavares, professor da Escola Municipal Ari de Sá Cavalcante, localizada no Conjunto José Walter. Ele mostrou as marcas da pancada em seu corpo, que teriam sido desferidas pelos guardas municipais.

"Foi uma ação traiçoeira e gratuita. Eu não estou aqui para agredir ninguém. Por isso jamais se justificaria passar por uma sessão de pancadaria", indignava-se Tavares.

A secretária geral do Sindiute, Iriene Araújo, também foi atingida por "spray" de pimenta e não pôde acompanhar a votação até o fim. "Não posso prestar minha solidariedade aos companheiros porque fui aconselhada a sair pelo meu médico, que alegou o comprometimento da minha saúde".

A diretora do Sindiute, Gardênia Baima, afirmou que os manifestantes previam que os vereadores da base aliada da prefeita votariam contrários aos professores.

Há menos de uma semana, essa cena de confronto aconteceu na Câmara Municipal. No último dia 12, educadores tentaram ocupar o plenário daquele Poder para impedir a leitura do PCCS e o início da tramitação da proposta na Casa Legislativa. Durante a confusão, os guardas utilizaram "spray" de pimenta. Na ocasião, professores reclamaram da ação.



GALERIA



Confronto e radicalismo na tentativa de impedir a votação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, professores buscam invadir o plenário e são agredidos por guardas municipais (Foto: Cid Barbosa)

(25/11/2008) - Fim de semana sem tomógrafos na Capital

Amor com violência em xeque

A violência praticada contra a mulher e as leis protetivas esta...



Calor leva cearense a gastar mais com energia

Outubro foi o mês de 2008 em que os cearenses mais consumiram e...



Autuações aumentam 20% em uma semana

Falta de incorporação da lei pelos motoristas e aumento...



Fim de semana sem tomógrafos na Capital

Por conta dos problemas, os pacientes que precisaram fazer exames for...



70% dos casos de câncer de mama têm diagnóstico tardio

A doença deve fazer este ano 1.540 novas

Shopping

Pesquisar Preços de

Buscar



Compare Preços
MP3 Player
A partir de
R\$59,90



Compare Preços
Celular
A partir de
R\$44,00



Compra Fácil
Câmera digital
Sony
Em 10x de
R\$89,90



Magazine Luiza
iPod Shuffle 1Gb
Em 10x de R\$
45,90

Este é o cache do Google de <http://www.an.com.br/2008/jan/11/0pot.jsp>. Ele é um instantâneo da página com a aparência que ela tinha em 6 out. 2008 20:15:56 GMT. A [página atual](#) pode ter sido alterada nesse meio tempo. [Saiba mais](#) 100

Estes termos de pesquisa estão realçados: **legislativo de navegantes escolha do presidente**

[Versão somente texto](#)

[Blogs](#) [Imposto de Renda](#) [Tempo](#) [Vídeos](#)

Joinville

Sexta-feira, 11 de janeiro de 2008

Santa Catarina - Brasil

Política - A Notícia

Fabio Gadotti
(47) 3431-9118

Legislativo de Navegantes

Briga na escolha do presidente

Platêia formada por opositoristas invade plenário, e confusão só acaba com polícia

Vereadores de Navegantes chamaram a Polícia Militar para poder terminar a sessão de votação do novo presidente do Legislativo, quarta-feira à noite. A platêia, formada por servidores municipais comissionados e correligionários dos partidos da oposição, invadi o plenário. Houve troca de empurrões e um início de tumulto em frente à mesa diretora.

A sessão terminou depois de duas horas, com a saída estratégica dos três vereadores do apoio ao governo e a eleição do opositorista Emilio Vieira (PP), junto com uma mesa diretora formada só por representantes da oposição. A Polícia Militar monitorou a sessão até o fim, para evitar agressões. Os vereadores governistas garantem que vão recorrer na Justiça pela anulação da eleição.

"Lamentamos a confusão, convidamos os funcionários da Prefeitura a assistirem à sessão, mas jamais incitaríamos alguém à violência", declarou o líder do PMDB, Fredolino Bento.

O representante do PSDB, Roberto Carlos de Souza, afirmou que a invasão do plenário foi um absurdo. "Com a retirada, os vereadores do governo deram espaço para a confusão. Foi uma grande falta de respeito", afirmou.

A briga começou com a recusa dos três peemedebistas presentes em realizar a eleição sem a presença do presidente interino da Câmara, Ademar Borba (PMDB), que estava internado com problemas cardíacos. Borba conquistou a presidência no início do ano, sendo o vereador mais velho, porque o mandato anterior terminou em 1º de janeiro. Bento argumentou que a oposição desrespeitou o regimento interno da Câmara ao começar nova sessão no mesmo dia e desrespeitou a regra da proporcionalidade, já que o PMDB não ficou com nenhum cargo na mesa diretora. O interesse dos governistas na prorrogação da eleição está na possibilidade de tomada de mandato de dois vereadores ex-peemedebistas que respondem a processo por infidelidade partidária. São eles Roberto Carlos de Souza, agora do PSDB, e Celso dos Passos, do PP. Uma nova sessão está marcada para segunda-feira.

Pará

Vereador é cassado por infidelidade

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) cassou na manhã de ontem o mandato do vereador Adenor Ferreira da Silva (PMDB) por infidelidade partidária, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele se elegeu pelo PV em 2004, mas em setembro do ano passado se filiou ao PMDB. Com isso, chega a três o número de "infelís" que perderam o cargo após o TSE definir que o mandato pertence à legenda e não ao político.

Os outros dois alvos foram os vereadores João Maria Alves da Silva (PSC), do Pará, e Lourival Pereira de Oliveira (PV), de Rondônia. No requerimento ajuizado para a recuperação do mandato, o PV disse que Silva, vereador de Marapanim, deixou o partido sem justa causa. Segundo o TSE, a legenda afirmou que não haveria razões para o desligamento dele. Já o vereador justificou a sua saída alegando falta de estrutura, apoio do PV aos seus filiados em Marapanim e de orientações aos filiados para a manutenção da base obtida em 2004 e articulada por ele.

Senado

PSDB quer investigar declarações

Russos fecham o cerco a Grozny

101

Yeltsin diz que a Rússia quer acabar com a ameaça do terror islâmico, apesar dos apelos do Ocidente para o diálogo

De Tebeide

Com AFP e Reuters

A artilharia e os bombardeios russos atingiram mais vilarejas e cidades no norte da Chechênia. A cada dia, o cerco à capital Grozny se intensifica, apesar dos pedidos de negociação do Ocidente. Testemunhas continuam informando sobre vítimas civis. Mas o governo russo insiste que apenas ataca instalações de terroristas rebeldes.

A intensidade dos bombardeios tornou praticamente impossível tanto a circulação na cidade quanto qualquer verificação aérea sobre os danos provocados e o número de vítimas. Há vários dias, as tropas russas se aproximam de Grozny e, com isso, se contratem a procura mais de dez quilômetros da cidade. Além disso, foram tomados alguns pontos vizinhos.

O presidente checheno, Aslan Maskhadov, reconheceu que as forças federais avançaram lentamente, mas disse que tentam entrar na cidade de Pechenoiyskaya, na periferia de Grozny, como haviam anunciado os militares russos. Informes, entretanto, que tentam combater intensiva na segunda maior cidade chechena, Gudermes (leia-se).

Os sequestros à Chechênia, se política separatista localizada no Cáucaso russo, está preocupando os países do Ocidente. Os Estados Unidos e a França insistem na necessidade de diálogo das autoridades de Moscou com as de Grozny, de modo a se "profundamente importante" pela situação na região.

Os pedidos aparentemente foram em vão. No mesmo dia, Boris Yeltsin ordenou, antes de sua partida, que seu governo que "esteira mais para sempre a luta contra o terrorismo islâmico

nel na Chechênia, pois que não se pode parar viver tranquilamente, em paz".

ARMÊNIA

Para o governo russo, trata-se de eliminar os "terroristas islâmicos", acusados de praticar uma onda de atentados que deixaram 293 mortos de agosto a novembro, em Moscou e em São Francisco.

As autoridades chechenas, que repetidamente pediram à Rússia a desistência das operações de gás, dizem que a história é outra. Em Grozny, Maskhadov acusa o primeiro-ministro russo Vladimir Putin de "invocar o nome da Rússia", sem se preocupar em diferenciar as operações da população civil.

Na semana passada, em Moscou (leia-se), Putin assegurou aos líderes da União Soviética que ele está sendo prioridade às negociações para encerrar a guerra e assegurar que a Rússia não será alvo de ações militares islâmicas armadas. No entanto, ele afirmou que algumas centenas de Chechênia o suficiente para assegurar o sucesso das negociações, mesmo ainda o presidente Maskhadov.

Putin diz e reiterar que ele estava procurando lidar com os sequestradores de Maskhadov, dentro de Chechênia. Ele disse que a região está dividida em "zonas separadas lideradas por líderes e membros constituintes de campo".

"Não tentamos evitar todo isso, e assim as pessoas que não têm nada a ver com isso não podem viver", afirmou Putin.

Como consequência dos combates na Chechênia, o número de refugiados continua aumentando nos Estados Unidos, na Grécia e a Itália. De acordo com as últimas estimativas oficiais russas, há 130 mil chechenos deslocados.



Tropas russas estão cada vez mais perto da capital Grozny após perseguir aos separatistas islâmicos

Na mira dos militares

AFP e AP

Os bombardeios à Chechênia parecem ser parte dos preparativos russos de uma segunda fase de ataque não muito longe de lá. A primeira fase consistiu em destruir as bases de terroristas islâmicos e de uma segunda fase é o ataque ao norte da Chechênia, às margens do rio Terek. Embora alguns membros do governo checheno falem em manter a calma como uma forma de segurança ao longo do rio e das fronteiras norte e leste da Chechênia, as tropas russas continuam avançando em direção a Grozny ao sul do rio.

Líderes políticos em Moscou parecem de pedir uma marcha sobre Grozny, embora o governo não tenha se comprometido a isso. Afirmaram de tomar a capital, tomando o aumento de tropas entre os soldados russos - que está em uma primeira etapa em tempos de campanha eleitoral. Em dezembro, os russos elegeram seu novo Parlamento em meio a eleições estaduais de longo prazo de debates e corrupção.

Mesmo assim, os militares parecem continuar com a batalha, talvez para garantir de aumentar sua presença e obter a ter um papel importante no cenário político russo. Eles afirmam que a Chechênia ameaça sua independência de fato há três anos, porque líderes políticos não permitiram o Estado fazer seu trabalho.

Uma rede de televisão difundida esta semana entrevistou com soldados que estavam "acabando" com os "bandidos". "Tudo vai ficar bem se não fomos impedidos", disse um deles. "Se fomos impedidos a lutar", advertiu outro, "os chechenos vão se fortalecer e essa decisão vai começar outra vez".

Para os russos, uma vitória de Grozny seria essencialmente um ataque direto contra os grupos terroristas, em uma guerra que poderá envolver toda a região de maioria islâmica.

ARMÊNIA

Primeiro-ministro é assassinado

AFP e AP

Um atentado fortemente armado aconteceu no Parlamento de Armênia e matou o primeiro-ministro e o primeiro-ministro Yeghiazar Serzhantsyan, líder parte de seu gabinete e o presidente da casa. Aos gritos de "vamos matar o sangue do povo, não é um golpe de Estado", o grupo União Revolucionária Armênia invadiu todas as salas de reunião e abriu fogo. Após cinco, os mortos pelo menos 200 feridos.

Em mais um momento de tensão no Parlamento armênio. O primeiro-ministro, que acabou de entrar em uma reunião com o vice-secretário de Estado

dos Estados Unidos, Robert Sabour, respondeu às perguntas dos deputados e a sessão acabou interrompida por ruidos e gritos e entreteu a sessão de funcionários e jornalistas.

No momento do atentado, Serzhantsyan estava em uma reunião com os membros do gabinete, que depois do ataque se reuniram no prédio e exigiram falar à TV estatal. O Parlamento está cercado pelas tropas do Exército e pela polícia, com todas as pessoas cercadas pelo presidente do país, Robert Kocharyan.

A TV local mostrou imagens da reunião com dois membros usando capas de chuva, que logo começaram a disparar, enquanto os deputados tentavam se esconder sob as mesas.

CAUCÁSIO NOROCCIDENTAL

A Armênia é uma república localizada ao sul do Cáucaso, entre a Geórgia, Turquia, Irã e Azerbaijão. Um vendaval político em circulação, o país tentou se declarar independente com o colapso da antiga União Soviética, em 1991, sendo rebido, desde então, entre debates políticos e econômicos.

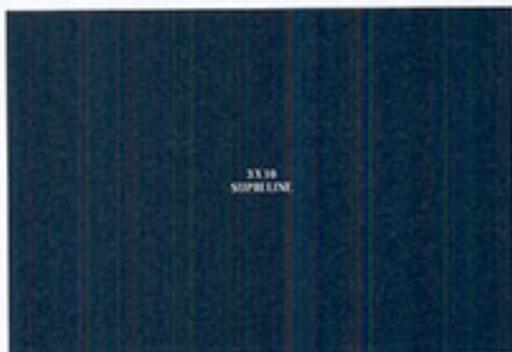
O primeiro-ministro Yeghiazar Serzhantsyan, 48 anos, chegou ao cargo em novembro de 2002, após um período de mais de um ano de negociações internacionais.

do norte da Armênia. Ex-governador de longa duração em período, começou sua carreira em 1996, em plena guerra no Alto Karabakh, região montanhosa situada geograficamente por armênios e russos mas passou para as mãos de Azerbaijão em 1992 pelo ditador soviético Yel'tsin.

Nomineado ministro de Defesa pelo presidente Levon Ter-Petrossian em 1991, quando os separatistas armênios de Karabakh mataram uma série de ataques sangrentos, mostrou grande tolerância com o governador e o governo local de região que muitos consideravam desafiadores.

No entanto, ele mesmo tornou em fevereiro de 1997 a demissão de Ter-Petrossian, a quem os locais nacionalistas acusavam de preparar um acordo com os separatistas sobre a questão do Karabakh.

Em maio de 1998, após se ano paralisante do ex-governador e ministro Karen Demirchyan, a guerra voltou com força ao longo das fronteiras. Serzhantsyan assinou no dia 11 de junho, após um grande número de discussões, o cargo de primeiro-ministro em um sistema bicameral parlamentarista dividido para uma parte que depende diretamente da população.



XSARA, O IMPORTADO MAIS VENDIDO DO ANO*

A Citroën continua com as melhores condições, e com preço antigo para você. Venha logo!

VENHA DESCOBRIR PORQUÊ:
Ar Condicionado, Air Bag Duplo, Direção Hidráulica, Freio a disco nas 4 rodas, etc.

28.990, 699

CITROËN

Sil. Moritz 061.361.5474 SA/Sul Trecho 1 Lotes 290/320 Brasília DF

Atendimento de qualidade. Preço de 1998. 50% de desconto. Garantia de 12 meses. 100% de garantia de qualidade. Preço de 1998. 50% de desconto. Garantia de 12 meses. 100% de garantia de qualidade.

CONDOMÍNIO FECHADO

PRONTO PARA MORAR!

ÚLTIMAS UNIDADES

3 Quartos
11 metros

USO 100 FGTS

Shopping Vespertino

FIAM DE VENDAS NO LOCAL
021-8721 - 014-9121

FIM DE UMA ERA

Cerca de 500 mil manifestantes derrubaram o presidente da Iugoslávia, em uma manifestação popular sem precedentes históricos no país. Kostunica, que disputou uma eleição com o ditador deposto, já assumiu o governo. Foi um golpe de Estado que custou apenas duas vidas



A POLÍCIA TENTOU, EM VÃO, DISPERSAR OS MANIFESTANTES DA PRAÇA CENTRAL DE BELGRADO COM BOMBAIS DE GÁS LÁGRIMÓGENO. ALGUNS POLÍCIAS DESERTARAM DE DEFENDER O GOVERNO E AJUDARAM AOS PROTESTANTES DE ONTO

Fora, Milosevic

Por AP e AFP

Belgrade — As portais ocidentais, principalmente os Estados Unidos e as cidades europeias, ficaram satisfeitos e que pediram para demitir o presidente da Iugoslávia, Slobodan Milosevic. Promoveu sua campanha militar e ocupou a província de Kosovo. Promoveu um embargo total e enviou dinheiro para financiar a campanha eleitoral de oposição contra o presidente. Mas a seleção final terminou porção do povo, cansado das brechas e sucessivas derrotas militares de seu chefe de Estado.

Nessa fase final, a participação eleitoral foi de um milhão de cidadãos de 300 cidades, o pre-

dicte como americano, e de um colégio Jacques Chirac, da França, e o alemão Gerhard Schröder, que votou já anteriormente com o fim do embargo comercial. Podem ser um banho de sangue. O Exército chegou a ser mobilizado para acabar com os protestos, mas os terminou quando apenas duas vidas e alguns ferimentos em doze mil dos 500 mil manifestantes. Talvez os próprios iugoslavos não imaginavam onde chegariam os acontecimentos desastrosos no final de outubro.

Das prisões apenas contra a decisão do Tribunal Constitucional da Iugoslávia, que na noite de terça-feira resolveu anular parcialmente as eleições presidenciais de 24 de setembro. A população, nas ruas de

Belgrado, viu, desde o fim de setembro passado, acatando o pedido da Oposição Democrática da Sérvia (DOS), do líder eleito Kostunica, ele exigir a saída de Slobodan Milosevic. Era a resposta ao ultimato que a DOS concedeu ao governo por não concordar com os resultados oficiais, que dizem que Kostunica não teria ganhado as eleições com maioria absoluta a nível de 50% dos votos e que o segundo lugar seria ocupado por Zoran Djindjic. Para a oposição, Kostunica obteve 52% e não deveria participar de uma segunda rodada. Por isso, 200 mil pessoas foram às ruas.

A decisão do presidente do tribunal de anular o primeiro turno e a declaração do governo

de que iria repetir as manifestações populares foram os motivos para que os iugoslavos fossem ao Parlamento e a sessão não oficial de Belgrado. Neste momento, a maioria já conhecida para cerca de 500 mil pessoas na praça central da capital da Iugoslávia.

AÇÃO POPULAR

Os manifestantes entraram no Parlamento gritando "Agora ou nunca" e depois jogaram pedras na janela de Milosevic e numerosos documentos. O fogo se espalhou para o Parlamento quando na semana, enquanto algumas pessoas agiam bandeirolas nas janelas da Assembleia. Se o povo não tivesse tomado a

iniciativa naquele momento, provavelmente o país teria acordado sob estado de emergência e sem saber quando aconteceria novas eleições presidenciais. Milosevic, em julho de 1993, foi condenado pelo Tribunal Constitucional, além de Milosevic, a cumprir um mandato de prisão de 200 dias e que novos candidatos poderiam se apresentar para a disputa presidencial.

No fim de tarde, policiais e soldados do Exército desistiram de lutar em nome do ditador iugoslavo e se uniram à massa. No interior do país, pelo menos 30 policiais se retiraram da linha de frente, que estava em greve, enquanto outros 90 ficaram para proteger o controle dos regulamentos em seu momento. Os 1,5 mil militares, porém, já quase uma semana, cumprimentaram

os policiais por sua decisão de abandonar o local. Nesta hora, Zoran Djindjic, um dos dirigentes da DOS, declarou a uma rede alemã que o presidente Slobodan Milosevic tinha perdido "o controle sobre do Exército como da polícia". Vojislav Kostunica, então, se proclamou o novo presidente da Iugoslávia e convocou uma sessão extraordinária nas duas câmaras do Parlamento. "Dica sobre, Sérvia Livre", falou o líder oposicionista aos milhares de manifestantes que ocuparam a praça em frente ao Parlamento, por volta das 16 horas (14h em Brasília), aguardando os votos do povo e pedindo calma à população. A multidão respondeu "acabou" e "Slobodan preso".

PLANOS infalíveis SLAVIERO.

F-250 R\$ 54.500,00 A VISTA

PLANO A - ENTRADA de R\$ 27.250,00
0,5% B.T.N. + 18 x R\$ 1.610,79*

PLANO B - ENTRADA de R\$ 10.900,00
+ 18 x R\$ 2.769,60**

Slaviero
A SUA SATISFAÇÃO FÓRMULA

SAU TIPO 1 - 220-2021 / 405 SAU - 443-8888
SHOW ROOM - TAGUATUBA - 360-7398 / www.slaviero.com.br

PREÇOS E CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO SUJEITOS A APROVAÇÃO DO FINANCIADOR. PREÇOS E CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO SUJEITOS A APROVAÇÃO DO FINANCIADOR. PREÇOS E CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO SUJEITOS A APROVAÇÃO DO FINANCIADOR. PREÇOS E CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO SUJEITOS A APROVAÇÃO DO FINANCIADOR.

Onde está o ex-presidente?

Kostunica decretou o estado de emergência e pediu a prisão de Milosevic. Não pegou a sua decisão, porque prometeu, ele mesmo se prender. Ele não sabe o que é liberdade, mas não sabe, disse o novo líder do país de DOS falou aos 500 mil manifestantes que o ex-ditador fugiu de Belgrado, levou onde mora em Belgrado.

Enquanto os líderes da DOS dizem que Slobodan Milosevic está na Iugoslávia, o novo presidente falou que o ex-presidente não mora no território do país. "Ele está lá, eu não sei", disse o novo presidente. Milosevic não tem nenhum contato com a população, mas a mídia internacional está tentando a cada dia de encontrar o ex-presidente.

Milosevic de um quarto próximo à casa do ex-presidente sobrou na sua família e abor-



SEM O EXÉRCITO DA IUGOSLÁVIA FIDELÍSSIMO PARA MILOSEVIC

rece quem encontrasse, comemorando a queda do ditador. Os manifestantes, ao entanto, não ficaram muito felizes. Não a culpa de não ter Milosevic como líder era muito maior. Na

praça central de Belgrado, ele convocou "Slobodan, saia daqui e vá para a Sérvia". Milosevic está bem escondido. Neste momento há milhares de pessoas na praça.

CORREIO BRASILEIRO

ÚLTIMAS

Brasília, sexta-feira, 26 de junho de 2003

MINISTÉRIO PÚBLICO SEMINÁRIO AVALIA TERCEIRO SETOR

Procuradores de Justiça, advogados e presidentes de Organizações Não-Governamentais (ONGs) reuniram-se nesta tarde no 11 Congresso sobre Práticas do Conselho de Ministério Público, Agência Social, Trabalhadora, Inicialista e Controlada. O encontro aconteceu no auditório do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). O objetivo do seminário é promover uma discussão sobre as atividades do terceiro setor, que prestam serviços ao MP. A primeira palestra foi com o procurador de Justiça de Práticas e Inicialista de Interesse Social, Claudio Pereira de Carvalho. Ele discorreu a luz do Serviço Voluntário, remuneração dos dirigentes e exigência mínima de um empregado da ONG. Na programação de hoje, último dia do evento, há quatro palestras: Serviço Social, acesso do Terceiro Setor — estratégias visando à melhoria de serviços sociais; Controlabilidade e qualidade em entidades sem fins lucrativos; Conselho Social, sistemas de administração e balanço social das entidades sem fins lucrativos; e Práticas de controle de entidades. (De Redação)

SAÚDE

ARRUDA SERÁ OPERADO

O ex-senador José Eduardo Arruda sofreu uma cirurgia de emergência para se submeter a uma cirurgia para retirar um tumor no parênquima do fígado e uma lesão detectada em exames locais. O tumor do fígado, Arruda tem uma série de outras doenças, desde fístula crônica e a necessidade de tratamento de longo prazo de glaucoma. Após a cirurgia, ele pretende ficar fora do Brasil de 12 a 20 dias para se recuperar e depois retornar a cargo de magistrado do STJ, onde comparece até maio de 2004. Arruda tem o fígado há 10 anos, duas neoplasias e neoplasia no estômago, além de problemas que comprometem sua participação na votação da Câmara Legislativa do Distrito Federal e que o obrigam a assumir o cargo. (De Redação)

JORGE AMADO

ESCRITOR APRESENTA MELHORA

Um diagnóstico médico que acompanha o escritor brasileiro Jorge Amado na UTI cerebral do Hospital Alameda, em Salvador, constatou uma melhora da saúde desde que ele foi internado na última quarta-feira, apresentando alteração nos níveis de glicose e proteínas séricas, que provocam uma síndrome renal e cardíaca. De acordo com o último laudo médico divulgado na sexta-feira, o autor do clássico "Capitão Corisco" melhorou seu estado de saúde, com o paciente reagindo bem ao tratamento de medicação, que lhe reduziu a angústia e a pressão arterial e a febre. Apesar da melhora, os médicos afirmam que o escritor ainda precisa de cuidados e não foi posto de alta. (A3)

A FRASE

"O policial chegou, abriu a porta da cela e nos encontrou deitados. Um outro chegou e disse que queria ver se ele era de fato quem dizia ser. Nessa hora ele deu uma rajada de metralhadora. Estávamos em 14 na cela e seis morreram"

DARILDO SOARES

Quem viveu o episódio de violência em um dos presídios de Salvador em 1964.

LINK

SAI LISTA DE TRANSFERÊNCIAS

A Universidade de Brasília (UnB) divulgou nesta semana sua primeira etapa do processo de transferência de facultativos para os cursos de graduação. Os alunos, que poderão ser transferidos ainda no segundo semestre deste ano, passaram por uma análise de histórico escolar da instituição de origem de origem. Agora, participam de uma jornada de perguntas e respostas, na dia 17 de julho. Confira na área de Conteúdo (www.unb.br) a lista com os nomes aprovados no primeiro fase. (De Redação)

MACEDÔNIA

PARLAMENTO É INVADIDO

Uma reunião entre parlamentares se converteu em um debate de opinião em frente à sede do Parlamento Macedônio em uma reunião em Belgrado, na Macedônia. Os parlamentares, em maioria esmagadora, conseguiram entrar no prédio e gritar palavras de ordem contra Trajkovski e a Organização do Tratado de Segurança Norte-Atlântica. A manifestação aconteceu após a acusação de que o presidente do Parlamento Macedônio havia permitido a entrada, sem devida autorização, de militantes albaneses de fronteira, sob o pretexto de trazer ajuda humanitária. (A3)



TRÁNSITO
Corpo de Bombeiros atende pelo menos 30 acidentes por dia. Alta velocidade e manobras perigosas são as principais causas

Imprudência mata mais um no Distrito Federal

Alcides Lima
Divulgação/Corpo de Bombeiros

Uma tragédia foi registrada em um acidente no Distrito Federal. Uma camioneta que colidiu com um ônibus em uma via de trânsito em Brasília matou um jovem de 22 anos em decorrência de um acidente ocorrido nesta manhã. O acidente aconteceu na altura do km 76, na Rodovia SO-040, que liga o centro de Brasília ao aeroporto. O acidente aconteceu às 11h30, quando uma camioneta de uma empresa de transporte rodoviário colidiu com um ônibus da empresa de transporte rodoviário. O acidente aconteceu na altura do km 76, na Rodovia SO-040, que liga o centro de Brasília ao aeroporto. O acidente aconteceu às 11h30, quando uma camioneta de uma empresa de transporte rodoviário colidiu com um ônibus da empresa de transporte rodoviário.



ENQUILASTA RENILDO AVELAR, 76 ANOS, MORREU DEPOIS DE SER ATINGIDO POR UM ÔNIBUS EM BRASÍLIA

Mais de 30 acidentes com ônibus por dia são registrados no Distrito Federal. A maioria dos acidentes acontece em vias de trânsito urbano. O acidente aconteceu às 11h30, quando uma camioneta de uma empresa de transporte rodoviário colidiu com um ônibus da empresa de transporte rodoviário. O acidente aconteceu na altura do km 76, na Rodovia SO-040, que liga o centro de Brasília ao aeroporto. O acidente aconteceu às 11h30, quando uma camioneta de uma empresa de transporte rodoviário colidiu com um ônibus da empresa de transporte rodoviário.

NEOLOGISMOS

Entre os neologismos mais usados em Brasília, o termo "galeto" ganhou destaque. O termo é usado para se referir a um funcionário público que não tem a qualificação necessária para o cargo. O termo também é usado para se referir a um funcionário público que não tem a qualificação necessária para o cargo. O termo também é usado para se referir a um funcionário público que não tem a qualificação necessária para o cargo.

Porém, apesar de ser um termo muito usado, ele não é considerado um neologismo. O termo "galeto" já era usado antes de 1964. O termo também é usado para se referir a um funcionário público que não tem a qualificação necessária para o cargo. O termo também é usado para se referir a um funcionário público que não tem a qualificação necessária para o cargo.

Entre os neologismos mais usados em Brasília, o termo "galeto" ganhou destaque. O termo é usado para se referir a um funcionário público que não tem a qualificação necessária para o cargo. O termo também é usado para se referir a um funcionário público que não tem a qualificação necessária para o cargo. O termo também é usado para se referir a um funcionário público que não tem a qualificação necessária para o cargo.

Entre os neologismos mais usados em Brasília, o termo "galeto" ganhou destaque. O termo é usado para se referir a um funcionário público que não tem a qualificação necessária para o cargo. O termo também é usado para se referir a um funcionário público que não tem a qualificação necessária para o cargo. O termo também é usado para se referir a um funcionário público que não tem a qualificação necessária para o cargo.

Entre os neologismos mais usados em Brasília, o termo "galeto" ganhou destaque. O termo é usado para se referir a um funcionário público que não tem a qualificação necessária para o cargo. O termo também é usado para se referir a um funcionário público que não tem a qualificação necessária para o cargo. O termo também é usado para se referir a um funcionário público que não tem a qualificação necessária para o cargo.

CENA DA NOITE



MONTA DE FILMES EUROPEUS TEM LINDAS MUITAS BARRAS DO CINEMA DO CINE BAÇURÁ (VILA URUGUAI) E AS PRODUÇÕES DE 14 PAÍSES DO CONTINENTE

Filme indicado para gregos e troianos

Fredrik Dyrby
Divulgação/Corpo de Bombeiros

Uma obra-prima do cinema grego, o filme "Troia" de Christopher Nolan, lançado em 2004, é considerado um dos melhores filmes de guerra já feitos. O filme narra a história da guerra de Troia, entre os gregos e os troianos. O filme é considerado um dos melhores filmes de guerra já feitos. O filme narra a história da guerra de Troia, entre os gregos e os troianos. O filme é considerado um dos melhores filmes de guerra já feitos.

Entre os neologismos mais usados em Brasília, o termo "galeto" ganhou destaque. O termo é usado para se referir a um funcionário público que não tem a qualificação necessária para o cargo. O termo também é usado para se referir a um funcionário público que não tem a qualificação necessária para o cargo. O termo também é usado para se referir a um funcionário público que não tem a qualificação necessária para o cargo.

Entre os neologismos mais usados em Brasília, o termo "galeto" ganhou destaque. O termo é usado para se referir a um funcionário público que não tem a qualificação necessária para o cargo. O termo também é usado para se referir a um funcionário público que não tem a qualificação necessária para o cargo. O termo também é usado para se referir a um funcionário público que não tem a qualificação necessária para o cargo.

Entre os neologismos mais usados em Brasília, o termo "galeto" ganhou destaque. O termo é usado para se referir a um funcionário público que não tem a qualificação necessária para o cargo. O termo também é usado para se referir a um funcionário público que não tem a qualificação necessária para o cargo. O termo também é usado para se referir a um funcionário público que não tem a qualificação necessária para o cargo.

Entre os neologismos mais usados em Brasília, o termo "galeto" ganhou destaque. O termo é usado para se referir a um funcionário público que não tem a qualificação necessária para o cargo. O termo também é usado para se referir a um funcionário público que não tem a qualificação necessária para o cargo. O termo também é usado para se referir a um funcionário público que não tem a qualificação necessária para o cargo.



CO-V

POR AÍ



BORGO (FRANÇA) BRINQUEDO EXPLOSIVO

Um cartucho de controle remoto foi usado para atacar um quartel da polícia na ilha de Córcega, na França. O sistema de alarme instalou-se no quartel e a explosão destruiu as portas. Um segurança foi ferido e um hospital em estado de choque, além de polícia. O ataque aconteceu em Borgo, norte da ilha, onde está uma das maiores praias privadas da França. Córcega foi anexada por mais de 20 anos do domínio do grupo separatista e separatistas combates por décadas atrás. (Reuters)

JOHANESBURGO (ÁFRICA DO SUL) SITE DE MANDELA INVADIDO

O site oficial do Fundo para Crianças de Nelson Mandela foi atacado por hackers, que divulgaram fotos de sedutores americanos. Mandla Mkhuphe, porta-voz do fundo, disse que o ataque foi direcionado contra o que alguns acreditam para Mkhuphe ou para o restar o controle do site. Quem acessava o página usava um automaticamente redirecionado a outro endereço, com fotos de garotas de 17 anos americanas. Mkhuphe disse que teria sido para outras páginas, com uma foto de mandela nuca e americana. O fundo não acredita se o ataque e prova vítima do oportunista. (Reuters)



GUERRA Terroristas invadem o Parlamento em Nova Délhi, detonam bomba e explodem granadas. Governo decreta estado de alerta máximo



COMANDOS DE ELITE DA POLÍCIA INDIANA EXCITAM CIVIS PARA FORA DO PRÉDIO DO PARLAMENTO, ATACADO POR SEUS TERRORISTAS.

HOJE!!!
2 OFERTAS IMBATÍVEIS
NAS LOJAS CCB!

Corsa Sedan
 Millennium 2002
 A partir de **16.990,00**
 FRETE INCLUSO

Celta
 2002
 A partir de **13.880,00**
 TRAVA ELÉTRICA Grátis
 AR CONDICIONADO A partir de R\$ 199,00

PLANTÃO NESTE SABADO E DOMINGO APROVEITE

IMBATÍVEL
CCB

Venha conferir nossas outras ofertas!

W3 Sul R. 515 Tel.: 245-6640
 S1A Trecho 01 Tel.: 242-2400
 www.ccb.com.br

Ataque ao Congresso da Índia mata 12

De Brasília
 Com agências

Um atentado suicida planejado por seis terroristas atacou o novo o Parlamento da Índia em Nova Délhi, um dos prédios públicos mais prestigiados do país. Pelo menos cinco terroristas foram mortos pelas forças de segurança do edifício, num ataque que durou mais de 30 minutos. Sem polícia e sem civil também se converteu na zona de terror. Outros 12 agentes e um operador de câmeras ficaram feridos. Nenhum grupo separatista é apontado. O governo decretou estado de alerta máximo no país.

O ataque ocorreu às 10h30 (10h30 de Brasília), assim que o Parlamento abriu para as sessões do dia. Os terroristas, munidos de granadas e armas automáticas, entraram no complexo do Parlamento e logo que foram atacados a bomba que levou a morte de um dos corpos, segundo testemunhas. Outro atirou uma granada contra dois membros do Parlamento quando saíam do ataque. Outros funcionários do prédio afirmaram que ele estava no edifício. De acordo com o ministro da Saúde, C.P. Thakur, seis membros das forças de segurança e um jornalista morreram. Outros pessoas feridas foram levadas com ferimentos, a maioria policiais. Outros estão sendo operados.

Depois do ataque, tropas do Exército ficaram posicionadas no lado do Parlamento. Praticamente 300 (300 de Brasília, uma equipe de especialistas em explosivos) reagiram uma bomba que estava no carro de um dos terroristas.

Em discurso em cadeia nacional de TV, Vajpayee disse que o episódio foi um "ataque contra toda a nação" e prometeu manusear o terrorismo no país. À tarde, ele teve uma reunião com o chefe de segurança de seu governo, para definir uma nova estratégia para combater as revoltas e os ataques terroristas.

A situação na região é tensa devido ao conflito entre a Índia e o Paquistão pela região da Caxemira, área disputada pelos dois países há décadas. Depois do ataque, o exército indiano foi colocado em estado de alerta na Caxemira, ao longo da fronteira com o Paquistão, segundo um porta-voz militar. O presidente do Paquistão, Pervez Musharraf, afirmou se em "condição de alerta" e pediu a Índia para investigar o ataque e oferecer compensações. Estados Unidos e Grã-Bretanha fizeram o mesmo.

"Estamos em contato com a polícia da Caxemira", disse o ministro da Defesa da Índia, George Fernandes, sugerindo que o ataque pode ter sido obra de militantes separatistas da região. O ministro da Saúde indiano anunciou que o país havia recebido informações sobre planos de atentado na Índia após a morte de 100 no Afeganistão.

A principal organização separatista muçulmana da Caxemira Índia, porém, condenou o ataque. Abidul Qasim Khan, líder da aliança Hurriyat, que reúne 25 partidos separatistas muçulmanos da região, disse que se membros do movimento são "terroristas" a Índia de matar gente inocente e em qualquer lugar do mundo.

"Não acredito que o ataque ao Parlamento aconteceu no momento em que os habitantes da Caxemira aguardam boas notícias na definição do estatuto da província. Cada vez que há uma tentativa de reduzir significativamente o assédio Caxemira, acontece um ato de violência que, desgraçadamente, resulta em um perda de vidas humanas", acrescentou.

MEMÓRIA Relação difícil há 50 anos

Índia e Paquistão mantêm uma relação difícil, marcada por três guerras desde 1947. Os dois países disputam o região da Caxemira (Norte da Índia) desde o fim da colonização britânica. As tensões começaram com a guerra de Independência, que resultou no nascimento da Índia (maioria hinduísta) e do Paquistão (maioria muçulmana).

De início, a Caxemira ficou com a Índia, o que levou à primeira guerra entre os dois países, em 1947 e 1948. O conflito durou mais de um milhão de mortos e terminou com a divisão da Caxemira: um lado no Paquistão e o outro na Índia. De lá para cá, indianos e paquistaneses se enfrentaram mais duas vezes em 1965 e 1971. Nos anos 80, guerrilhas separatistas começaram a atuar no país. A Índia acusou o governo paquistano de apoiar o terrorismo na Caxemira e estimular o movimento das guerrilhas no Afeganistão. O conflito entre os dois países aumentou depois disso, pois os dois possuem fronteiras nucleares.

Em 2 de outubro, um carro-bomba explodiu em Jammu e causou a morte de 25 pessoas e feriu mais de 100. O atentado ocorreu 30 dias depois de ser anunciado por um grupo guerrilheiro muçulmano de Paquistão. A resposta indiana incluiu o envio de mais de 100 mil soldados para o norte para evitar mais ataques. Depois do ataque, houve um grupo guerrilheiro muçulmano de Paquistão.

MUNDO

CRISE NA GEÓRGIA

Por causa da polémica envolvendo resultado das legislativas, multidão furiosa exige renúncia de Shevardnadze. Ele promete não deixar o cargo

Povo invade parlamento

DE SÃO PAULO

Depois de fazer uma reunião privada por mais de quatro horas, uma multidão de 23 mil pessoas, encabeçada por um líder de oposição, invadiu o parlamento da capital para exigir a renúncia do presidente Eduard Shevardnadze. Os manifestantes acusam o presidente de ter fraudado as eleições legislativas de 3 de novembro. Forças de segurança que mantinham guarda em frente ao parlamento dispararam granadas de gás lacrimogêneo contra os manifestantes, mas não conseguiram evitar que 3 mil pessoas invadissem o prédio enquanto o presidente chamava Oparomashvili para se manifestar e a polícia não deixou entrar.

Entrado na presença do Parlamento por guardas de segurança armados com escopetões, Shevardnadze deixou claro que não pretende renunciar. "Quisera o cargo quando teria mandado erguer uma estátua à Constituição", afirmou o presidente, que decretou Estado de emergência e disse ter sido vítima de um golpe armado.



OPosição liderada por Oparomashvili, que tentou invadir o parlamento.

Mas Shevardnadze afirmou ainda e disse que Shevardnadze poderia continuar no cargo com a condição de que sejam

criadas condições para a realização de eleições livres, sem interferência governamental. Shevardnadze não mudou seu posicionamento sobre o assunto.

Beleza em sua residência a 1 km da capital, Shevardnadze falou ao telefone com o senador do Estado norte-americano, Colin Powell, e com o presidente russo Vladimir Putin. Segundo o governo georgiano, Powell garantiu sua proteção jurídica com a condição de que o presidente não agisse a favor de ninguém, mas reconheceu que não havia sido possível evitar um banho de sangue. Por isso, o presidente não conseguiu evitar a situação de violência em Tbilisi.

A atual crise política na República georgiana — a pior dos últimos anos — tem ocorrido durante a eleição parlamentar no domingo de hoje, quando o presidente e o Conselho Internacional acusaram o governo de fraude e golpe por ser ilegítima. Enquanto isso, os deputados do Parlamento, em suas reuniões oficiais, encontram o mesmo Oparomashvili de segurança. Tinha sido o líder da oposição, mas agora é o líder da maioria. O projeto governamental "apagar o fogo" no governo e disse que poderia negociar com a oposição.

POR AÍ



Geórgia (Geórgia)

ATENTADOS MATAM 18 E FEREM 53

Dois atentados a carro-bomba mataram ao menos 18 pessoas e feriram mais de 50 no norte do país ocupado. Outros ataques ocorreram em outras partes do país, incluindo ataques a escolas e a uma igreja. Os ataques ocorreram em meio a problemas políticos. O Estado georgiano tem problemas e ataques foram feitos. Em mais um ataque ontem e quarta-feira, houve atentados bombardamentos a cidade de Khaldia (leste). Uma pessoa morreu.

Muito (Público)

CALOTE DO ITAMARATY

Os negociadores do Brasil na reunião ministerial da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), iniciada na sexta-feira, em Miami, pagaram ao Congresso de Washington e de outros dois membros de uma comissão brasileira. A equipe, chefiada pelo chanceler Celso Amorim, recebeu um pagamento sem nenhuma perspectiva de quando será recebida. O Itamaraty apenas enviou à sua delegação em Miami o dinheiro que está aplicando aos diplomatas estrangeiros de acordo com o acordo e daqueles alocados nas representações do país mundo fora.

PERSONAGEM DA NOTÍCIA

Líder parecia inabalável

Eduard Shevardnadze, que sempre se destacou pela alta popularidade e grande sorte, o presidente desde 1995. Ele não foi eleito, mas continuou como chefe político que parecia ser inabalável. Apesar das tentativas e esforços para sua queda, conseguiu manter-se no cargo até o fim de seu mandato em 2003. Chegou a escapar milagrosamente de dois atentados — um em 1998 e outro em 2000 — que chegaram a matar milhares de pessoas.

Shevardnadze dominou a vida política do país durante os anos 70. Nascido em 23 de janeiro de 1928, na cidade georgiana de Mtskheta, aderiu ao Partido Comunista da União Soviética em 20 de agosto de 1947. Foi primeiro vice da República Soviética da Geórgia e em 1982 foi designado ministro da Interior da

União Soviética. Foi também ministro do Interior do Partido Comunista georgiano de 1977 a 1985. Foi chamado a Moscou por Mikhail Gorbachev, que indicou a Península e a sociedade como ministro das Relações Exteriores em 1985. Shevardnadze defendeu a retirada das tropas soviéticas da Geórgia.



percebido do momento. Ele teve papel chave nas negociações diplomáticas entre a União Soviética e Estados Unidos nos momentos de crise de armas. Shevardnadze renunciou à liderança soviética em 1990. Foi nomeado deputado, eleito para o Parlamento da Geórgia em março de 1992. Foi presidente e chefe de governo do Conselho de Segurança Nacional. Foi eleito chefe de governo em 1995. Foi eleito chefe de governo em 1995. Foi eleito chefe de governo em 1995.

Paralelo à Geórgia em março de 1992, apoiando a formação do parlamento do Conselho de Segurança Nacional. Foi eleito chefe de governo em 1995. Foi eleito chefe de governo em 1995. Foi eleito chefe de governo em 1995.

IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA

A Geórgia está entre as regiões mais pobres da Europa. Ela possui uma importância geopolítica estratégica por estar localizada no ponto de encontro entre a Europa, o Oriente Médio e o Cáucaso. O país é considerado um ponto de encontro entre a Europa, o Oriente Médio e o Cáucaso. O país é considerado um ponto de encontro entre a Europa, o Oriente Médio e o Cáucaso.

O MELHOR REVELLON É AQUI!

REVELLON DE 1999: 100% de satisfação. REVELLON DE 2000: 100% de satisfação. REVELLON DE 2001: 100% de satisfação. REVELLON DE 2002: 100% de satisfação. REVELLON DE 2003: 100% de satisfação. REVELLON DE 2004: 100% de satisfação.

1º vestibular 2004

Pedagogia, Filosofia, Letras

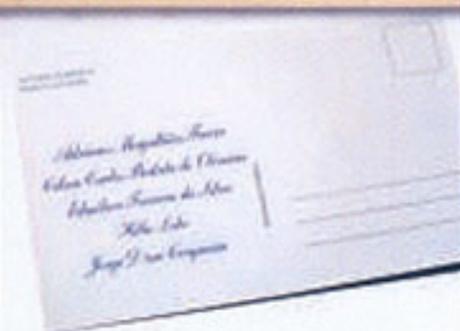
Inscrições: 27-30 e 28-31-03

Prova: 30-11-2003

Correção em 3 meses

CEBS 627-3009

Saiba porque falavam que Brasília seria entregue à ONU e se tornaria um território internacional.



PIONEIROS. HISTÓRIAS DE QUEM FEZ BRASÍLIA.

No próximo domingo. Não perca.

GDF

CORREIO BRAZILIENSE

JORNAL CAPITAL

26 MUNDO

CINCO DIÁRIOS 107

“AS NACIONALIZAÇÕES NA INDÚSTRIA TORNAÇÃO MAIS DIFÍCIL QUE O POVO VENEZUELANO SAIA DA POBREZA E DESENVOLVA TODO O SEU POTENCIAL”

George W. Bush, presidente dos Estados Unidos



INGLÊS QUANTO ÀS POLÍTICAS DE 2007
 Editor: John Claudio Garcia | jgarcia@comunicacao.com.br
 Subeditor: Silvio Augusto Rodrigues
 Tel.: 51 34 1131 | e-mail: a26@comunicacao.com.br
 Web: 51 34 1131 | 321 8 1117

EQUADOR

Presidente comanda mobilização popular contra o Congresso, que foi invadido por manifestantes. Sem apoio parlamentar, Rafael Correa quer convocar Constituinte e implantar "socialismo" à moda Chávez

Duelo de poderes

ELABORADO POR
 RICARDO SOARES

A invasão do Congresso equatoriano por centenas de manifestantes, na terça-feira, com o voto de rejeição à proposta de reforma constitucional, marcou o fim de uma disputa entre o presidente Rafael Correa e os deputados da oposição, que dominam o Parlamento. Em nota à imprensa, Correa pediu aos militares que se juntassem ao lado da convocação de uma consulta popular sobre a Assembleia Constituinte, segundo o chefe de governo, que não haverá negociações violentas e não se vai usar a força para impor a vontade. O presidente da Legião, Jorge Cevallos, iniciou e deu início às manifestações de apoio contra alguns parlamentares.

"Requisitamos o governo. Foi um erro não tomar outras medidas e a segurança do Estado", prometeu o deputado, que defendeu a rejeição da proposta de reforma. "Se não tivermos um acordo de forma pacífica, o Equador jamais se tornará uma nação livre para fazer avançar a Assembleia Constituinte, que não se fará", afirmou.

O analista político Joaquín Hernández se diz confiante com a segurança de ações similares. "Não acredito. Se houve um governo, por que os manifestantes não foram mais longe no Parlamento?", questiona. Para Hernández, a política equatoriana avança por uma via perigosa. "Todo mundo sabe que essa violência começa, mas ninguém sabe terminar", afirma. O sociólogo Hernán Reyes, da Universidade Andina Simón Bolívar, acredita que o objetivo da mobilização popular é "deslegitimar qualquer ação" do Congresso, não importa qual seja ela. "Correa não tem um discurso radical e creio que, de alguma forma, incluiu a população e invadiu o Parlamento", avalia.

Os líderes sociais que apóiam Correa esperam um total de 10 milhões de votos para que possam ser convocados. Outros, pela maioria, esperam um grupo de manifestantes e reivindicações bil-



MANIFESTANTES DO PRESIDENTE SOCIALISTA AVANÇAM PARA A SEDE DO LEGISLATIVO. OPOSIÇÃO DENUNCIA VIOLAÇÃO DO GOVERNO CONSTITUCIONAL

ANÁLISE DA NOTÍCIA

Presidente estreaite faz jogo de alto risco

Rafael Correa enfrenta com sua estratégia de confrontação para evitar legitimidade ao Legislativo. A invasão do Congresso Nacional foi uma importante demonstração de força, pois demonstra a capacidade de articulação com movimentos sociais, sindicatos, indígenas, estudantes e militares. Mas também é um sinal de incapacidade para negociar com quem não estiver alinhado, mostra diver-

sidade representativa. Os partidos tradicionais — aos quais Correa se refere como "a elite política" — controlam o Parlamento e não estão dispostos a ceder seu poder. Não se pode mudar as regras de um sistema sem a expertise política que deriva de quem se refere "socialismo do século 21", lançado pelo venezuelano Hugo Chávez.

Nesse quebra-cabeça político,

o principal peça é o Partido Socialista Patriótico (PSP). Seu presidente é Gabriel Gutiérrez, irmão e pupilo do ex-presidente Lasso Gutiérrez, que morreu como importante líder sindical. Apesar de não ser o partido mais votado, o PSP tem hoje a segunda maior bancada no Congresso.

Depois de estar aliado como líder de oposição, Lasso conseguiu indicar seu advogado, Jorge Acosta, à presidência do PSP, atividade crucial para regular seus direitos políticos. Outros o PSP garante por a oposição total unida em torno da convocação do plebiscito, indicando em última instância a mobilização dos manifestantes. Correa deve ter cuidado ao inflamar os militares, e agir rápido antes que sua força de elite ceda a oposição pública aberta. (JCS)

CHÁVEZ GANHA CARTA BRANCA

Como esperado, a Assembleia Nacional venezuelana aprovou por unanimidade a Lei Habilitante, que dá ao presidente Hugo Chávez o poder de convocar por decreto um plebiscito em 90 dias. A votação foi realizada em sessão pública, com a participação do vice-presidente Jorge Rodríguez. "Chávez é o líder que levou a Venezuela a ser reconhecida como um país independente", afirmou o deputado. "Se alguns se trocam, outros não se trocam", afirmou o deputado. "Se alguns se trocam, outros não se trocam", afirmou o deputado. "Se alguns se trocam, outros não se trocam", afirmou o deputado.

Invasões

Desde a chegada de Chávez ao poder em 2000, os militares e burocratas se organizaram em redes de influência procedimental regional. Esse tipo de ação seria coordenada nos bastidores pelo ministro de Energia, Alberto Acosta, que é amigo pessoal de Correa há mais de uma década e mantém estreitas ligações com os movimentos sociais. A invasão do Congresso, na terça-feira, teria sido articulada segundo a mesma lógica. É fato que se os manifestantes foram convocados da madrugada de domingo, 40 minutos antes, o que deu tempo para que fossem entendidos, e o resultado seria diferente.

Para o presidente da Confederação da Indústria Equatoriana, Nicolás Herrera, as manifestações "são um erro" e não devem ser tomadas como um sinal de vitória. "Não, equatorianos, não queremos venezuelanos nos vençamos, queremos a democratização de que somos capazes de nos controlar", afirmou. O religioso apóia as reformas do Estado propostas por Correa.

que uma das vias de acesso ao Congresso. Eles foram logo desarmados por policiais. O governo afirmou que os parlamentares interromperam a sessão. "Quando há uma demanda social inconstitucional, não pode haver força pública para controlá-la", afirmou o secretário

de Administração, Víctor Mera. "São alertas que se deve levar em conta", acrescentou. A maioria popular a que Chávez se refere já começou a dar resultados concretos, como a derrocada do Congresso de convocar a nomeação do procurador geral

Francisco Cevallos. O próprio Cevallos facilitou as coisas ao colocar em cargo a disposição dos 80 deputados presentes. Tivemos em favor da investigação. Correa considerava a escolha "inconstitucional", pois deveria ser feita pela parte da legisla-

ção de três nomes por parte do Conselho Nacional de Magistratura. Cevallos também é acusado de corrupção e de manter relações políticas com os candidatos presidenciais Álvaro Noboa, líder do partido maioritário no Congresso, o Priem.

Cuba torce por Fidel

SITUAÇÃO

Cuba comemora o aniversário de 100 anos do nascimento de Fidel Castro, o líder revolucionário. Na terça-feira, o presidente do Equador, Rafael Correa, anunciou que se reunirá com o líder cubano para discutir a situação política do país. Na terça-feira, o presidente equatoriano, Rafael Correa, anunciou que se reunirá com o líder cubano para discutir a situação política do país. Na terça-feira, o presidente equatoriano, Rafael Correa, anunciou que se reunirá com o líder cubano para discutir a situação política do país.

último vídeo, a rejeição foi comemorada em Havana. "Foi um momento muito importante para nós", afirmou o líder cubano. "Foi um momento muito importante para nós", afirmou o líder cubano. "Foi um momento muito importante para nós", afirmou o líder cubano.



de Cuba, Carlos Lago, o ministro venezuelano de Turismo, Adán Chávez, irmão mais velho do presidente e ex-embaixador em Havana. "O povo venezuelano tem um pouco de orgulho, perguntando se ainda estamos, como estava Fidel", disse o filho de Carlos

Díaz Fuentes. Falando à câmara, o líder venezuelano declarou que o amigo cubano "tem bons pontos, com bom aspecto e moral elevado". "Sou um revolucionário", disse o filho de Carlos

NOTÍCIAS DO COMANDANTE: KRASS GOVERNOS ESTAMPAM ENCONTRO COM CHÁVEZ

Desconfiança

Em Miami, rádio e jornal comemoram que a agência de notícias Reuters divulgou a data da reunião. "Cada vez que esse vídeo seja de um ano e meio atrás", afirmou Miguel Sanguinetti, presidente do grupo Vozes de América, que reúne e relata cubanos na Flórida. Os dois líderes planejam comemorar a morte de Fidel com uma grande festa no estádio Orange Bowl, de Miami. Gordon J. Gerson, porta-voz do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, pediu para não comemorar a possível vitória no estado de saúde do líder cubano, considerando a posi-

ção do governo Bush sobre o futuro da ilha. "Somos a favor de uma transição para a democracia", afirmou. "Somos a favor de uma transição para a democracia", afirmou. "Somos a favor de uma transição para a democracia", afirmou.

APÊNDICE B – Registros Jornalísticos sobre Distúrbios Ocorridos no Congresso Nacional desde 1997.

	Data	Evento e Local	Veículo Jornalístico	Pg.
1	Julho de 1997	1ª Reforma da Previdência. Local: Câmara dos Deputados.	Revista Veja, de 16/7/1997, pág. 1 de 3, acesso em 25/11/2008, < http://veja.abril.uol.com.br/160797/p_024.html >	109
2	Fevereiro de 1998	1ª Reforma da Previdência. Local: Gramado defronte ao CN.	Revista Veja, de 18/2/1998, pág. 1 de 6, acesso em 25/11/2008, < http://veja.abril.uol.com.br/180298/p_020.html >	110
3	20/5/1998	Manifestação PSTU/MST. Local: Gramado defronte ao CN.	Revista Veja, de 27/5/1998, pág. 1 de 4, acesso em 25/11/2008, < http://veja.abril.uol.com.br/180298/p_020.html >	111
4	23/5/2001	Manifestação pela cassação dos Senadores. ACM e Arruda. Local: Gramado defronte ao CN.	Correio Braziliense, de 24/5/2001, p. 23, acesso em 25/11/2008, < http://buscacb.correiobraziliense.com.br >	112
5	9/10/2001	Reunião do MST. Local: Auditório Petrônio Portela do SF.	FolhaOnLine, de 9/10/2001, pág. 1 de 2, acesso em 25/11/2008, < http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u25576.shtml >	113
6	22/7/2003	2ª Reforma da Previdência. Local: Túnel do Tempo, do SF, e passagem do Salão Azul (SF) para o Salão Verde (CD).	Correio Braziliense, de 23/7/2003, p. 3, acesso em 25/11/2008, < http://buscacb.correiobraziliense.com.br >	114
7	23/7/2003	2ª Reforma da Previdência. Local: Anexo II da CD.	Estado de Minas, de 24/7/2003, p. 3, acesso em 25/11/2008, < http://buscaem.estaminas.com.br >	115
8	6/8/2003	2ª Reforma da Previdência. Local: Cúpula, rampa e varanda do CN.	O Globo, de 7/8/2003, p. 4, imagem digitalizada de um exemplar do jornal.	116
9	25/11/2004	Manifestação do PSOL. Local: Gramado defronte ao CN.	Correio Braziliense, de 26/11/2004, p. 8, acesso em 25/11/2008, < http://buscacb.correiobraziliense.com.br >	117
10	17/5/2005	Marcha do MST. Local: Gramado defronte ao CN.	Correio Braziliense, de 18/5/2005, p. 1, acesso em 25/11/2008, < http://buscacb.correiobraziliense.com.br >	118
11	29/6/2005	Tratoração. Local: Gramado defronte ao CN.	Correio Braziliense, de 30/6/2005, p. 18, acesso em 25/11/2008, < http://buscacb.correiobraziliense.com.br >	119
12	27/09/2005	Prefeitos de Goiás. Local: Salão Azul do SF.	Estado de Minas, de 28/9/2005, p. 9, acesso em 25/11/2008, < http://buscaem.estaminas.com.br >	120
13	6/6/2006	Invasão do MLST. Local: Anexo II da CD até o Salão Verde (CD), no limite com o Salão Azul (SF).	Correio Braziliense, de 7/6/2006, p. 1, acesso em 25/11/2008, < http://buscacb.correiobraziliense.com.br >	121
14	1/2/2007	Manifestação pela Transparência Política. Local: Gramado defronte ao CN.	Correio Braziliense, de 2/2/2007, p. 7, acesso em 25/11/2008, < http://buscacb.correiobraziliense.com.br >	122
15	8/8/2007	Manifestação Fora Gim. Local: Salão Verde (CD) e Salão Azul (SF).	Estado de Minas, de 9/8/2007, p. 4, acesso em 25/11/2008, < http://buscaem.estaminas.com.br >	123
16	25/6/2008	Manifestação dos Evangélicos. Local: Varanda do CN.	Correio Braziliense, de 26/6/2008, p. 11, acesso em 25/11/2008, < http://buscacb.correiobraziliense.com.br >	124

Fim de um princípio teórico

A Câmara aprova demissão de servidores por incompetência, mas o impacto inicial será pequeno

Expedito Filho e Esdras Paiva



Foto: Ana Araújo

A votação: negociação com os evangélicos e ameaças de cassação

Cem funcionários públicos foram ao Congresso Nacional na semana passada para protestar contra a reforma administrativa em geral e uma medida específica -- a que acabava com a estabilidade dos servidores. Num entrevero com os seguranças da Câmara, quatro ficaram feridos, uma professora levou um pontapé de um agente e uma porta de vidro foi destruída. No dia seguinte, com o plenário lotado, os deputados votaram o capítulo da reforma que tanto incomoda o funcionalismo. Por 309 votos a 181, apenas 1 a mais do que o necessário, os deputados aprovaram o princípio segundo o qual, a partir de agora, os funcionários públicos podem ser demitidos por mau desempenho. A mudança, que ainda será submetida a nova votação na Câmara, e depois no Senado, irritou os funcionários e provocou a alegria do governo -- como se os dois lados tivessem travado uma batalha de vida ou morte. Na verdade, o que foi aprovado não é o fim do mundo. A votação é um primeiro passo, tímido e claudicante, que nem de longe irá provocar revolução na vida dos 7 milhões de barnabés brasileiros.

Com a emenda aprovada, a Constituição passará a prever a demissão por incompetência. Como isso não acontecia antes, era comum o demitido recorrer à Justiça e ganhar, alegando violação de um princípio constitucional. O Estatuto do Servidor Federal, no seu artigo 127, prevê demissão por ineficiência, só que quase nunca foi colocado em prática. Nos raros casos em que o artigo foi invocado, a Justiça acabava barrando. A existência desse expediente, por si só, não garante que as demissões ocorram. No Rio Grande do Sul, onde a folha do funcionalismo engole 84% da receita mensal, por exemplo, a incompetência é motivo para demissão desde 1994. Está no estatuto do servidor gaúcho. "Até hoje ninguém foi demitido por esse motivo, e, aliás, não conheço um único demitido por mau desempenho no Rio Grande do Sul ou em outro Estado", informa o secretário gaúcho da Administração, Otomar Vivian.

Primeiro passo

Depois de três anos, Congresso aprova reforma da Previdência

Leonel Rocha e Ricardo Balthazar



Foto: Alan Marques/Folha Imagem

Confronto entre manifestantes e policiais em Brasília: pressões e protestos

Quando foi criada, há 75 anos, a Previdência brasileira seguia uma lógica simples: havia muitas pessoas trabalhando, e cada uma pagava um pouco por mês para sustentar os poucos aposentados que existiam. A expectativa de vida média do brasileiro era de 43 anos e apenas uma minoria vivia tempo suficiente para se aposentar. O sistema todo era pequeno: 90% da população morava no campo — e o trabalhador rural não recebia aposentadoria alguma. Até a década de 60, para cada oito trabalhadores na ativa com carteira assinada, havia um aposentado. Isso deixava o caixa muito folgado. Com o passar do tempo, a situação se inverteu. A expectativa de vida da população cresceu para a média de 68 anos e a proporção entre o pessoal da ativa e os aposentados diminuiu drasticamente — hoje é de dois trabalhadores sustentando um aposentado. A proporção tende para o incrível empate: um trabalhador na ativa para cada aposentado. Em resumo, há mais gente de cabelos brancos tomando sol no banco da praça, os velhos estão mais sacudidos e vivem mais tempo e, como um todo, a Previdência brasileira é um organismo incapaz de sustentar-se.

Para sanear o sistema, o governo mandou para o Congresso um projeto de emenda constitucional. Ele passou pela Câmara, sofreu alterações no Senado e foi votado novamente na Câmara na semana passada. Falta ainda garantir a aprovação de trechos que foram assinalados pela oposição para ser analisados em separado, depois do Carnaval. "Demos o primeiro passo para equilibrar o sistema", diz o ministro da Previdência, Reinhold Stephanes. A votação foi acompanhada de alguma agitação. Funcionários públicos e sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores fizeram passeatas e

O PT perdeu o controle

Com quebra-quebra em Brasília, oposição perde oportunidade de crescer enquanto FHC está em baixa

Esdras Paiva



Fotos: Ricardo Stuckert

Policiais disparam bombas de efeito moral contra os manifestantes na Esplanada e o senador Suplicy (abaixo) sai com as calças rasgadas por um cão da PM: saldo de 22 feridos e um arranhão na imagem

Era uma oportunidade de ouro para a oposição. O candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, havia vencido a dissidência interna no Rio de Janeiro e selado a coligação com Leonel Brizola, do PDT. A popularidade do presidente Fernando Henrique estava em queda, graças a uma série de equívocos do governo, da falta de eficiência no combate ao incêndio em Roraima à demora das medidas para combater a seca no Nordeste. As pesquisas eleitorais, que durante meses apontaram vitória de FHC no primeiro turno, voltaram a indicar a necessidade de uma segunda rodada (*veja quadro*). Contra esse pano de fundo positivo para a legenda petista, a turma da bandeira vermelha partiu animada para a manifestação de quarta-feira passada na Esplanada dos Ministérios. O pretexto era o desemprego. O objetivo real: reforçar a candidatura de Lula. A coisa começou cheia de promessas, mas acabou num quebra-quebra generalizado: meia hora de pancadaria, 300 policiais enfrentando 200 manifestantes, com saldo de 22 feridos e muita fumaça de gás lacrimogêneo. Na contabilidade final, os efeitos sobre a opinião pública foram tão negativos que ameaçam roubar da oposição a vantagem que havia obtido com os erros do presidente.



A passeata fazia parte da batelada de manifestações que a esquerda organiza em todo o país para fazer decolar a campanha de Lula. Desde o início de maio houve 88 delas, de passeatas a ocupações de

09/10/2001 - 17h30

MST invade Senado Federal para forçar audiência com governo

RICARDO MIGNONE

da Folha Online, em Brasília

O auditório Petrônio Portela, no Senado Federal, foi invadido hoje à tarde por cerca de 200 integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Eles dizem que vão permanecer no local até conseguirem uma audiência com um representante do governo federal.

Os manifestantes conseguiram entrar facilmente no prédio e estão sendo observados por seguranças do Senado. A vigilância foi reforçada nos demais setores do prédio para impedir que os agricultores cheguem ao plenário. O mesmo procedimento foi adotado na Câmara dos Deputados.

Os agricultores estão agora sentados nas cadeiras do auditório gritando palavras de ordem e portando faixas. O auditório Petrônio Portela é um dos maiores auditórios do Congresso Nacional.

"Nós só vamos deixar este espaço quando o governo marcar uma audiência se comprometendo a resolver nossa pauta de reivindicações", afirmou Gilmar Mauro, da executiva nacional do MST.

Os agricultores reivindicam terras para 85 mil famílias acampadas em todo o país, crédito para quem ainda não recebeu nenhum tipo de financiamento do governo, a renegociação das dívidas dos pequenos produtores rurais e a liberação dos recursos dos convênio já assinados com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra.

Integrantes do movimento estão acampados em Brasília desde o início de setembro. Desde a chegada em Brasília, os sem-terra já tentaram invadir o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Palácio do Planalto e conseguiram ontem entrar na sede da Embrapa, em Brasília.

Depois da tentativa de entrar no Planalto, os agricultores conseguiram agendar uma audiência com representantes dos ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Fazenda e da Advocacia-Geral da União. No dia da reunião, no entanto, apenas o representante do ministério do Desenvolvimento Agrário apareceu.

Leia mais:

- [Governo nega que tenha se recusado a dialogar com sem-terra](#)

Alan Marques/Folha Imagem



MST invade auditório

TEMADO DA / POLÍTICA

REFORMAS

Planalto não aceita mais negociar a proposta de subteto estadual para os magistrados. Greve da categoria é criticada pelo governador Geraldo Alckmin e pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Governo suspende conversa com juízes

REDAÇÃO
BRASÍLIA/DF

DE CLAUDIO GOMES

S é a terceira das juízes em greve no Brasil. Na semana passada, as negociações no Congresso terminaram com a possibilidade concreta de a base votar a abstenção, no relatório do deputado José Pinheiro (PT-CE), do valor do subsídio para o Poder Judiciário nos estados. Com a derrocada da greve dos juízes estaduais, trabalhadores e militares, além da abstenção, do parte dos parlamentares do Movimento Público e governo encerraram o processo que queria para não negociar mais nada. Agora, em Brasília, o relatório de Pinheiro será qual que outra concessão.

"A realidade de uma greve leva a radicalização do líder", observa o líder da PT na Câmara, Nelson Pellegrino (SP). "O objetivo agora não vai. Assim, agora qualquer negociação parlamentar vai ser um compromisso que é a derrocada dessa greve. A Câmara agora é unânime e o Senado. O governo não vai se desistir sem fazer a reforma", afirma o presidente do PT no Senado, José Sarney Filho (SP).

O relatório de Pinheiro estabelece que o teto para o Poder Judiciário nos estados seja fixado em 70% do valor pago aos ministros dos tribunais superiores. Nos meses de greve passada, houve um acordo tácito de que se aceitaria a aprovação do texto emenda — que seria aprovada pelo Senado — aumentando o percentual para 80%. A greve levou o governo a abandonar o que havia para então, já não no relatório de Pinheiro.

A reação para a reação foi definida em uma reunião à noite do Senado da base aliada com o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. "A base aliada definiu que votará a favor de Pinheiro", disse o líder do governo na Câmara, Al-

do Rebelo (PC do B-SP). "Vamos votar a favor da emenda e não de uma simples concessão e processo de negociação", afirmou. De acordo com o líder do PT no Senado, Fernando Collor (PT-SC), não acredita que os líderes da base compareçam a fazer hoje um levantamento sobre as possíveis representações das suas paróquias no momento especial para garantir a segurança dos votos favoráveis ao texto de Pinheiro.

Entre os governistas, mesmo aqueles que apoiam os magistrados, o relatório de Pinheiro é considerado a greve. O PT, porém, mantém o desejo para abater o subteto, mas reconhece que a greve foi um erro. "A greve é insustentável e certamente vai acabar o diálogo", lamenta o líder do PT, Valdemar Costa Neto. Na PTB, o líder Roberto Jefferson (RJ) pensa em apoiar com o PT e desistir sobre o subteto, mas já resolveu votar no relatório do partido no momento especial para garantir os votos favoráveis ao relatório de Pinheiro. Também votou de forma não vinculada o senador Flávio (PP) e José Belfort (PS) e o senador José Sarney Filho (PS) e o senador José Sarney Filho (PS) e o senador José Sarney Filho (PS).

Regras

Setor de greve de realização processada pelo Senado da greve dos juízes foi o primeiro a ser vencido e modificados de acordo com o relatório de Pinheiro. Os magistrados partem com vantagem para esse mês. Contudo, pelas regras da Câmara, os magistrados não têm um relatório de greve e de modo que o Senado, "devido à greve do Araguaia", garantirá, incluindo que o Senado, em governo do Araguaia, não tenha sido a 70, sendo derrotado para o Senado depois de greve pelo Senado votar.

Contudo, primeiro não se abateu com as negociações. "A greve tem de ser aprovada a não se impressionar com espumas. Essa greve é equívoca. Devido que ela não tem uma greve e equívoca, e equívoca não é algo singular". Apesar de pressão dos servidores, no início da noite e baseada na PT, não se fez qualquer favorável ao texto de Pinheiro.

O presidente em exercício do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Vantuzi Abadia, fez um apelo aos juízes estaduais para que desistam da greve e que não haja negociação para o seguinte e atendimento de suas reivindicações na reforma da Previdência. "Os magistrados devem estar em pé, a todo custo, a cada dia de greve da categoria", afirmou o ministro, em uma à imprensa. Na sua avaliação, a greve é um grande prejuízo à sociedade de participação de projetos e para uma legítima luta dos trabalhadores.

Até o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, do PSDB, criticou a greve de subsídios. "Na atual situação em que o país enfrenta, o caminho é o diálogo e a ação para que as reformas sejam realizadas no prazo. Não é o momento de paralisação".

LEI Nº 10.908 DE 2006
MAGISTRADO



DEPUTADO GERALDO ALCKMIN, PRESIDENTE DO PT, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS. "SERVO PÚBLICO TRAZER DEBATE DE QUALIDADE"

Tumulto e gritaria na Câmara

DE CLAUDIO GOMES

DE CLAUDIO GOMES

Com aplausos, cantos e palmas de ordem, servidores públicos — a maioria do TST e da Receita Federal — formaram uma corrente à Sessão Vinte da Câmara dos Deputados em uma manifestação contra a reforma da Previdência. Durante a sessão, dois deputados e o auditor Paulo Roberto, no Senado — que tem capacidade para 1,2 mil pessoas — onde assistiu um servidor sobre a reforma. A manifestação ocorreu a noite de terça-feira, no entanto, não foi nada singular. Os servidores usaram da força para passar por uma barreira

de segurança do Senado. A manifestação e a agitação em favor do plebiscito da Câmara foram a primeira manifestação organizada pela sociedade — formalmente a entidade ainda não existe — Central dos Servidores Públicos (CSP). A central conseguiu a ser criada há um mês, pela insatisfação dos representantes de servidores públicos com a posição dos estatutos tradicionais, especialmente a CUT, sobre a reforma da Previdência.

"Estamos nos manifestando contra a falta de debate sobre a reforma. A proposta do governo Fernando Henrique Cardoso ficou três anos sendo discus-

são. Agora, o governo Lula quer fazer mudanças ainda maiores em apenas seis meses", afirma Reynaldo Puggi, presidente do Sindicato Nacional dos Técnicos da Receita Federal e coordenador do Central dos Servidores Públicos.

Além de ler o texto de "na greve não vamos nos pararmos o Brasil" e versos de Chico Buarque, alguns manifestantes também tentaram entrar a sala de Sessão Vinte da Câmara, onde a votação sobre o plebiscito será realizada. Porém, os policiais não deixaram os manifestantes entrarem na sala de Sessão Vinte da Câmara, onde a votação sobre o plebiscito será realizada. Porém, os policiais não deixaram os manifestantes entrarem na sala de Sessão Vinte da Câmara, onde a votação sobre o plebiscito será realizada.

Os servidores aplaudiram as

participações de parlamentares de oposição, especialmente de PTB e PFL, e servidores públicos do chamado "lado direito", como o senador Nelson Faria (AL) e os deputados Lindbergh Farias (PS) e Luciano Gama (PS). "Não temos medo do lado Direito do Brasil", afirmou o deputado de oposição do PT na Câmara, onde a votação sobre o plebiscito será realizada. Porém, os policiais não deixaram os manifestantes entrarem na sala de Sessão Vinte da Câmara, onde a votação sobre o plebiscito será realizada. Porém, os policiais não deixaram os manifestantes entrarem na sala de Sessão Vinte da Câmara, onde a votação sobre o plebiscito será realizada.

O BONÉ DA CUT FICOU NO PLANALTO

REDAÇÃO

BRASÍLIA/DF

BRAS

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

NUMA SESSÃO TUMULTUADA, QUE TEVE ATÉ AÇÃO DA POLÍCIA MILITAR PARA CONTER MANIFESTAÇÕES DE SERVIDORES, A COMISSÃO ESPECIAL QUE ANALISA A PROPOSTA DE MUDANÇAS NO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO APROVOU O PARECER ELABORADO PELO RELATOR, SINDICALISTA FOR ALGEMADO E ARRASTADO

Clima de guerra na aprovação

BRASÍLIA - Foi em clima de guerra que a comissão de deputados encarregada de discutir a reforma da Previdência aprovou ontem a proposta. Solitários da tropa do choque da Frente Militar, cercados pelo presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), tentaram impedir que servidores públicos contrários às mudanças entrassem no Congresso e circulassem pelas corredores da Casa.

Um dos manifestantes, o sindicalista Rogério Fagundes, chegou a passar pela porta de vidro que dá acesso ao corredor das comissões e acabou algemado e arrastado por dois policiais militares. A tensão atingiu níveis comparáveis a os das discussões mais acaloradas do Congresso de 1988 - com a diferença de que a presidente da Assembleia Nacional, deputada Ulysses Guimarães (PMDB-SP), não recorre à PM.

VOTAÇÃO

O tema principal foi aprovado em votação simbólica, apesar de que os deputados não foram obrigados a declarar individualmente sua posição, cabendo apenas manifestações de um representante de cada partido. São PT, PDS e PP não votaram contra.

entendidos e tentaram impedir a entrada de parlamentares no Congresso. Servidores da própria Câmara conseguiram a liberdade entre os deputados.

Sócio para o líder do PPS, Roberto Freire (PS), que, a pouco mais da metade, preside o lançamento do portal do partido na internet, "Brasil Notícias", disse Raí Taveira, integrante do Sindicato dos Funcionários Federais, "Brasil Notícias", desobediência. "Não tenho nada contra você", declarou o sindicalista. "Vá embora com o PT", retrucou o deputado.

Enquanto isso, o debate continuava. "O Brasil é um grande país", afirmou "Brasil Notícias", sob o lema do deputado Arnaldo Faria de Sá (PP-SP). O líder do governo na Câmara, Aldo Rebelo (PC do B-SP), contra a reforma. "Indiferença com a discussão aqui nos últimos cinquenta

anos fazemos por quê?" Para ganhar a vitória, sete dos 35 deputados da comissão foram substituídos por seus partidos antes da votação. São deputados do partido progressista mineiro e um do PT, que indicou para o cargo deputado Paulo Magalhães (PS-BA), sob o lema do senador Antônio Carlos Magalhães (PP-BA).

Em outro sentido, o PFL, na Câmara, governista assegurou a votação dos deputados de esquerda do partido progressista mineiro e um do PT, que indicou para o cargo deputado Paulo Magalhães (PS-BA), sob o lema do senador Antônio Carlos Magalhães (PP-BA).

Em outro sentido, o PFL, na Câmara, governista assegurou a votação dos deputados de esquerda do partido progressista mineiro e um do PT, que indicou para o cargo deputado Paulo Magalhães (PS-BA), sob o lema do senador Antônio Carlos Magalhães (PP-BA).

Em outro sentido, o PFL, na Câmara, governista assegurou a votação dos deputados de esquerda do partido progressista mineiro e um do PT, que indicou para o cargo deputado Paulo Magalhães (PS-BA), sob o lema do senador Antônio Carlos Magalhães (PP-BA).



A FORÇA O servidor Rogério Fagundes Platão foi imobilizado por policiais militares e segurança ao entrar no Anexo 2 da Câmara dos Deputados

Aliados agora cobram cargos

BRASÍLIA - Depois de aprovação a proposta de reforma da Previdência na comissão especial da Câmara, o governo terá de enfrentar a imobilização de seus aliados por causa do preenchimento de cargos federais nos estados antes de a reforma chegar ao plenário. Líderes governistas querem que o governo decida melhor a relação do Palácio do Planalto com os partidos que dão sustentação ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "O governo precisa reavaliar sua relação com os partidos da base antes de votar a proposta de reforma no plenário. Nossa capital tem isso aqui. Não vou aceitar isso aqui", disse um governista presente na reunião de servidores do Ministério da Casa Civil, José Dirceu, em os líderes da base.

Na reunião de servidores do Ministério da Casa Civil, José Dirceu, em os líderes da base. Na reunião de servidores do Ministério da Casa Civil, José Dirceu, em os líderes da base.

CERTEZA

O Palácio do Planalto continua com a aprovação de ministros, sem alterações, devido ao resultado de duas votações de requerimento ocorridas na comissão. À tarde, já após as substituições feitas na comissão - 23 a 10 e 27 a 13 para os governistas, respectivamente.

Um outro líder da base afirma que o governo precisa cumprir o que prometeu com seus aliados e preencher os cargos que prometeu nos estados. Segundo essa mesma fonte, não foram cumpridos sequer 40% do que já foi acordado entre o governo e os partidos da base. Esse líder governista reclama que a situação do PT nos estados já está insustentável. Isso, em quase oito meses de governo, os aliados ainda esperam pelas nomeações. Outros governistas afirmam que partidos como o PMDB, o PFL e o PL, terão mais dificuldade em aceitar a aprovação da proposta de reforma do governo no plenário porque eles têm um procedimento diferente dos partidos que tradicionalmente estiveram ligados ao PT. Segundo essas análises, os líderes do PMDB, do PFL e do PL, são mais cautelosos pelas bancadas por causa dos cargos que serão feitos pelo governo que ainda foram prometidos.

HORAS DE TENSÃO

- 8h - Polícia tenta a entrada nos anexos à Câmara dos Deputados
- 9h - Realiza-se o choque de posições em alguns setores, impedindo que servidores entrem no prédio
- 10h - Deputado José Carlos Neves (PS-BA) entra na Câmara passando entre os manifestantes e a polícia e aproxima-se da Casa aliamos os servidores com esperança
- 10h30 - Durante o debate e uma hora na chegada do deputado Rodrigo Melo (PL-AL) na Câmara, o servidor Rogério Fagundes Platão, de 25 anos, é agredido, preso por policiais militares e levado para o serviço de segurança onde permanece por 20 minutos detido
- 11h - Deputado Denis Figueiredo (PMDB-AL) faz discurso de defesa dos direitos dos servidores públicos, em nome de um servidor da base 2
- 12h20 - Realiza-se o choque de posições e a votação por 35 votos contra 19
- 12h40 - Comissão de servidores entra no prédio e tenta, sem sucesso, negociar com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP). Segue para a porta da comissão onde permanece com apelos e palavras de ordem
- 13h - Manifestantes de esquerda para o endereço Neves Nunes, mais do que para a sala da comissão, onde acontece a votação.

STF concede liminares

BRASÍLIA - Três liminares concedidas no final de tarde de ontem pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Maurício Corrêa, liberaram o acesso de grupos de servidores públicos à Câmara dos Deputados para que eles acompanhassem a votação do relatório da reforma da Previdência. Nos três casos, os servidores manifestaram a proibição de entrada das pessoas.

Os autores das ações - um mandado de segurança e dois habeas corpus - disseram que a reforma constitucional de 1994 alterou a estrutura da comissão. Os três processos são contra o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), agredido como autoridade responsável.

Corrêa autorizou a segurança da Câmara a bloquear as entradas apenas no caso de superlotação das dependências. As liminares foram con-

cedidas para liberar o acesso "na forma da capacidade de segurança e de lotação das galerias do plenário ou de comissão".

Uma das decisões beneficiou a União Nacional dos Agricultores Federais da Previdência Social (Unafip), que entrou com o mandado de segurança. As outras duas beneficiaram individualmente aos servidores que entraram com os habeas corpus. Um deles é o sindicalista Paulo César Mouton e o outro, por Antônio Luís de Andrade.

Nas decisões, o ministro afirmou que a Câmara e o Senado não podem impedir a entrada de grupos de servidores federais. "Não pode, porém, analisar ou impedir a realização dos direitos fundamentais do cidadão sem impedimento, como no caso de superlotação das dependências, que pessoas ingressam e circulam nos prédios públicos."

Professores da UFMG vão parar

PATRICIA ARANHA

Os professores da UFMG decidiram, ontem, em assembleia que reunia cerca de 80 pessoas no auditório da reitoria, em Belo Horizonte, aderir à greve nacional dos servidores contra a reforma da Previdência, a partir da próxima segunda-feira. A universidade tem cerca de 4 mil os professores.

O indicativo de greve já havia sido aprovado há duas semanas, com a decisão de uma paralisação de dois dias nesta semana, que acabou não acontecendo. O que está sendo discutido é a mobilização, segundo o diretor da Associação Profissional dos Docentes da UFMG (Apdub), Odécia Fernandes de Sousa Rodrigues, e o líder dos professores ainda restantes comprometido o calendário de reposição de aulas da última paralisação, em 2001. O primeiro semestre letivo de 2003 está marcado para terminar em 22 de agosto.

"Essa foi uma das reuniões que tivemos e aderimos à greve nacional, mas hoje tivemos dificuldades que não dá mais para esperar, porque a reforma da Previdência vai acabar com o salário de quem saiu depois de



QUÊRUM BAIXO Apenas 80 pessoas participaram de assembleia de ontem na UFMG, que tem cerca de 4 mil professores

desestruturação das universidades públicas durante o governo Fernando Henrique Cardoso e a aposentadoria integral", afirmou Odécia Fernandes.

Segundo dados da associação, professores de 28 das 32 universidades federais já estão parados. Até segunda-feira, serão feitas reuniões em todas as unidades da UFMG para garantir a paralisação por tempo indeterminado.

Os servidores da UFMG, que estão em greve desde o último dia 8, participam na manhã de hoje de reunião contra a reforma, no campus da Pampulha, junto com servidores do Instituto de Física Federal e de professores da rede estadual. Segundo dados do Sindicato dos Servidores das Instituições Federais de Ensino Superior Sindifed, a paralisação atingiu 70% da categoria em todas as unidades da UFMG. Todas as instituições estão fechadas. No Hospital de Clínicas, segundo o coordenador do Sindicato, Jonas Rodrigues Fries, a greve é parcial.

"A paralisação dos professores de uma maior dimensão é nossa greve, o que possibilita uma paralisação total da UFMG e também das unidades do interior. Até agora, apenas em São João del-Rei os professores haviam aderido", disse ele.



MERVAL PEREIRA



Fim de namoro

• Foi uma vitória do governo, mas uma vitória sangrenta, que expôs quão frágil é sua base no Congresso, muito mais volátil que a que apoiava o governo de Fernando Henrique. Se não fossem os votos da oposição — PFL e PSDB — ao governo teriam faltado 12 votos para atingir o quórum qualificado de 308 votos para a aprovação de uma emenda constitucional.

A fragilidade da base começa pelo grau de dissidência no próprio PT, maior do que se poderia esperar de um partido que sempre baseou sua atuação na premissa de que a discussão é permitida (e às vezes até bem-vinda) só até o fechamento de sessão. Tomada a decisão pela maioria, vota-se sem pestanejar. Ou votava-se. A divisão interna do PT era maior do que seus líderes temiam. Nada menos que 103 da bancada na Câmara votaram contra ou se absteram.

E outros tantos não tiveram a paciência de explicar suas dissidências através do voto, mas agarraram o partido chorando, dilacerando por dentro, como o Deputado Bonafina, que se sentiu "muito para o matadouro". Em outra conta que pode ser feita, o bloco da oposição deu ao governo 62 votos, enquanto a base aliada votou em todo bloco com 245 votos.

O governo Fernando Henrique sempre aprovou as reformas constitucionais sem a ajuda de um número mínimo de oposição. Foi ao aprovar a reforma da Previdência, em 1998, depois de uma longa transição de quem apoiar até mesmo, inclusive obter uma vitória marginal de agosto. Ao contrário, Lula não permitiu até mesmo de governo, no meio de sua popularidade, que se aprovasse o projeto do apoio econômico.

A nome de ocasião da reforma da Previdência, que deveria ter sido de festa por os governantes — afinal, foi uma vitória política e pessoal — foi quem deu o sustento. Os membros do PSDB e do PFL se amarraram nos discursos que ressaltaram a ambigüidade e a motivação de política de curto prazo, deixando todos os olhos de trabalho dos servidores públicos. Paredões de notícias foram criadas só para atacar as notícias, no melhor tradição opostiva. E os líderes do governo, além de se envolverem com os debates, ainda assim tiveram que pedir os votos oposicionistas, pois sabiam que poderiam perder com suas próprias bases.

A discussão, no momento crucial para a aprovação das reformas, foi votada contra — Luciano Gama, Babá e João Figueira — prometeu reverter as chagas provocadas por esses meses de negociação em que a direção partidária alterou momentos de ira com tentativas de reconciliação, tática que, ao final, mostrou-se desgastante e improdutiva. Os deputados que se absteram devem acabar escapando da punição partidária, mas continuaram dentro do PT fazendo oposição à linha da direção nacional, o que promove novos lances de desdobramentos políticos imprevistos.

Também a base aliada terá que passar por uma penhora, pois com tantas defecções não se mostra confiável para outros embates que porventura surjam. É possível mesmo que o governo encerre de

vez a temporada de reformas constitucionais, devido à impossibilidade de garantir um resultado seguro nas votações. A reforma tributária, por exemplo, já se alinha de difícil aprovação, diante da necessidade de contar com votos do PSDB e do PFL.

Os governadores oposicionistas estão dispostos a jogar pesado no Congresso para conseguir aumentar as verbas a que se julgam com direito, participando de uma CPME e a arrecadação da Cide para obras viárias. O presidente Lula Germano Rigotto, do Rio Grande do Sul, capitaneia no tema, já estabeleceu um novo convênio com a CPME, que, ao nada fazer, fica a guisa de um fiscal de obra. Também o governo perder arrecadação.

Segundo a interpretação do governador gaúcho, oficialmente encampada pelos demais governadores, o que vai ser votado no Congresso não é a prorrogação da CPME, mas um novo imposto pessoalizado. "Nesse caso, muda suas regras, sendo elas, que a distribuição deve ser imposta em forma de uma taxa sobre os municípios."

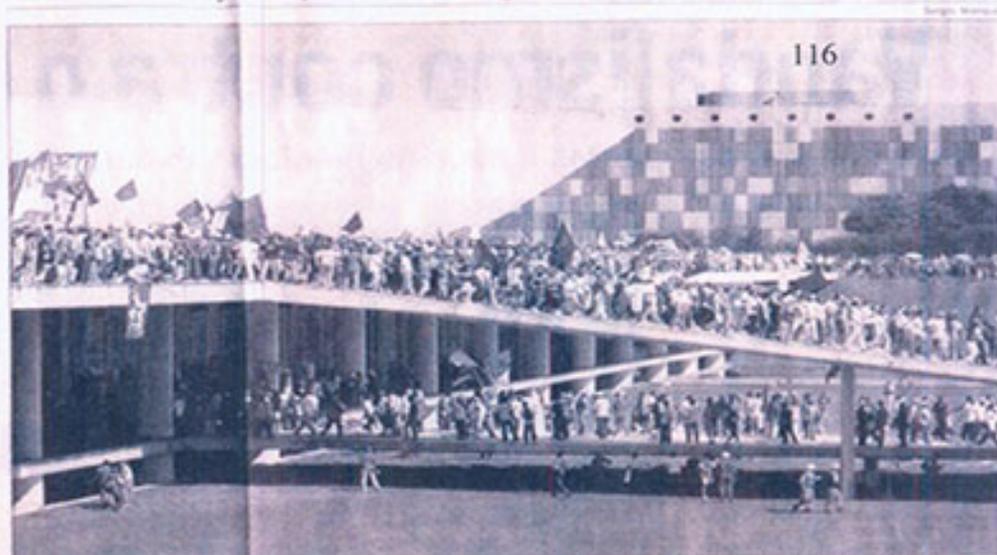
A ameaça é não dar os votos para a aprovação da lei da nova CPME e da DBU (Desenvolvimento de Recursos da União), que, no fundo, é o que interessa ao Ministério da Fazenda. Os governadores querem prorrogação do ministério Figueira com o apoio da área política do governo, e insistem em manter a prorrogação do termo votar contra Cid. José Cláudio, ao seu lado. Nada disso, porém, que o investimento no desenvolvimento do chamado "setor novo" do governo traga algum benefício para os governadores, mas a fragilidade da base pode permitir a eles uma margem de negociação maior do que tiveram na reforma da Previdência.

A luta de dois dias governadores com o presidente Lula parece estar chegando ao fim. Eles sabem que não foram o correto. O que, enquanto o presidente continua com o apoio deles para garantir a votação favorável. Muitos deputados oposicionistas queriam votar contra ainda na tarde de terça-feira, incomodados com críticas feitas por Lula ao governo de Fernando Henrique, e os governadores, especialmente Alcides Neves e Geraldo Alcântara, de São Paulo, trabalharam para manter o apoio prometido.

Em compensação, viram o acordo da reforma da Previdência que fecharam com o Planalto virar pó nas negociações que os líderes do governo fizeram à revelia do governo. E estão sentindo que terão dificuldades na obtenção de mais verbas na reforma tributária. Tudo indica que o período de oposição vai começar mais cedo do que estava previsto.

E-mail para esta coluna: merval@globo.com.br

REFORMAS: Sarney diz que ferir o Congresso é ferir o coração do povo



SERVIDORES TOMAM o Congresso: manifestação contra a reforma que virou quebradeira foi fortemente condenada por parlamentares

João Paulo sobre as pedras: 'É um crime, intolerável e antidemocrático'

Deputado compara episódio ao golpe de 1964, mas diz que Casa não se calará

Exatidão Ética e Cética

■ BRASÍLIA. O presidente da Câmara, João Paulo Costa (PT-SP), reagiu ao apedrejamento do Salão Negro, afirmando que em resposta a toda e qualquer violação imediata de um detalhe da reforma da Previdência. Em discurso no plenário, ele chamou de "insuficiente" as medidas "de caráter técnico" que foram tomadas no plenário. E afirmou que a ação é uma manifestação de desrespeito e falta de respeito às organizações da sociedade.

— Isso é um crime, intolerável e antidemocrático — disse João Paulo em seu discurso. O presidente da Câmara comparou o episódio ao golpe de 1964 e disse que as pedras lançadas não têm caráter político, mas sim histórico e desrespeitoso, que não se pode ignorar a história e o caráter da liberdade. Esse poder não se calará ante os crimes, muitas vezes históricas e desrespeitosas, que nos impedem de avançar para os avanços e de argumentar — disse.

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), também reagiu e disse que ferir o Congresso é ferir o coração do povo.

Em discurso, ele pediu que os parlamentares fossem um exemplo pela manifestação e pelo diálogo.

Muitas vezes o Congresso foi vitimado pela violência institucional, mas não pode ser vitimado pela insensatez. Sem Congresso não há democracia — disse Sarney.

Em uma lista de governos Fernando Henrique Cardoso, o deputado Ricardo Barros (PT-PR) disse que o ato de violência é uma prova da realidade do povo e contra a reforma da Previdência.

— Essa manobra agora porque não quer que a reforma seja feita pelo PT. É a primeira tentativa que o Lula não tem com o Brasil, porque os movimentos que se aliam ao presidente se aliam a ele para se aliar e tem dificuldade em agir contra agora — disse Barros.

O líder do PFL na Câmara, João Paulo Costa, também reagiu e disse que o ato é um crime, intolerável e antidemocrático.

Em discurso, ele pediu que os parlamentares fossem um exemplo pela manifestação e pelo diálogo.

Muitas vezes o Congresso foi vitimado pela violência institucional, mas não pode ser vitimado pela insensatez. Sem Congresso não há democracia — disse Sarney.

Em uma lista de governos Fernando Henrique Cardoso, o deputado Ricardo Barros (PT-PR) disse que o ato de violência é uma prova da realidade do povo e contra a reforma da Previdência.

— Essa manobra agora porque não quer que a reforma seja feita pelo PT. É a primeira tentativa que o Lula não tem com o Brasil, porque os movimentos que se aliam ao presidente se aliam a ele para se aliar e tem dificuldade em agir contra agora — disse Barros.

O líder do PFL na Câmara, João Paulo Costa, também reagiu e disse que o ato é um crime, intolerável e antidemocrático.

"Muitas vezes o Congresso foi vitimado pela violência institucional, mas não pode ser vitimado pela insensatez."

JOÃO PAULO COSTA
Presidente da Câmara

João Paulo Costa reagiu aos episódios de pedras lançadas contra o plenário da Câmara. Ele afirmou que o ato é um crime, intolerável e antidemocrático, e que o Congresso não se calará. Ele também afirmou que o ato é uma prova da realidade do povo e contra a reforma da Previdência.

■ **NO GLOBO ON LINE:**
Acesse o site do programa de João Paulo Costa em www.globo.com.br/pt

ESTÚCIO

TURISMO

SISTEMA AMADEUS

Cursos de extensão Com certificado

RESERVAS E TARIFAS (BÁSICO)

<p>Pré-requisito: conhecimento básico no nível de turismo (idioma, história, geografia, regras de trânsito e compreensão básica, incluindo o funcionamento de guias de turismo, turismo e turismo e serviços de turismo).</p> <p>De 21 de agosto a 27 de setembro • 7 aulas • das 9h às 12h • 2 a 18h 15.00 • Turma 11/01</p> <p>De 21 de setembro a 27 de outubro • 7 aulas • das 9h às 12h • 2 a 18h 15.00 • Turma 12/01</p>	<p>Programa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informações gerais sobre o Sistema Amadeus • Identificação e localização • Descrição da história e evolução do setor • História, geografia, serviços e localização do setor • Serviços turísticos
---	---

RESERVA DE HOTEL E VEÍCULO DE ALUGUEL

<p>Pré-requisito: curso básico de Reservas e Tarifas</p> <p>Programa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cálculo de custos turísticos • Distribuição • Modelo de tarifas <p>De 13 de setembro a 19 de novembro • 7 aulas • das 9h às 12h • 2 a 18h 15.00 • Turma 13/01</p>	<p>Programa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reservas de hotel • Tarifas • Cálculo de custos turísticos e cálculo de tarifas • Cálculo de tarifas turísticas <p>De 13 de setembro a 19 de novembro • 7 aulas • das 9h às 12h • 2 a 18h 15.00 • Turma 13/01</p>
---	--

INSCRIÇÕES NOS LOCAIS DOS CURSOS

Campus Presidente Vargas - Rua da Visconde, 100 - Centro
 Campus Terra Encantada - Av. Brasil, 100 - Vila Militar
 Campus Petrópolis - Rua Brasil, 100 - Inger

Acesso de Curitiba e arredores de acordo com 20% de desconto

Central de Atendimento (de segunda a domingo): (71) 3543-0000 • www.estuicio.br

LOTÉRIAS

■ **MEGA-SENA.** Um apostador acertou as dezenas 08, 14, 19, 30, 42 e 50 do concurso 486 e ganhou R\$ 5.125.800,12. Acertaram 55 apostadores com R\$ 17.368,92 e a quadra 4.325 com R\$ 220,05.

■ **LOTOMANIA.** Um apostador acertou a faixa de 20 acertos consecutivos e ganhou R\$ 544.792,83. As dezenas são 04, 07, 09, 15, 19, 22, 27, 35, 37, 46, 59, 63, 64, 68, 75, 77, 78, 87, 99 e 00. A faixa de 0 acertou nove ganhadores.

Classificados de Globo. Procure, achou. 2834-4333

POLÍTICA

PROTESTOS

Manifestação organizada pelo Partido da Solidariedade (P-Sol) e por sindicalistas na Esplanada dos Ministérios tem como saldo dois estudantes presos, vidros do Congresso quebrados e carros amassados



Passeata termina em confronto

LEILA TAVARES
DA SILVA/AGÊNCIA O GLOBO

Era para ser um protesto pacífico contra as reformas do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Mas por iniciativa de uma parte dos manifestantes, a passeata de domingo na Esplanada dos Ministérios terminou em confronto. Vidros do Congresso Nacional foram quebrados, carros amassados e dois estudantes ficaram detidos na Polícia da Câmara dos Deputados.

A passeata foi organizada por estudantes e contou com a participação de estudantes e de militantes do Partido da Solidariedade (P-Sol), a legenda criada pelos parlamentares espelhos do Partido dos Trabalhadores. A manifestação teve como pauta as reformas trabalhista, sindical, previdenciária e serventia também para pressionar a realização da reforma agrária.

Por volta das 16h, o grupo que se concentrava na Câmara foi recebido em direção ao Ministério do Trabalho, quando chegou em frente ao Congresso Nacional, os manifestantes, que estavam entre mil, se dividiram em dois gru-

pos. O maior grupo foi para o Ministério da Educação. O outro com cerca de 300 pessoas ficou no gramado e iniciou os primeiros atos agressivos. Uma turma de jovens queimou uma bandeira dos Bandeira Cinzas.

Muitos estudantes empunharam no espelho d'água palavras a promover os policiais militares que lutam a segurança de Cans, Grimaldo palavras de ordem, como "A, S, L, vamos invadir", eles começaram a entrar no Congresso e arremessaram pedras na direção da Câmara, quebrando uma das janelas. Os policiais foram atropelados com água e o grupo passou dos manifestantes, como bonês e rubricas. Como as equipes de televisão foram atacadas.

Dois estudantes acabaram presos pela PM e encaminhados à Polícia da Câmara dos Deputados, onde tiveram os depoimentos. Os policiais suspeitam que os estudantes estavam sob o efeito de drogas. Duas vezes, 18 anos, de São Paulo e Thiago Madureira, 23 anos, de Sergipe, ficaram sob as 17h detidos no Congresso e depois foram transferidos para o Tribunal de Justiça do Distrito



PROTESTANTES MARCHAM EM DIREÇÃO AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PARA PROTESTAR CONTRA REFORMAS

Federal (TJDF) para serem os primeiros a serem presos.

Resolução

As prisões, no entanto, não impediram os manifestantes, que ficaram a presença do batalhão

de choque da Polícia Militar por horas nos protestos. Os policiais não entraram em ação, mas, mesmo assim, os estudantes decidiram se organizar o restante dos manifestantes, que já estavam no MEC.

Por causa da passeata, uma das pautas da Esplanada foi fechada para permitir a passagem dos manifestantes e de três carros de som. O trânsito voltou ao normal por volta das 19h. Apesar de uma reunião ter ocorrido

a confronto, a passeata foi silenciosa porque demonstrou uma capacidade que tem de não organizar", avalia Márcia Barbosa, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Sindes).

Em breve, o ministro do Ministério do Trabalho, os manifestantes foram criticar os responsáveis pela passeata, o ministro Ricardo Berzoini, e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O ministro foi chamado de "brigatista" e o presidente Lula de "vagabundo" e de "traidor". Uma das principais críticas foi a reforma sindical e a de que os estudantes não exigem os trabalhadores sindicalizados em detrimento do fortalecimento dos direitos sindicais, que passaria ter maior poder de decisão.

De acordo com o grupo da manifestação, integrantes do P-Sol foram um partido por enquanto. A legenda ainda não foi oficialmente constituída porque não foi alcançado a marca mínima de adesões. Leila Tavares (PSL), uma das fundadoras do partido, divulgou em Twitter com as palavras do partido "Vamos propor um projeto novo de país, com os trabalhadores, que passe pela reforma com o PSL", disse uma deputada.

CPT critica governo federal

ÉRICAS JARRE
DA SILVA/AGÊNCIA O GLOBO

O último dia do evento Conferência Nacional Terra e Água: Reforma Agrária, Democratização e Desenvolvimento Sustentável, em Brasília, foi marcado por críticas à atual política econômica. É, por isso, para a maioria da Federação, Antonio Polacco, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Diante os quatro dias de reuniões, os dois mil são, no entanto, que grupos agricultores e militantes de movimentos sociais reunidos no ginásio Nelson Nelson esperaram em vão pela visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "O governo tem sensibilidade para ouvir as nossas necessidades, mas não quer decidir para que lado vai se mover a terra", afirmou Gilberto Paulo Oliveira, secretário-executivo do Fórum pela Reforma Agrária e Justiça do Campo. Segundo ele, 70% da

“SE TIVESSE 12 MIL EMPRESÁRIOS, LULA TERIA VINDO AQUI?”

Dem Tereza Balduino, presidente da Comissão Pastoral da Terra

população no Centro-Oeste ocidentais de baixo rendimento de renda e de alta de produtividade. "Se tivesse 12 mil empresários, Lula teria vindo aqui?", questionou o presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dom Tomás Balduino. O religioso falou sobre a im-

portância dos movimentos sociais e a continuidade da luta agrária. O ex-deputado Filinto de Arruda Sem pelo também discursou, entre os confrontos. Ele disse lutar a luta vontade política para fazer a reforma agrária. Sem-pain é um dos fundadores do PT e disse sempre ter acompanhado Lula. "Não consigo admitir que, depois de dois anos de governo, tenhamos acertado coisas que no governo anterior". O econômico-za conclusão que trabalhadores sem-terra a luta para as suas para conseguir fazer a reforma agrária. "Na rua, nós somos invisíveis", afirmou.

Perdões

A tarde, os camponeses saíram da conferência em ônibus, rumo ao Banco Central. Por que se duas horas caminharam pela principal rua de Brasília. Na chegada ao banco o houve mais uma para o projeto econômico do governo. O coordena-



SEM TERRA EM FRENTE AO BANCO CENTRAL, VOTO PARA HELENE

ador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stedile, ressaltou que o ato não era contra o "amigo Lula", mas não deixou de criticar o governo. "Mudar ministro e presidente do BC e Stedile é trocar política econômica".

Liderados pelo presidente da CPT, cinco representantes dos camponeses entraram no prédio do BC. O grupo foi recebido por um funcionário do

banco na entrada principal para protocolo stabilito-do documento final de Conferência. Foi feita apenas registro de data e hora de recebimento do manifesto. No final do dia, um grupo de sem-terra tentou invadir a sede do banco — dois policiais e dois manifestantes acabaram feridos.

LEILA TAVARES
SEM TERRA NA
ALCANTARA

A favor do século

Numa obra de teatro na história dos comícios parlamentares de Ingegrito (CPT), deputados aliados do governo tentaram a sessão atual e sessão da CPT de São Paulo que foi questionado século baseado e fiscal de duas entidades ligadas ao MST. A abertura das portas de Confederação Brasileira das Cooperativas de Reforma Agrária e da Associação Nacional de Cooperação Agrícola foi aprovada.

Os deputados petistas Adão Paulo (PSB) e Luiz Chiquinho (CPT) e José Manoel (PCB) não apenas verbos o argumento que pediram a decisão de que a PT não tem compromisso com o desenvolvimento. "O que houve foi uma afronta", disse Paulo (deputado da Confederação Brasileira dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (CPT) PT). Da, não tem autoridade para fazer uma declaração pública como esta.



QUARTA-FEIRA
Brasília, 12 de maio de 2011
www.correioweb.com.br

CORREIO BRAZILIENSE

118
EXEMPLAR DE ARREBATE
R\$0,40
R\$ 1,70 + P&P

FÚRIA EM RONDÔNIA

MULTIDÃO INDIGNADA INVADE A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Casos de corrupção explícita, em que deputados foram flagrados cobrando propina para apoiar a governadora, mobilaram a população. Ilustrou pinceladas e quebra-quebra. Para mostrar os dados em suas manifestações, a polícia teve de dar tiro para o ar e lançar bombas de gás lacrimogêneo.



O CASO DA POLÍCIA MILITAR TENTOU FUGAR NO MEDO DA COMISSÃO E FOI APOIADO UM POLICIAL DECIDU, POI AGRESSIVO E SÓRPOU UMA NATURAL, DE PM, REVERBIRAM COM VIOLÊNCIA, ALGUNS MANIFESTANTES FORAM ATENDIDOS NAS CALÇADAS

CPI DESAFIA LULA

ATÉ PETISTAS APOIAM COMISSÃO PARA INVESTIGAR CORREIOS

Presidente pede que a PT defenda o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), suspeito de liberar registros de corrupção na estatal. 'Não sou um momento que se dá quem não se corrompeu ou não', disse. Mas após pedir ao ex-ido. A oposição já tem manifestantes suficientes para criar a CPI.

BATALHA ENTRE SEM-TERRA E PMs DEIXA 50 FERIDOS

A marcha seguiu em paz pela Esplanada dos Ministérios até que um grupo de manifestantes tentou invadir o Serado. Policiais reagiram. E aí começou a confusão, que aumentou com a chegada da cavalaria. Ninguém foi preso. Uma sem-terra grávida está em observação no HIRAS. Lula recebeu uma comissão de sem-terra, pôs o boné do MST, mas não se comprometeu com nenhuma reivindicação.



MILITANTES USARAM PAIS E MÓDULO PARA ENFRENTAR A CAVALARIA. NO FINAL, 21 SEM-TERRA E 11 SOLDADOS FORAM LEVADOS PARA O HOSPITAL DE BASE E O SEM-TERRA PERMANECERAM GRÁVIDA DE QUATRO MESES LEVOU GOLPE DE CUSSETTE NA BARRIGA

Carros saíam do Detran sem pagar multas

Chefe de Vícios Agorados do Detran diz, em depoimento na 2ª DCI perito em 2004, que os motoristas conseguem liberação mesmo multados. Corregedoria do Detran abriu investigação interna.

INCOR ATENDE PELO SUS

Distrito do Coração começa a receber as casas que exigem tratamento de alta complexidade encaminhadas pelas unidades de saúde pública do DF.



A emoção de um reencontro

Trinta e sete anos depois de ter deixado o bebê na maternidade e procurar por ele a vida toda, José. Mas tudo encontra o filho, Guilherme Santos (foto), que foi adotado por outra família.

BRASIL AJUDA PAZ NO SUDÃO

Chegam embaixada à África as primeiras unidades oficiais brasileiras de um grupo de 24 que serão observadores na missão da ONU para cessar as hostilidades.

Para Palocci, crédito a juro baixo atrapalha

O ministro da Fazenda reconhece que empréstimos conseguidos em dos órgãos de Lula, geram a inflação a curto prazo porque aumentam o consumo. Mas diz que o mecanismo ajudará o país a crescer no futuro.





18 ECONOMIA

COTIDIANO 119

BRASIL, QUARTA-FEIRA, 10 DE JUNHO DE 2010
 Editor: Saul Pinheiro
 e-mail: saul.pinheiro@reuters.com.br
 Coordenador: Carlos Alberto
 e-mail: carlos.alberto@reuters.com.br
 Subeditores: Maria Moura e Sandra Moreira
 tel. 55 11 4111-0000 e-mail: reuters@reuters.com.br

ÍNDICE	NOTÍCIA	LUCRO	REVENHIMENTO	INFLAÇÃO	RENTAL	RENTAL	RENTAL	RENTAL
IBOV 12.345,67 (+1,2%)	IBOV 12.345,67 (+1,2%)	US\$ 1,0218 (Dólar)	2,355 (% IGP)	2,937 (% IGP)	R\$ 33,40 (% IGP)	19,66 (% IGP)	19,66 (% IGP)	19,66 (% IGP)

TRATORAÇÃO

Governo federal cede à pressão e atende parte das reivindicações dos agricultores. Protesto reúne 20 mil produtores rurais na Esplanada dos Ministérios, tumultua o trânsito e atrapalha a vida do brasileiro

Campo minado

DE NOTÍCIA

A manifestação dos agricultores, símbolo de várias partes do país, promete para ser uma marcha pacífica na Esplanada dos Ministérios, transformando-se em protesto agressivo. O "tratoração", que reuniu cerca de 20 mil produtores rurais em Brasília, fugiu do controle das organizações e provocou muita confusão e congestionamento no centro da capital. Depois de várias re-

velas, as negociações não avançaram e, sentindo-se pressionados, os agricultores decidiram bloquear o trânsito nas duas ruas de Eixo Monumental. Inquietos, os manifestantes permaneceram na cidade e exigiram ter outras reivindicações atendidas nos próximos dias para não fazer. Os caminhões e tratoras devem atrapalhar o trânsito de quem circula no trabalho na região.

Entre as demandas dos agricultores estão a liberação de R\$ 2 bilhões, originários de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social (FUNDEC), que financie as dívidas com juros reduzidos de 60 meses, e a renegociação dos juros das dívidas com garantia na renegociação de dívidas antigas. Assim, eles pedem um auxílio para agricultores em novas empreitadas. O governo também aceita com a possibilidade de abrir o mercado de insumos para facilitar o acesso rural. Mas os produtores querem mais: eles reivindicam a prorrogação das dívidas antigas que foram securitizadas, e a renegociação das dívidas de crédito da safra 2004/2005.

Fora de controle

LUCIANO PEREIRA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

O dia promete ser agitado, com as ruas se tornando caóticas. O tratoração começa na Esplanada dos Ministérios às 10h e se espalha para o bairro de Brasília e pedreiros pela manhã e, à tarde, migra para o centro político da cidade. O Eixo Monumental, sede do Congresso Rodoviário, permanecerá fechada até o meio-dia. Entre 8 mil e 10 mil manifestantes foram prejudicados no momento de sair, segundo o Detran.

A manifestação, que parecia ordenada e pacífica, foi marcada por divergências e ações de vandalismo contra as autoridades. Às 10h, os produtores rurais caminharam da Cathedral para a Praça dos Três Poderes. A demonstração era ocupar quatro das seis faixas do Eixo, mas a maioria dos

seu ser produtores grupos comendo e cochando.

A esta altura, representantes rurais anunciaram em termos de sorte o fracasso de negociações com o governo. Aos gritos, dizem que não desistiram. Brasília tem uma resposta do governo para suas reivindicações, mas há o estopim para que toda a Esplanada fosse fechada. Um dos organizadores da manifestação admitiu que em alguns momentos houve perda de controle. "Você não tem com quem. É muita tensão no mesmo lugar e o ambiente estava muito pesado", afirmou Henrique Pereira.

Tratoras e caminhões bloquearam as ruas e o trânsito se tornou muito lento. O trânsito começou por volta das 10h e não parou mais mesmo o grande do Congresso Nacional, que quer ter seu espaço

de "Agua molhada" para manifestações. Ninguém entrou no lado da Esplanada dos Ministérios e se referem da confusão gerada em um sentido em um lado de 10 quilômetros, a partir de Eixo Monumental. O motorista que estava nos arredores da Rodoviária levou, em média, 30 minutos para chegar à Vila Planícia, por exemplo.

A Polícia Militar, por exemplo, não conseguiu controlar os manifestantes. Não houve conflitos, mas uma prisão foi registrada porque o motorista se negou a retirar o trator da frente de um ministério, segundo a PM. Com o passar das horas, as negociações foram ficando cada vez mais difíceis. O jogo de negociações pode ser acompanhado pelos produtores em telas e aparelhos de TV. Em clima de Copa do Mundo, a decisão foi tomada a cerveja e cachorro.

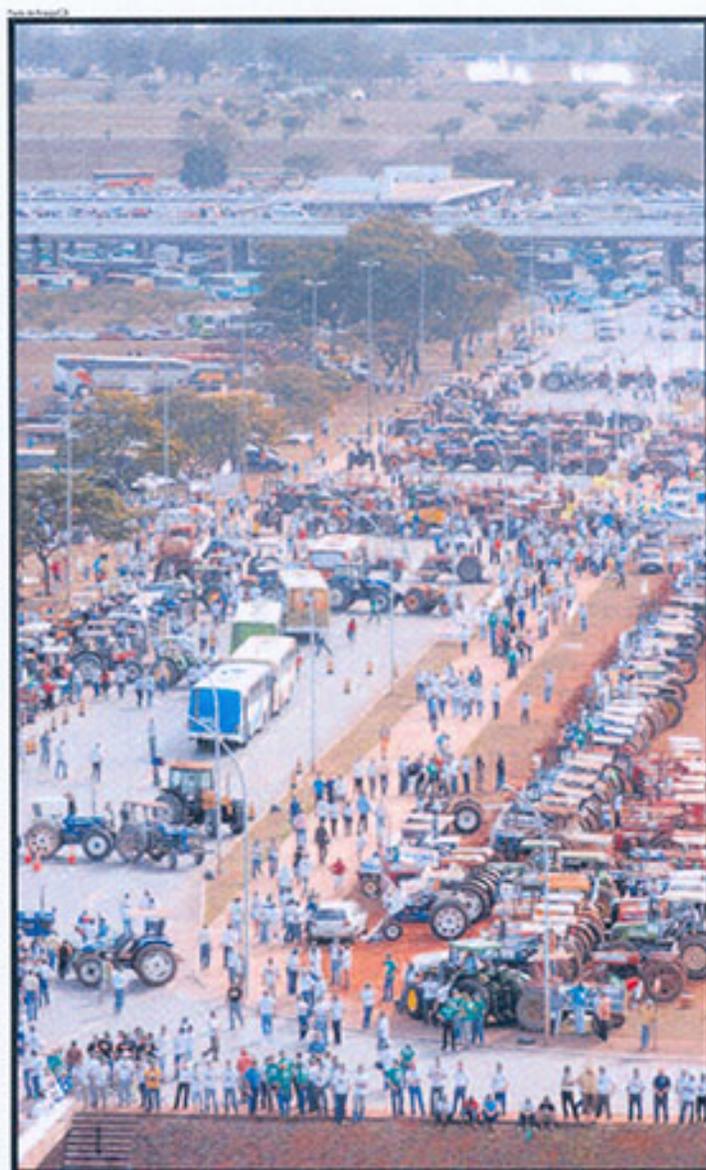
Os ônibus que paravam perto da Esplanada foram impedidos de circular. Quase todos os ônibus das linhas não de descer e complementar o ambiente de perseguição e gel. Ao final do expediente, os servidores que estavam saindo do trabalho tiveram de seguir até a Rodoviária a pé. À noite, o cenário ainda era caótico. As ruas laterais começaram a ser desobstruídas, mas em ritmo lento. Às 22h ainda havia alguns tratoras com trânsito interrompido e muitos caminhões e tratoras no trânsito.

“É MUITA TENSÃO NO MESMO LUGAR E O AMBIENTE ESTAVA MUITO PESADO”

Henrique Pereira, coordenador de manifestações

que teve cerca de 20 mil agricultores, pelos diversos canais. Na Praça dos Três Poderes, os manifestantes permaneceram até por volta das 14 horas. As faixas e os grupos de ordens eram mais fortes do que os ritos na terça-feira. Os sons de "Lula tem" foram de realidade. No Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, a bancada ruralista e representantes dos produtores buscaram uma solução para a crise no campo. Uma proposta foi suspensa por ser considerada inviável.

Os produtores seguiram para o almoço no grande do Eixo Monumental. Café, sorvete de leite condensado, misturas de doces, atributos e manifestantes se esforçaram para sobreviver de manhã e até o momento serão próximos à Rodoviária. Entre quatro e cinco toneladas de comida foram preparadas numa panela de cinco metros de diâmetro. Mais de 20 mil refeições foram servidas. Em várias partes da Esplanada, os produ-



UMA DE LASAS NO CENTRO POLÍTICO DO PAÍS. AGRICULTORES OCUPAM TERÇAS AS VIAS E PARALISAM O TRÂNSITO COM MÁQUINAS NO EIXO MONUMENTAL.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Aécio diz que governadores estão dispostos a enfrentar o governo Lula no Congresso para garantir o repasse dos recursos que compensam a desoneração das exportações

Pressão por mais recursos

BONITO MANSOUR

O governador Aécio Neves (PSDB) ameaça enfrentar o Congresso, se no Orçamento da União de 2007 não estiver previsto o ressarcimento aos estados exportadores, prejudicados pela desoneração instituída pela Lei Kandt. Na próxima segunda-feira, Aécio Neves e os governadores de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), e do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto (PMDB), se reunirão com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Eles vão pressionar pela compensação dos estados exportadores, prejudicados pelo contingenciamento de R\$ 900 milhões previstos no Orçamento deste ano. É fundamental que o governo reconsidere o compromisso que desonora os recursos orçamentários. É um compromisso que deve ser cumprido", disse.

Na conversa com Palocci serão também abertas as negociações em torno da previsão de compensação no Orçamento do ano que vem. "Se o governo não tiver sensibilidade, os governadores estão preparados para enfrentar essa luta no plenário do Congresso Nacional, mas especificamente na Comissão de Orçamento, garantindo a compensação do ano que vem", disse Aécio. Os estados exportadores não podem pagar a conta das exportações e do saldo positivo de balança comercial sem prejuízo, anexo o governo mesmo. "Se o governo desconsiderar a sua res-



“É fundamental que o governo reconsidere. É preciso que descontingencie os recursos orçamentários. É um compromisso que deve ser cumprido”

”

Aécio Neves, governador

ponsabilidade em relação ao ressarcimento aos estados, utilizando que podem pagar sob a rubrica de custos pelos serviços prestados em nossa balança comercial, terá uma grande surpresa. Haverá uma dificuldade enorme na aprovação do Or-

çamento no Congresso”, disse, acrescentando que as exportações são a principal fonte da política econômica.

Aécio Neves afirmou não compreender o que pretende o governo federal. “Os estados têm entendido as suas máx-

imas e colocado depositos a votar questões importantes, como a própria reforma tributária. Mas o governo tenta que cumpram com a sua responsabilidade”, criticou segundo ele, quando a Lei Kandt foi aprovada, os estados receberiam compensa-

ções que giravam em torno de 50% daquilo que arrecadariam com a desoneração das exportações. “Porém, os estados estão ficando com 80% desse custo da desoneração e o governo federal com os outros 20%. No governo do presidente Lula essa participa-

ção do governo federal vem diminuindo”, disse, declarando que neste ano ela não passou de 19%. “Os estados estão ficando com 80% desse custo da desoneração. E agora o governo não quer mais arcar com absolutamente nada”, incluiu.

Prefeitos insistem no aumento do FPM

LIZIANE ASSIS

Prefeitos de várias regiões do país, reunidos em Brasília, vão tentar hoje em audiência com os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e da Casa Civil, Dilma Rousseff, assegurar o aumento de um ponto percentual, de 22,5% para 23,5%, do Fundo de Participação de Municípios. Segundo o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Zulkowski, há um ano os municípios tentam convencer governo e Congresso a votar a alteração no FPM. Outros, os prefeitos participantes de encontros com deputados e senadores, entre eles o presidente do Congresso, Renan Calheiros (PMDB-AJ). No momento tende a ser garantida ao Senado aprovação sem acionada para conter um princípio de transição. Coalizão Zulkowski, cerca de 1,3 mil prefeitos estavam ontem em Brasília.

A coalizão começou quando prefeitos de Goiás chegaram ao Senado em um caminho usado no transporte de bovinos. Seguidores do Congresso tentam impedir a entrada dos prefeitos, o que ocasionou o confronto. O presidente da CNM afirmou que algumas pessoas ficaram feridas, mas sem gravidade. Hoje pela manhã os prefeitos têm novos encontros com deputados e senadores. As reuniões ocorrerão com a intenção de pressionar a Câmara, mar-

cada para começar às 10 horas. Zulkowski afirmou se tratar de uma contendação. “Nesse momento o mercado há mais de um mês”, disse. Mas deixou claro acreditar que o momento pode apertar os prefeitos e as suas reivindicações atendidas. “Vamos aproveitar para mostrar a todos que aqui não se vota nada”, disse.

Os prefeitos querem também se encontrar com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para discutir recursos para a área. Eles querem a aprovação do Projeto de Lei Complementar Nº 01/2006, de autoria do deputado Roberto Gusmano (PT-MG). Uma vez aprovada a União deverá destinar R\$ 13 a 15 bilhões a mais por ano para a saúde”, afirmou Zulkowski. No ano passado, a União destinou R\$ 36,1 bilhões à saúde. O Projeto prevê a regulamentação da Emenda Constitucional 29/2000 que estabeleceu à União destinar aos serviços públicos de saúde até 2004, o valor apurado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB).

A mesma Emenda regula percentuais fixos para estados (12% do orçamento) e municípios (15%) destinados à área. O PL 001/2006 que exige o mesmo da União o artigo 2º do projeto prevê que a União destine à saúde no máximo 11,5% do total de receitas de impostos e contribuições. Trata-se de enfrentar situação de absoluta emergência, o que justifica medidas mais vigorosas e emergenciais”, argumenta o deputado no texto do PL. O Projeto de Lei foi aprovado na semana passada pela Comissão de Constituição e Justiça e vai agora ser votado pelo plenário da Câmara. Para se tornar Lei, precisará ainda ser aprovado no Senado. As reivindicações dos prefeitos é pressionar o Congresso para aprovar o PL. “Não surpreende que até agora a Câmara tenha se dividido e não votado nenhum projeto de lei que o Projeto seja incluído na pauta imediata de votação. Não é dinheiro para o cidadão, é saúde e educação e medicina para a saúde”, diz o presidente.



Sequências do Congresso tentaram evitar a entrada dos prefeitos, o que acabou provocando confusão. Alguns ficaram feridos, mas sem gravidade

“

Vamos aproveitar para mostrar a todos que aqui não se vota nada

”

Paulo Zulkowski, presidente da Confederação Nacional de Municípios

3379.7200

Guiatel

Últimos dias para anunciar



QUARTA-FEIRA
 Brasília, 15 de maio de 2006
 www.correiobraziliense.com.br

CORREIO BRAZILIENSE

121
 EXEMPLAR DE AVULSO
 R\$ 2,00 + 12 páginas

GRUPO DE 500 SEM-TERRA VIRA CARRO, INVAD E DEPRED A CÂMARA. BADERNAÇO ESPALHA PÂNICO E DEIXA 28 FERIDOS. SEGURANÇA LEVA PEDRADA NA CABEÇA E É INTERNADO EM UTI

AFRONTA



O INÍCIO DO CONFRONTO INTERGRUPOS DO MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS SEM-TERRA TOMOU CARRO QUE SERIA SERTIADO EM PISTA JUNTA DE SERVIDORES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ENQUANTO SEGURANÇAS TENTAVAM EVITAR A INVASÃO DO PRÉDIO

O ataque de surpresa ao Congresso Nacional começou por volta das 15h. Liderados por dirigente do PT, mais de 500 integrantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), uma divisação do MST, arremeteram-se de paus e pedras e saíram quebrando tudo o que havia pela frente. Prisioneiros viraram um carro que seria sotornado em festa junina de servidores. Depois arremeteram a porta de vidro do Anexo 2, atacaram guardas, destruíram oito computadores, três terminais eletrônicos, um banco de es-governador Mário Covas, luminárias, vasos, plantas e painéis de uma exposição. O badernaço durou cerca de duas horas e deixou feridos vários policiais. Pelo menos 28 pessoas ficaram feridas. Altingido por pedrada na cabeça, um segurança sofreu afundamento craniano e está internado na UTI do Hospital Santa Lúcia. O presidente da Câmara, Aldo Rebelo, se recusou a receber o líder do MLST, Bruno Maranhão, e ordenou que todos fossem presos. Membros da executiva nacional do PT, Maranhão exerceu o partido de culpa pela ameaça. "Eu sou do PT, mas essa ação é do MLST", disse. Do PFL ao PSol, todos os partidos condenaram a ação violenta e a classificação de vandalismo. "Apedrejaram a democracia", diz nota do Ministério da Justiça.

TOPA DO SALVADOR DA 11 E BRASILIA DE PAGINA 10



RENDIDOS DE PAUS E PEDRA, PARTICIPANTES DESTAÇÃO VIERAM DA ENTADA DO ANEXO 2 SEM DESTRUINDO O QUE HAVIA PELA FRENTE



FORA DA ABILIAÇÃO, MAIS DE 500 SEM-TERRA SÃO DETIDOS E NÃO RESPONDER POR CINCO CRIMES, ENTRE ELAS, TENTATIVA DE HOMICÍDIO

VISÃO DO CORREIO

Protesto infame

O Movimento de Libertação dos Sem-Terra deu uma aula sobre democracia de desprezo para a sociedade democrática. Ao promover um momento de vandalismo na Câmara dos Deputados, os badernaços deixam em evidência a má vontade da sociedade para com a violência. Por mais profundos que seja o abismo da política, os crimes da República não podem ser desrespeitados de maneira tão infame. A invação do Parlamento não ofende a PT, a oposição ou qualquer integrante do Congresso. Ofende a democracia. Agente um país que obedece a regra da lei e não tolera ações de um grupo.

Pode chegar a 400 o número de mortes provocadas pelo confronto entre o PCC e a polícia de São Paulo

PAGINA 10

ASSALTO
 BANDO KATIA MARÇÃO
 NA ML 4 DO LAGO NORTE
 PAGINA 10

LIMPEZA
 QUALIS PROMETE RECOLHER LIXO
 ACUMULADO RÔT SEXTA-FEIRA
 PAGINA 10

COPA 2006

Parreira, o facilitador — Nô caderno especial que revela hoje: treinador disse que agenciamento idôneo na seleção brasileira a qualidade técnica dos jogadores. De acordo com o texto, Parreira iniciou normalmente. Exposição recente do corpo de Comê que registraram a passagem dos complexos mundiais por Brasília.
 PAGINA 10 E 11

SEM PERDÃO
 CASAMENTO GAY É "EQUIVOCO DE DEUS" PARA O VATICANO
 PAGINA 10



CLASSIFICAÇÃO 3342.1000 - ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1111 - assinatura@correiovb.com.br - www.correiovb.com.br/assinaturas - GRUPO GERAL: 3214.1166

POLÍTICA / TEMA DO DIA

CONGRESSO

Seis estudantes são detidos durante manifestação por mais transparência na política. Grupo de defesa dos direitos dos homossexuais aproveita posse para pedir agilidade na tramitação de projetos

Protesto acaba em prisão

 LUIZ ALVARO
 DA SILVA / O GLOBO

Cerca de 60 estudantes do ensino médio aproveitaram a cerimônia de posse, ontem, no Congresso, para protestar. Segurando cartazes, um deles com os dizeres "Estados de sítio", as manifestações, caracterizadas como atos de perturbação, provocaram os policiais como grupos de ordens e foram apunhalados no espelho d'água em frente ao prédio do Congresso. Eles pediam mais transparência e celeridade aos novos parlamentares.

Policiais que acompanharam o protesto disseram estar insatisfeitos. "Os estudantes acompanhando esse grupo havia uma semana. Já estavam acostumados com esse tipo de situação. Isso acontece toda vez que tem um evento desse porte no Congresso", declarou o major da Polícia Militar Roberto Albuquerque, que comanda um grupo de 60 homens. "Estamos um por um", disse. Apesar disso, seis estudantes foram detidos. De dentro do espelho d'água do Congresso, alguns deles começaram a jogar água nos policiais.

Revindicação

Integrantes do grupo Força Nacional, que defende direitos de homossexuais, também aproveitaram a ocasião para fazer revindicações a deputados e senadores que chegaram para a cerimônia de posse. Por meio de cartazes e gritos, eles pediram agilidade para os 11 projetos de lei que tramitam na Câmara e no Senado. Entre eles, o que aprova a união civil entre os homossexuais, apresentado há 12 anos. "Aqui é a casa do povo. Se eles não respondem a gritos, é sinal de que o Brasil não responde aos direitos humanos", exclamou Nelson Trindade, presidente do grupo.

Fábio Rodrigues



ESTUDANTE É CARRIADO POR POLÍCIAS MILITARES PERTO DO ESPELHO D'ÁGUA EM FRENTE AO CONGRESSO. ALGUNS MANIFESTANTES JOGAM ÁGUA NOS SOLDADOS

Com um tom bem mais descontraído, os apresentadores do programa Política de 70 tiveram brincadeiras e provocações parlamentares. Conhecidos

de políticos, como o presidente Lula e candidato derrotado à Presidência Geraldo Alckmin (PSDB), integrantes do grupo paravam os carros para fazer pla-

cas com as autoridades. Quando o prédio estava sendo desfilado, eles não perdiam a chance. "Quando é para eleger vocês fazem, né?", provocou um deles.

Parentes e amigos lotam festa

Parte da família dos deputados e senadores lotou a festa de posse do Congresso no dia da posse das deputadas. O evento, atribuído à presença masculina de parentes e amigos dos deputados. Sobre os filhos dos que eram maridos das primeiras viúvas. Um grupo de 70 pessoas, por exemplo, foi ao Congresso para acompanhar a posse de Sílvia Pereira (PT, SP), eleita com mais de 132 mil votos, a maior parte de quem é Santana de Parnaíba, interior de São Paulo. A cariense, que deixou a cidade de 13000 da cidade quinze dias, percorreu mais de 1.500 quilômetros em 15h de viagem. O custo da jornada foi pago pela própria família com familiares e parentes do parlamentar.

"É a única pessoa competente e séria, querido não só pela cidade, como por toda a região. Merece o respeito de cada um de nós", justificou o secretário municipal de Pre-

sidente de Santana de Parnaíba, Claudio Espinosa, amigo do vice parlamentar. "O Congresso está passando de mudança e o Sítio é a pessoa certa porque ele enxuga não só a roupa, mas os olhos também", defendeu a professora Maria Lúcia dos Santos.

No galpão da deputada Janete Pires (PT, SP), localizada quatro salas à frente, o clima de euforia também era visível. "A gente conhece ela há muito tempo, acompanhamos de perto os trabalhos sociais realizados com as mulheres e os movimentos artísticos. Estamos confiantes com a sua legislatura", disse o secretário-geral da Prefeitura de Curitiba, Samuel Amorim, uma das 15 pessoas que se absteram diante da festa para acompanhar a posse da deputada, já que não havia espaço para todos no plenário.

Mulher do deputado Maurício



CONVIVIDOS DE SÉRGIO PEDROLI (PT, SP) SE ENTRETÊM NO GABINETE DO DEPUTADO

Quilavelle Lessa (PR, RJ), Fernando Lessa assistiu à cerimônia pela segunda vez na galeria. A primeira foi há quatro anos, quando o marido elegera-se deputado pelo PSB. Apesar de o evento não ser novidade, ele garantiu que a emoção foi renovada. "É um acontecimento importante para o Brasil e gratificante para os familiares e amigos. Para nós é motivo de orgulho", disse ele, acompanhado dos filhos Maria, 7 anos, e Fernando, 3 (SP).

Encontro de gerações

Um encontro de gerações chamou a atenção na cerimônia de posse dos deputados. O parlamentar mais jovem e o mais velho estão no elenco em outubro do ano passado tiveram integrantes no hall de entrada da Câmara e prometeram trabalhar para melhorar a credibilidade do Legislativo. Juntos com mais de 137 mil votos, Fernando Corbó Filho (PSB, PI), de apenas 22 anos, garantiu ter disposição de sobra para mudar a imagem da Casa. "Não há dúvida de que essa nova legislatura será mais aberta para a sociedade. O Congresso passou por uma fase de turbulência e cabe a nós dar uma sacudida, reerguer a face da imagem da Casa", disse.

Entre as prioridades de seu mandato está a educação e a "modernização" do estado de Pernambuco. "Sou defensor

na Câmara a integração regional do estado Pernambuco porque esse desenvolvimento econômico", disse ele, referindo-se ao fato de a região estar concentrada nas regiões metropolitanas do estado.

Com sua experiência adquirida ao longo de 88 anos, o deputado Mário Silva (PMDB, PE), por sua vez, fez questão de dar as boas-vindas aos jovens parlamentares. Para ele, é preciso dar boas-vindas à nova geração que chega ao Congresso. "Não é só a gente juntar-se a novos jovens", disse. Silva acredita que a nova legislatura será diferente da anterior, marcada pela instabilidade do mandato e dos sangramentos. "Isso que aconteceu com o Congresso foi um acidente de percurso extremamente desagradável para a opinião pública. A sociedade viu um grupo e ele nunca falou o mesmo." (SP)



ALBERTO SEIX, O DEPUTADO MAIS VELHO, COMPARTILHA FERNANDO CORBÓ, O MAIS JOVEM

Corrida para preparar os gabinetes

O último dia desta semana da ala Teófilo Wito deu o tom à troca de gabinetes dos senadores. O procedimento para a Casa em andamento de legislatura, a cada quatro anos, foi acelerado ontem. Durante a manhã, funcionários aglomeram gavetas, mesas, cadeiras e outros itens em papéis nos corredores. No novo gabinete da senadora gaúcha Sorys Silveira (PT, MT), antes ocupado pelo senador Valdir Ruy (PMDB, RJ), o ritmo era frenético. "Estamos desde a noite passada liquidando o material para fazer as mudanças possíveis, nós adaptando ao novo espaço, transferindo nossas máquinas", contou o chefe de gabinete Sérgio Morillo, que realizou a operação com a ajuda de outros oito senadores.

Apesar do material de expediente que estava nos gabinetes antigos dos senadores, como microcomputadores, pôde ser levado para os novos locais de trabalho. O material precisa ser comprado por meio de licitação. "Precisamos apenas alguns objetos e mobiliário do senador como a mesa, poltrona e escrivaninha. O resto é gáudio", explicou Maria Marta de Azevedo, chefe de gabinete do senador Francisco Dornelles (PP, RJ).

Numa dessas licitações de pôlito, Marcia acabou desafiando uma exclusividade que pertence ao atual governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda (PT), na época em que ele era senador. "Essa exclusividade de uma mesma mesa e cadeira tem que ter uma que pertence ao Arruda. Não é só que tinha que ser aquela e aquela", disse. "Hoje fomos, o governador deu uma passada aqui e falou com ele sobre a mesa. Foi assim mesmo", afirmou (SP).

QUEBRA DE DECORO

123

Presidente do Senado afirma que conta com o apoio do presidente Lula e do ministro da Defesa, que o visitou ontem. Ele reafirma inocência e tudo que diz será comprovado com documento

'Não temo nada. Só a Deus'

Brasília - O presidente Lula ligou para o senador Renato Casagrande (PSB-ES) na noite para o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) para se explicar sobre a afirmação de que vai intervir em investigações sobre o senador paralisar as votações na Casa. Segundo Renan, Lula não adota uma postura de cobrança sobre o Senado. "Ele é meu amigo. E ele não está cobrando nada do Senado Federal. Ele quer um Poder, eu quero outro Poder", disse Renan. O senador afirmou que mantém com o presidente uma relação de amizade acima de qualquer relação política partidária.

Além de receber o apoio de Lula, o peemedebista disse que também recebeu outros em sua gabinete o ministro Nelson Sblin (Defesa) e o presidente do PSDB, Michel Temer (DF), que lhe tentam apresentar solidiedade. "Eu recebi visita do ministro Sblin, do presidente Michel Temer, ontem à noite. Depois disso eu telefonou o presidente Lula. As coisas estão muito bem. Vou demonstrar a cada dia com documentos, não com discursos, as provas concretas a essas maledicências que disseram contra mim", afirmou.

Renan afirmou ser inocente das denúncias de que teria recebido dinheiro da Construtora Mendes Júnior para pagar propina à jornalista Mônica Vilevo, com quem tem uma filha. O senador ainda é acusado de ter feito lobby em prol da Schincariol junto ao INSS depois que a empresa comprou uma fábrica de seu irmão, deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL) por um preço acima do mercado. Outra denúncia que pesa contra Renan é a de que teria usado lanterna para comprar empresas de comunicação em Alagoas.

"Tive absolutamente tranqüilo depois disso. Não acho que foi por pouco descontratado. Vou demonstrar. O meu sigilo já foi aberto, eu fui questionado e entreguei muitas declarações de imposto de Renda. Agora chegou a hora de abrir os demais sigilos", afirmou. Renan defendeu as investigações do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho de Ética do Senado sobre as denúncias, incluindo as consideradas por ele como importantes para a apuração das denúncias.

O senador já responde a processo por quebra de decoro parlamentar no conselho sobre as denúncias relacionadas à Mendes Júnior. A Mesa Diretora do Senado também encaminhava nova representação contra Renan para a apuração das denúncias que o ligam à Schincariol. O DEM e o PSDB já protocolaram na Mesa outra representação para que Renan seja investigado pela acusação de suposto uso de lanterna em Alagoas.

O senador afirmou que não teme nada, mesmo com a prisão para se afastar do cargo. "Eu não temo absolutamente por nada. Eu só temo a Deus. Vou fazer tudo como tenho feito para mostrar que a verdade está comigo. Não há uma só prova, uma só acusação no processo. Não é uma coisa insidiosa no Parlamento brasileiro", afirmou.

Renan alega que temba ameaçado o líder do DEM no Senado José Agripino Maia (RN). Os dois chegaram a bater boca no plenário do Senado depois que Agripino disse que o DEM vai obter as votações da Casa em enquanto Renan estiver na presidência. O senador alagoano disse que Agripino, que tem uma série de empresas e concessões em Alagoas, não aguentaria a pressão por nem dois dias caso estivesse em seu lugar.

"Muito pelo contrário. As pessoas perguntam onde eu vou buscar tanta força. Eu digo que a minha força é do tamanho da minha inocência. Tenho me submetido a uma devassa. Outros processos, talvez submetidos à devassa que estão submetidos, não aguentam nem dois dias."



Presidente do Conselho de Ética, Leonor Quintanilha (C) e relatores do caso Renan decidem fazer investigações separadas

“Se fosse incorporada outra investigação, teríamos que esperar mais dois ou três meses”

Renato Casagrande (PSB-ES), relator do caso Renan

Novo processo será aberto

Brasília - O presidente do Conselho de Ética do Senado, Leonor Quintanilha (PMDB-TO), informou que o novo processo contra o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), será aberto independentemente da investigação a que já responde desde junho. Deve ser designado hoje o relator da representação do PSDB, que pede que Renan seja investigado por suposto lobby em favor de Schincariol. Quintanilha está gostando do trabalho de abertura de investigações separadas para a análise de novas denúncias contra o peemedebista. Na opinião de Casagrande, reunir todas as acusações no mesmo processo poderia atrasar as investigações que já começaram. "Se fosse incorporada outra investigação teríamos que esperar mais dois ou três meses, significaria que teríamos no conselho que estabelecer formas, metodologia separadas para não jogar todas as peças para o fim do arco", afirmou.

Além de ter supostamente usado a Construtora Mendes Júnior para despesa particular, Renan é acusado de ter usado lanterna para a compra de um grupo de comunicação em Alagoas. O DEM e o PSDB protocolaram anteriormente representação na Mesa Diretora do Senado para que o Conselho de Ética investigue essa acusação. Outra representação, protocolada pelo PSDB, também pede que o conselho investigue a denúncia de que o senador teria atuado como lobbista junto ao INSS para beneficiar a corretora Schincariol, depois que a empresa comprou uma fábrica de seu irmão, o deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL), a preços acima do mercado.

Na opinião de Casagrande, a denúncia que liga Renan à empresa Schincariol deveria ser investigada pela Câmara e não pelo Senado Federal, uma vez que Olavo Calheiros é deputado. Essa representação não tem a ver com o Senado, mas com a Câmara, que está enviando um deputado", afirmou.

BATE BOCA Casagrande criticou o bate boca entre Renan e o líder do DEM no Senado, José Agripino Maia (RN), que ocorreu no plenário da Casa legislativa. Depois de Agripino afirmar que o partido vai obter as votações no Senado enquanto Renan estiver na presidência, o peemedebista insistiu que o processo não está envolvido em irregularidades e não aguentaria a pressão caso estivesse em seu lugar.

Agripino rebatete Renan e acusou o presidente do Senado de estar levando para um debate pessoal uma questão que é da Casa Legislativa. Para Casagrande, se Renan tem denúncias a fazer contra senadores, deve torná-las públicas. "O único produto desse bate boca é o desgaste do Senado. E muito para os dois senadores e, principalmente, para a instituição. Se o presidente tem alguma acusação, deve formalizá-la. Tem que fazer a denúncia para não ficar lá bater boca", criticou o relator.



PUNIÇÃO

Cerca de 50 manifestantes formaram ontem um protesto no Salão Verde da Câmara em defesa das investigações das denúncias contra o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) e o senador Gim Argente (PSB-DF). Com cartazes pedindo a Comissão de Trabalho e Cidadania (CTC) a investigar e punir os senadores e pediram para que Argente e Argente fossem investigados. "Vamos exigir que os fatos sejam apurados. Não podemos aceitar que nenhum parlamentar que representa o povo seja acusado de qualquer crime", disse Cleo Rêgo da CTC e líder do protesto. Depois, do ser referido a Argente, Rêgo desafiou: "Se o senador cometer algum crime, que seja penalizado por isso. É fácil ser fone privilegiado". Os manifestantes gritaram: "Fora Gim" e "Fora Renan" e, em seguida, formaram um círculo no centro do salão verde. Debates no chão mantiveram palmas de ordem entre eles. Argente foi investigado pela Polícia Civil do Distrito Federal por suposto envolvimento em irregularidades documentais na Operação Aquecimento.

POLÍTICA
FUNCIONALISMO

Governador Arruda ainda não decidiu sobre o assunto, mas a Procuradoria-Geral do DF já estuda a validade jurídica da proposta. Por criar despesas, em princípio ela não poderia ter sido apresentada pelos distritais

Pensão a casal gay em análise

DEBORA CORRÊA
MARCUS TORRES
@TORRES@GLOBO.COM

A presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT-DF), Regina Pinheiro, participou das negociações com representantes do Executivo e Legislativo em relação ao projeto de lei complementar que cria o novo Instituto de Previdência do Distrito Federal. Depois do apoio de 18 deputados distritais, a representação dos sindicalistas ligados ao PTI quer agora convencer o governador José Roberto Arruda (DEM) a sancionar a emenda que concede a servidores gays os mesmos direitos estabelecidos a casos heterossexuais. "O projeto é um grande avanço. Conseguimos negociar muita coisa com o governo. Esperamos agora que ele se estabeleça com a questão das uniões homossexuais", afirma.

No promulgação da CUT ao lado de representantes de movimentos sociais contra a ainda em

análise o procurador geral de Justiça do DF Leonardo Bandeira, que tem o poder de questionar por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) esse trecho da lei. A assessoria de Bandeira, no entanto, já avisou que o Ministério Público não vai questionar o conteúdo da proposta, caso seja sancionada por Arruda. O projeto aprovado em segundo turno na tarde de terça-feira permite que servidores do Executivo e Legislativo tenham como benefício a taxa percentual para uma pensão calculada com base no salário. A emenda é de autoria da bancada do PTI e tramitou com assinatura dos deputados Rogério Chaves (PSB) e José Antonio Reges (PDT).

Arruda ainda não teve tempo para tomar uma decisão sobre o assunto. Integrantes da Procuradoria do DF, desde sempre consultado para análise jurídica, já começaram a analisar o assunto. A princípio há uma discussão sobre a viabilidade jurídica. Como a

emenda cria despesas porque amplia o conceito de dependente na Previdência, apenas o próprio governador poderia apresentar a proposta à Câmara Legislativa. A lei não poderia partir de deputados distritais. O procurador geral do DF, Fábio Arruda, no entanto, ainda não apresentou um parecer formal ao governador porque ainda precisa ler o texto.

Por força de uma lei anterior, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) já reconhece o benefício previdenciário a parceiros gays. Arruda deve analisar o assunto até amanhã, já que tem um acordo com o Ministério da Previdência de criar até a próxima segunda-feira o regime próprio de previdência no Distrito Federal. As regras são semelhantes às aplicadas em âmbito nacional.

correiobrasil.com.br

Leia mais na internet: www.globo.com.br

EVANGÉLICOS PROTESTAM NO CONGRESSO


Evangelicals tentaram entrar à força no Congresso Nacional ontem, durante protesto contra a aprovação do Projeto de Lei 122, que busca criar a discriminação contra homossexuais no país. Mais de mil religiosos participaram da manifestação. O projeto de Lei 122 já foi aprovado pela Câmara e agora está na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. De acordo com dois líderes evangélicos, o deputado Elpido Rodrigues

(DEM-DF), o PL 122 "é a vontade ditatorial de uma minoria". Alguns dos manifestantes foram recebidos em plenário do Senado pelo senador Magno Malta (PT-ES), que também é evangélico. A senadora Fabiana Carvalho (PT-RO), ex-líder do projeto no Senado, criticou a manifestação por ser baseada pela intolerância e pela falta de respeito à diversidade dos seres humanos, independentemente de sua religião.

NOVO HORIZONTE


PROMOTOR RICARDO SOUZA, APREENSÃO DE DOCUMENTOS, NOV. 1 E 25 DE 2008

Polícia abre inquérito para investigar ONG

A pedido do promotor de Justiça Ricardo Souza, do Promotoria de Tarefas de Fundações e entidades de interesse social do Ministério Público do DF, o Distrito Especial de Combate ao Crime Organizado (DECCO), da Polícia Civil do DF abriu inquérito para apurar irregularidades supostamente cometidas pelo Instituto Novo Horizonte. A ONG recebe recursos federais para administrar a infância carcerária. Com autorização judicial, pôde fazer comprinhas na manhã de terça-feira mandados de busca e apreensão em sete endereços, entre os quais a sede da entidade. Há um apreensão de documentos e de discos rígidos de computadores (DCCO). Uma das ações da operação foi a apreensão de uma carteira de motorista de Luiz Carlos Medeiros, apontado pelo Ministério Público como um dos responsáveis pela ONG. Nesse endereço, o polícia apreendeu 85 25 mil em dinheiro, a entidade de Brasília, que está registrada em nome de Inês de Deus, Lucilene Carlos Medeiros, mantiveram contatos com os ministros da Ciência e Tecnologia, do Esporte e da Educação. Segundo reportagem divulgada na terça-feira, 23 de abril, um representante da ONG, Michel Vitorino, gerente de marketing, relacionamento e ONG ao ex-ministro do Esporte, hoje diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) Agnello Queiroz.

Senado em 2008. O Carreão não localizou nenhum representante da ONG. Policiais civis iniciaram uma investigação em seu perfil profissional. Busca por relações com o setor federal, investidas em outros estados, o Ministério Público do DF entrou no campo para investigar a possível atuação de organizações sociais e não governamentais, como é o caso do Instituto Novo Horizonte. O responsável pela investigação, Ricardo Souza, é o mesmo que apura supostas irregularidades na contratação da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINEP) pela Universidade de Brasília (UnB).

Agnello
O Carreão tentou contato com Agnello Queiroz no final da tarde de ontem, mas ele havia embarcado para Portugal. O advogado de Inês de Deus, Michel Vitorino, nega que Luiz Carlos Medeiros tenha contribuído na campanha ao Senado de 2008. "Quem acompanhou a campanha foi que Agnello não tinha dinheiro", afirma. "Quando veio a manifestação sobre essa reportagem divulgada com a ONG, Agnello ficou indignado porque essa informação não é verdadeira", acrescenta. "E depois descobrimos que me referia (Michel) que apontava a ligação direta entre essa afirmação", disse Michel Vitorino.

A primeira parcela para Outubro de 2008. Modalidade de financiamento baseada em taxa de 1,45% a.m. e taxa de 18,95% a.a. Taxa e parcelas de 0,89% e 1,25% a.m. (valor mínimo para o valor mínimo financiado de R\$ 5.000,00) são até 36 meses. Financiamento de Transmissão Imobiliária. Taxa de corretagem e tarifa de emissão baseada em R\$ 4,50 (R\$ 4,50) são incluídas no financiamento. Os custos de financiamento estão sujeitos a alterações. Consulte o site www.bali.com.br para mais informações. Não se responsabiliza pelo não cumprimento das condições de financiamento.

ANEXO

ANEXO A – Questionário Aplicado aos Profissionais que Comandam as Unidades Especiais com Atribuição de OCD das Polícias Não Militares com Sede no Distrito Federal

QUESTIONÁRIO

- 1) Quando essa Unidade Especial foi criada? Qual foi a motivação?

- 2) Controle de Distúrbios constitui uma de suas atribuições? Que situações específicas justificam a mobilização dessa Unidade?

- 3) Existe uma designação técnica para a atividade de Controle de Distúrbios desenvolvida por essa Unidade (OCD, CDC ou outra)?

- 4) Essa Unidade possui procedimentos de Controle de Distúrbios compilados em Manual?

- 5) Há influência ou inspiração militar nos procedimentos de Controle de Distúrbios adotados por essa Unidade? Se não há influência militar, qual foi a referência para a construção de uma doutrina própria?